

# Caderno de debates



**1 Socialismo do Século 21**

**2 Crise Climática e Transição Ecológica**

**3 Mundo do Trabalho e Modelo Econômico**

**4 Lutas Sociais e Políticas do Nosso Tempo**

**5 Democracia, Direitos Humanos e Sociais**

**6 Contribuições Setoriais**



# Expediente

## Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Presidenta

**Luciana Krebs Genro**

Vice-presidenta

**Ana Paula Silva da Rocha**

Diretor Administrativo-financeiro

**Stenio Matheus de Moraes Lima**

Diretora de Comunicação

**Mariana Costa Riscali**

Diretor de Relações Públicas e Institucionais

**Daniel Moraes Angelim**

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação

**Francisco Josué Medeiros de Freitas**

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico

**Henrique Iglecio Fernandes**

Diretor de Relações Internacionais

**Guilherme Prado Almeida de Souza**

### Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis

De Sampayo Torres Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes

De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas

Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos

Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena

Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

### Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etiene Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes

Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.

Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lillian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

## Caderno de Debates

Organização  
**FLCMF e PSOL**

Projeto Gráfico e Direção de Arte  
**Cesar Habert Paciornik**

Coordenação e Supervisão  
**Daniel Angelim**

Diagramação  
**HPDesign**

Revisão  
**Carolina Peters**



# Sumário

<b>Socialismo do Século 21</b>	<b>06</b>
<b>Um partido do socialismo e da liberdade para o Século XXI</b> Primavera Socialista • Paula Coradi e Edson Miagusko	<b>08</b>
<b>Para um socialismo do século XXI</b> Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL	<b>16</b>
<b>Teses para o socialismo no século 21 Contribuição ao debate programático do PSOL</b> Agatha Cristie e Henrique Canary	<b>20</b>
<b>Socialismo do Século XXI: Renovar a utopia emancipatória para impedir o colapso social e ambiental</b> APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência-Reconstrução Democrática, LSR e Rebelião Ecossocialista	<b>28</b>
<b>Socialismo do Século XXI: Radicalidade, enraizamento popular e desafios estratégico</b> Revolução Solidária	<b>34</b>
<b>Crise Climática e Transição Ecológica</b>	<b>42</b>
<b>Crise Climática e Transição Ecológica A batalha existencial contra o capitalismo: por uma transição ecológica popular e urgente</b> <small>Revolução Solidária</small>	<b>44</b>
<b>Ecossocialismo: um passo necessário para o PSOL</b> APS, Alicerce, Centelhas, Fortalecer o PSOL, Insurgência Reconstrução-Democrática, LSR, MES e Rebelião Ecossocialista	<b>48</b>
<b>Crise climática e a urgência de um programa de transição ecossocialista</b> Nathalia Santana e Julio Holanda	<b>56</b>
<b>Colocar a crise climática no centro da ação</b> Primavera Socialista • Lívia Duarte, Juliano Medeiros e Djalma Nery	<b>64</b>
<b>Mundo do Trabalho e Modelo Econômico</b>	<b>74</b>
<b>Contribuições para um programa a partir das relações de trabalho no Brasil contemporâneo</b> Insurgência • Ederson Duda, Lucas Zinet, Marco Gonsales, Matheus Silveira, Renan Oliveira e Tassia Almeida	<b>76</b>
<b>Por um novo modelo econômico nacional amparado nas lutas do povo trabalhador e rumo ao socialismo</b> APS • Alicerce • Centelhas, Fortalecer o PSOL • Insurgência Reconstrução-Democrática • LSR • MES e Rebelião Ecossocialista	<b>84</b>
<b>Teses para o socialismo no século 21 Contribuição ao debate programático do PSOL</b> Agatha Cristie e Henrique Canary	<b>90</b>
<b>Socialismo do Século XXI: Renovar a utopia emancipatória para impedir o colapso social e ambiental</b> APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência-Reconstrução Democrática, LSR e Rebelião Ecossocialista	<b>94</b>
<b>Socialismo do Século XXI: Radicalidade, enraizamento popular e desafios estratégico</b> Revolução Solidária	<b>100</b>

<b>Lutas Sociais e Políticas do Nosso Tempo</b>	<b>106</b>
<b>Um partido do socialismo e da liberdade para o Século XXI</b> Primavera Socialista • Paula Coradi e Edson Miagusko	<b>108</b>
<b>Para um socialismo do século XXI</b> Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL	<b>114</b>
<b>Teses para o socialismo no século 21 Contribuição ao debate programático do PSOL</b> Agatha Cristie e Henrique Canary	<b>120</b>
<b>Socialismo do Século XXI: Renovar a utopia emancipatória para impedir o colapso social e ambiental</b> APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência-Reconstrução Democrática, LSR e Rebelião Ecosocialista	<b>126</b>
<b>Socialismo do Século XXI: Radicalidade, enraizamento popular e desafios estratégico</b> Revolução Solidária	<b>134</b>
<b>Democracia, Direitos Humanos e Sociais</b>	<b>142</b>
<b>A questão democrática e a luta socialista: por uma democracia popular e socialista</b> Revolução Solidária	<b>144</b>
<b>Em defesa da democracia real, dos direitos humanos e sociais</b> Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL	<b>150</b>
<b>Urgência democrática por direitos humanos</b> Semente • Gil Puri e Ivan Moraes	<b>156</b>
<b>Defender a democracia disputando seu sentido com um projeto alternativo</b> Primavera Socialista • Ivan Valente e Denise Simeão	<b>162</b>
<b>Radicalizar a democracia em defesa da vida e da natureza</b> APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência, Reconstrução-Democrática, ISR e Rebelião Ecosocialista	<b>166</b>
<b>Contribuições Setoriais</b>	<b>172</b>
<b>MULHERES</b> <b>Contribuições para a atualização programática do PSOL</b> Setorial Nacional de Mulheres do PSOL	<b>174</b>
<b>NEGRAS E NEGROS</b> <b>Contribuição ao programa PSOL-20</b> Setorial de Negritude do PSOL	<b>182</b>



# Socialismo do Século 21

---

FUNDAÇÃO  
LAURO CAMPOS e  
MARIELLE FRANCO  
PSOL



**Caderno  
de debates**



# UM PARTIDO DO SOCIALISMO E DA LIBERDADE PARA O SÉCULO XXI

**Paula Coradi** Professora, historiadora e Presidenta nacional do PSOL

**Edson Miagusko** sociólogo, professor universitário, é presidente do Conselho Curador da FLCMF



**O** século XXI nasce sob o signo do terrorismo; do desmonte das políticas de proteção social na Europa; da volta dos nacionalismos e das guerras de rapina, como as travadas pelos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque; do avanço dos populismos de direita na América Latina, Ásia e África.

A reestruturação capitalista promovida pela agenda neoliberal — desregulamentação das leis trabalhistas, abertura comercial irrestrita, fortalecimento das frações monopolistas da burguesia, privatizações e

plena hegemonia do capital financeiro e especulativo — elevou à condição de lei os interesses do verdadeiro corporativismo representado pelo rentismo e seus aliados.

Organismos internacionais criados para reproduzir essa agenda em todo o mundo, como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, introduziram regras que estrangulam a gestão macroeconômica e a autonomia dos Estados nacionais, sempre em nome da “saúde financeira” do sistema. Todas as dimensões do capitalismo, como a divisão internacional do trabalho, os padrões



tecnológicos e de organização empresarial, os sistemas de crédito e os mercados financeiros, bem como as regras de concorrência e os regimes monetários, foram capturados pelo discurso neoliberal do “equilíbrio fiscal”. Devido à redução da capacidade de intervenção na economia e maior dependência dos fluxos externos, economias periféricas ou semiperiféricas ficam reféns dos humores do mercado, sendo as primeiras vítimas das crises do sistema.

A virada do século teve uma série de crises. Algumas surgiram em países com menor desenvolvimento, como Brasil, México, Coreia do Sul e, de modo mais dramático, Argentina. Os bancos assumiram o domínio absoluto na nova dinâmica da acumulação capitalista. A produção industrial se concentrou na Ásia, criando uma nova potência mundial — a China — e modificando profundamente a organização da classe trabalhadora no Ocidente. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o sistema de proteção social encolhia, nas periferias e semiperiferias do sistema crescia terrivelmente a informalidade e, com isso, o individualismo ganhava terreno, corroendo tradições associativistas e minando a solidariedade de classe.

Nas últimas décadas do século passado, porém, houve uma mudança nos padrões de acumulação de capital no nível mundial, com graves consequências para os países da semiperiferia do sistema, como o Brasil. A par-

tir de um novo polo hegemônico — o capital financeiro — o capitalismo pôs abaixo os mais desenvolvidos sistemas de controle do capital, a saber, o Welfare State keynesiano e o socialismo soviético, tornando-se incontrolável e profundamente destrutivo.

Ao contrário das teorias que defendem a existência de ciclos infinitos de expansão/recessão do capital, o capital enfrenta limites estruturais à sua reprodução, com sucessivas quedas das taxas de valorização, justificando a contínua depressão dos padrões de acumulação. Estratégias como a expansão da valorização especulativa através do mercado de ativos financeiros ou a ampliação da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias constituem tentativas de responder à crise da reprodução industrial. Essa crise estrutural impacta profundamente a organização social da produção e, conseqüentemente, toda a vida em sociedade.

## **A crise do neoliberalismo e os projetos em disputa**

Nesse contexto, o neoliberalismo surge como estratégia para retomar os padrões de acumulação declinantes depois dos “trinta anos dourados” do capitalismo do pós-guerra na Europa, Japão e Estados Unidos. Essa nova fase é caracterizada pela redução do papel do Estado em comparação com o que foi desempenhado durante a construção do Welfare State e pela

abertura comercial. Privatizações de empresas públicas, tratados bilaterais ou multilaterais que eliminam barreiras tarifárias e não tarifárias, facilitando a circulação de produtos e capitais estrangeiros, desregulamentação de leis de proteção trabalhista, previdenciária ou ambiental, e indução de crises que permitam a promoção de reformas impopulares rápidas.

Essa estratégia, no entanto, não poderia ser desenvolvida sem conflitos. As crises econômicas dos anos 1990 motivaram um forte movimento contra a globalização neoliberal,

que encontrou no Fórum Social Mundial uma síntese possível das lutas daquela fase. Mas esse movimento não tinha uma perspectiva comum do papel da disputa do poder e perdeu vigor, sendo incapaz de responder ao ciclo de enfrentamentos aberto com a crise na Argentina (2002).

Na primeira década do século XXI, as promessas de crescimento econômico, democratização do acesso a bens e serviços e aumento da eficiência não poderiam ser cumpridas. A crise de 2008 é a faísca que demonstra os efeitos da dinâmica especulativa e seus efeitos sobre a realidade. A maioria dos governos do capitalismo central promoveu um duro ajuste recessivo, que resultou no corte de direitos e no cerceamento da capacidade de decisão de governos em todo o planeta.

A nova etapa do neoliberalismo em crise, aberta nesse período, também alimentou um novo ciclo de lutas so-

ciais, que passou pela chamada Primavera Árabe; pelo movimento dos “indignados” nas praças da Espanha, Grécia, Portugal e França; pelo questionamento ao plano de resgate dos bancos nos Estados Unidos representado pelo movimento “Occupy Wall Street” e pela explosão de uma série de mobilizações populares na América Latina, passando por Chile, Colômbia, Brasil e Argentina. Diante da reação popular à crise da globalização neoliberal, o sistema tornou-se mais agressivo.

Houve um impulsionamento dos movimentos de extrema-direita em todo o mundo que passaram a ganhar mais força, atuando por dentro e por fora do regime, com recursos extremos do golpe de Estado, usado na Bolívia e no Brasil, a manipulação do sistema judiciário e dos procedimentos legais (lawfare) contra adversários — como aconteceu com Lula e com lideranças progressistas de Argentina, Colômbia e Equador, refletindo a violência da nova etapa histórica aberta na década passada. Esse avanço da extrema-direita se apoia também numa crise de esperança na capacidade das instituições em oferecer saídas para as mazelas diversas que afligem o povo. A crise é de legitimidade da própria forma Estado e dos modelos de realização desse, sobretudo da própria democracia liberal.

Essa etapa também se manifesta na crise de projetos. Diante da crise da hegemonia dos Estados Unidos e da sua proposta de globalização neo-

liberal, sustentada por quase 50 anos pela União Europeia, outros projetos buscam assumir a liderança. É o que acontece com a China e sua proposta de “Nova Rota da Seda”, um megaprojeto de infraestrutura capaz de facilitar as trocas comerciais entre os países do Sul global sob liderança chinesa. As características do sistema político e econômico chinês não permitem que outros países se

associem ao seu projeto senão na condição de “sócios menores”. A Europa, perplexa com a radicalização promovida pela extrema-direita nos Estados Unidos, tenta salvar o projeto neoliberal, mas ampliando os investimentos em infraestrutura e defesa para garantir uma saída “autônoma” diante das incertezas do mundo.

E as esquerdas, o que podem oferecer como projeto para a crise do neoliberalismo? As forças hegemônicas no campo das esquerdas — a social-democracia na Europa e o progressismo reformista na América Latina — seguem sequestradas pela ortodoxia econômica em, pelo menos, dois aspectos. O primeiro em relação à necessidade de manutenção de superávits fiscais para preservar a “confiança do mercado” e de potenciais investidores. O segundo, presa ao mito de um caminho mais ou menos autônomo que permita, com investimentos públicos diretos e crescimento econômico continuado, criar as condições para uma reindustrialização e a tão sonhada entrada no “clube dos desenvolvidos”.

Essa visão, que demonstra em última instância a resiliência nas esquerdas do que economistas críticos chamam de “mito do desenvolvimento”, impede a postulação de um modelo realmente alternativo, baseado na produção e distribuição de riqueza, no adequado financiamento do Estado e na transição ecológica. Em outras palavras, o que estamos afirmando é a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo na atual etapa do capitalismo, o que joga por terra as visões desenvolvimentistas presentes em parte da esquerda brasileira. A ideia de que um país da semiperiferia do capitalismo, como o Brasil, pode, seja por via da indução do mercado interno, seja por um neoextrativismo de commodities, alcançar os padrões de desenvolvimento dos países do capitalismo central não passa de uma ideologia que atrasa a formulação de uma alternativa. Sem pensar fora dessa caixa, as esquerdas seguirão reféns de uma visão teórica e política falsas.

Mergulhadas na crise do neoliberalismo, democracias frágeis e sequestradas pelo poder econômico se tornam alvos fáceis da extrema-direita, que ganha terreno prometendo o retorno a uma era dourada de ordem e progresso que nunca existiu. Frente ao medo e às incertezas em relação ao futuro, surge uma situação paradoxal. De um lado, o centro político entra em crise, incapaz de conectar-se com as demandas populares e totalmente subjugado às necessidades

de reprodução do sistema. De outro, o medo gera uma interdição às propostas mais radicais da esquerda, vistas como sinônimo de mais insegurança. É aí que ganham terreno os populistas de direita ou ressurgem das cinzas lideranças carismáticas que

habitam o imaginário das maiorias sociais, enquanto o velho progressismo reformista, incapaz de compreender as mudanças nessa etapa histórica, segue apostando tudo no combate às desigualdades econômicas e no neoextrativismo, ignorando a importância que a luta cultural ganha em momentos como esse.

A crise climática é uma oportunidade para questionar o atual modelo econômico e social baseado no capitalismo neoliberal, que promove padrões de produção e consumo insustentáveis, especialmente para os países do Sul global. Em vez de adotar visões românticas ou fórmulas prontas, é necessário construir um caminho alternativo com base na realidade e consciência popular, promovendo um projeto antineoliberal e socialista. Três vetores sustentam essa proposta: a solidariedade frente aos desastres climáticos, o fortalecimento do papel do Estado e a construção de um novo modelo econômico sustentável que vá além do agronegócio predatório.

Os socialistas democráticos devem, portanto, articular a crise climática com a defesa de outro modelo econômico. Em outras palavras, a crise climática não pode ser um significante

vazio. A visibilidade da crise climática e a crise da pandemia do COVID-19 desnudaram o que Nancy Fraser denominou como “capitalismo canibal” para nomear o sistema social atual. A metáfora do canibalismo revela como o capitalismo priva um estabelecimento de um elemento essencial para seu funcionamento a fim de criar ou sustentar outro.

Para cada um desses aspectos predatórios o capitalismo apresenta uma forma ampliada de dominação: na reprodução social, os cuidados são majoritariamente realizados por mulheres, apontando o gênero como marcador estruturante das desigualdades no capitalismo; na natureza, a dimensão predatória do capitalismo sobre os recursos naturais, do qual a crise climática é sua dimensão mais evidente; o poder público canibalizado pela economia, dissociando cada vez mais os interesses econômicos da maioria dos cidadãos e afrontando a existência de regimes minimamente democráticos; e por fim, a expropriação de povos e culturas revelando a dimensão essencialmente racista deste capitalismo.

### **Um PSOL socialista onde todas as lutas se encontram**

É importante apresentar o diagnóstico do presente com todas as suas consequências. Contudo, um sistema, mesmo que esteja moribundo, não se desconstrói apenas por suas con-

tradições intrínsecas e eminentes. É preciso que se tenha os sujeitos/sujeitas dessa transformação, mesmo que suas condições objetivas se manifestem. Não basta apenas apontar as contradições, é preciso compreendê-las e, sobretudo, agir na política para que a existência desses sujeitos/sujeitas se manifestem na sua integridade e respectivas alianças.

É nesse ponto, que o PSOL e a construção de uma ‘nova esquerda’ se tornam essenciais. A solução para a crise profunda que vivemos não está em voltarmos para trás. Mas, está em construirmos um efetivo diagnóstico do presente para construir as formas de resistência necessárias a enfrentar esta situação atual, assumindo novos compromissos estratégicos que incorporem tudo o que o PSOL acumulou coletivamente nestas duas décadas de existência, em que já avançamos em formulações testadas com êxito e que demandam atualização e incorporação no programa partidário.

Primeiro, o PSOL deve continuar se reafirmando como um partido socialista, democrático, popular, feminista, anti-racista, ecológico e libertário, espaço para o enfrentamento da enorme desigualdade em nosso país. Porque a crise econômica, do clima, da democracia vem do próprio sistema capitalista. Isso significa questionar o neoliberalismo e a ideia de que só crescer resolve. A crise do clima, por exemplo, é uma das lutas mais anticapitalistas que existem. Ela nos

obriga a questionar o modelo em nível mundial e junta a economia, a cultura e a política. Um programa para enfrentar a crise climática, que enfrente o agronegócio que destrói, que financie a troca para energias limpas e que gere empregos para se adaptar às mudanças do clima.

Segundo, entender como as pessoas vivem e se organizam hoje, e a centralidade da interseccionalidade. Raça, gênero, sexualidade, território, religião se cruzam com a experiência de classe. O PSOL tem um lugar especial nesse debate e precisa destacar a importância da raça e do gênero para entender a desigualdade e a violência e quais são os sujeitos e sujeitas fundamentais para construirmos as mudanças que o Brasil precisa.

Terceiro, precisamos defender o nosso projeto de uma democracia radical. Construir o poder com e para quem vive do trabalho. Isso quer dizer uma nova democracia, “baseada nos bairros, nas comunidades, nos movimentos populares organizados, na transparência e na vontade da maioria do povo”. Usar ferramentas de participação popular, como conselhos, e aprender com os povos tradicionais é fundamental. Defender essa democracia radical é a forma central de lutar contra o autoritarismo da extrema-direita.

A atualização programática que estamos construindo é, em essência, um convite à participação de cada filiado e militante do Partido. É um chamado para visitar, avançar e provocar

novas questões. É hora do PSOL reafirmar seu compromisso com a transformação social e se projetar como um instrumento para a reorganização da esquerda, mantendo suas bandeiras, incorporando as agendas do

presente. Assim, o PSOL se consolida como alternativa democrática, capaz de mobilizar a esperança, enfrentar o medo e apresentar saídas para a construção de um futuro socialista. ■



# Para um socialismo do século XXI

Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL



O século XX foi marcado por guerras e revoluções. Atualmente, essas duas marcas seguem presentes. Mas agora temos uma falta de modelo alternativo, como se o capitalismo fosse eterno. Nesse sentido, temos um retrocesso na subjetividade das classes trabalhadoras. Afinal, a perspectiva socialista no século XX foi animada pela existência de várias revoluções sociais vitoriosas que expropriaram os capitalistas. Depois da Rússia, houve revoluções na Iugoslávia, na China, em Cuba, no Vietnã. Além disso, pelo peso da vitória soviética na guerra contra o nazismo, no leste europeu o capital também foi expropriado e foram construídos estados operários, ainda que burocraticamente degenerados pelo stalinismo em todo o leste europeu. Assim, um terço da humanidade viveu em

estados onde a burguesia havia sido expropriada. A maior contradição deste século foi que essa deformação e degeneração do socialismo terminou com a restauração capitalista, da qual a queda do Muro de Berlim foi o fato mais simbólico.

A crise estrutural do capitalismo e sua fase mais agressiva do imperialismo norte-americano por sobrevivência, têm aquecido as lutas no mundo contra a barbárie deste sistema. A ausência de saídas dentro do sistema abre espaço, como no passado, para a sua face neofascista. Mas a solidariedade internacional à Palestina e as lutas em curso contra o ataque aos trabalhadores e seus direitos, as lutas dos povos que tendem a ser mais fortes amanhã do que hoje, empurram para que novos dirigentes sejam testados. Assim, nada mais tolo do que imaginar o final da história e o triunfo final



do capitalismo. A luta continua.

Nesse cenário, muitos partidos e movimentos abandonaram a perspectiva socialista. Outros tantos buscaram novas interpretações do que seria o socialismo, numa versão contemporânea do revisionismo do início do século passado. Ou então, numa cópia de si mesmos, reafirmaram certezas ignorando as dúvidas do presente.

Enfrentamos um período histórico de inédito patamar da crise capitalista. Vivemos uma crise multidimensional, com suas dimensões econômica, social, política e ambiental, combinada com o avanço da extrema direita pelo mundo. O projeto da financeirização neoliberal que hegemonizou o debate político mundial nas últimas décadas do século XX e do início do século XXI chegou a um limite crítico após a crise de 2007/2008, com os limites para a realização do capital se estreitando cada vez mais e a manutenção dos padrões de lucro cada vez mais complexa para os capitalistas, sobretudo no Ocidente.

Também há um acirramento da disputa pela hegemonia geopolítica entre o imperialismo norte-americano e seus sócios menores da União Europeia e o “capitalismo de Estado” chinês, além da intensificação das guerras e conflitos pelo

mundo. Donald Trump na Casa Branca busca dar um tratamento de choque capitalista e recuperar o papel hegemônico do imperialismo nor-

te-americano no mundo, com uma política muito mais imprevisível, agressiva, expansionista, neocolonial e predatória.

Nesse contexto, a burguesia mundial de conjunto mostra sua incapacidade para resolver a crise e se divide. De um lado, estão seus agentes neoliberais que continuam apostando na globalização financeira alicerçada por regimes democráticos burgueses cada vez mais questionados e em crise. De outro, a extrema direita responde à crise através de sua própria demagogia aparentemente radical, buscando aprofundar ainda mais os padrões de exploração e espoliação através da ideologia reacionária e de ataques antidemocráticos. Um novo fascismo tem surgido da crise sistêmica, que se consolida como o principal inimigo dos trabalhadores e dos povos. Sua máxima expressão é Netanyahu com sua política genocida e de limpeza étnica da Palestina.

A emergência climática e a crise sanitária permanente - consequências da mesma dinâmica neoliberal - se colocam como problemas objetivos para estes projetos burgueses, afinal, não há saída real possível para tais problemas imediatos dentro do modo de produção capitalista. Nesse sentido, tanto o negacionismo científico como as saídas de mercado (como os créditos de carbono) são totalmente insuficientes, nos dando um bom exemplo atual da profundidade do problema e da própria irracionalidade capitalista.

A classe trabalhadora percebe esta conjuntura de forma muito concreta através de diversas formas: na crescente precarização das relações de trabalho, no sucateamento dos serviços públicos, na diminuição das verbas para a assistência social, na ruptura das relações de solidariedade comunitária promovida por esta nova lógica de trabalho, na espoliação de seus territórios e recursos, na violência estatal sistemática contra negros, indígenas e outras populações racializadas pelo planeta, entre tantos outros exemplos. Nesse contexto, surge o neofascismo, consequência combinada da crise capitalista e da frustração popular com alternativas políticas insuficientes.

As alternativas oportunistas aplicadas pelo social-liberalismo, como o projeto de conciliação de classes operada por Lula, tiveram mais êxito antes de 2007/2008, mas hoje despertam muito menos esperança e estão mais associadas a tudo que parece ser mais do mesmo justamente pela “margem de manobra” menor de governos reformistas que não cogitam romper com o grande capital. Na prática, governos eleitos por ampla unidade antifascista assumem a mesma ortodoxia econômica capitalista e acabam estimulando a frustração social semeadora do fascismo.

Para os socialistas coerentes, a independência política - sempre em defesa dos interesses da classe - é a qualidade mais importante nessa situação. Perante as

ilusões efêmeras do poder institucional, um projeto político independente é a resposta ao oportunismo que nos confunde com o próprio regime político burguês. A ampla unidade antifascista pelas liberdades democráticas deve se combinar com a mobilização popular permanente, também pelas pautas econômicas da classe trabalhadora, sempre em busca da construção de alternativas antissistêmicas e revolucionárias.

A reivindicação de suposta neutralidade do Estado é a base teórica para a conversão de parte da esquerda em gestores do capitalismo, rebaixando o horizonte ao possibilismo. Não é uma estratégia nova nem original.

O PSOL reivindica um partido do Socialismo e da Liberdade. Acreditamos que a superação do capitalismo por uma ordem social baseada na apropriação coletiva dos meios de produção, com igualdade radical de condições e oportunidades e com soberania popular. O socialismo não só é possível, como indispensável. É inegável, mesmo entre pensadores liberais, que para se sustentar, o capitalismo tem produzido devastação da natureza, desigualdade e violência. Mas acreditamos que essa nova ordem social deve ser profundamente democrática, baseada na liberdade e na promoção das potencialidades humanas. Nosso socialismo terá as cores do povo, sua diversidade, suas formas de amar, de viver e de crer.

Esse é o maior desafio dos socialistas no século XXI: retomar os sig-

nificantes que expressam um outro mundo possível – o poder popular, a justiça, a igualdade, a liberdade – frente à ofensiva desatada pelo individualismo neoliberal. As condições objetivas para a construção de uma nova ordem social estão dadas. O trabalho humano produz riqueza suficiente para que ela seja distribuída de forma a superar as profundas desigualdades sociais que marcam nosso tempo, estabelecendo uma nova harmonia com a natureza.

Um programa alternativo para o país tem que ter nas suas bases fundadoras o horizonte da ruptura com o imperialismo e suas formas de dominação. A defesa da independência do país é uma bandeira irrenunciável do socialismo e somente poderá ser conquistada pela mobilização dos trabalhadores e do povo. Na atual correlação de forças mundial, o caminho dessa independência passa também pela integração dos países da América Latina. Diante da tendência de maior polarização do imperialismo norte-americano em crise e o resto do mundo, a luta contra a ditadura do dólar nas relações de trocas internacionais e os ditames do FMI e Banco Mundial, tem sido muito importante a localização do Brasil no projeto dos Brics e na relação Sul-Sul. Principalmente diante do desprezo do imperialismo contra as organizações multilaterais como espaço de mediação entre os Estados.

Também nos solidarizamos com todos os povos que lutam pela sua

autodeterminação, como palestinos, curdos e saarauís. Além da importante luta dos povos africanos pela sua segunda independência do imperialismo francês.

Além de anticapitalista, antifascista e antiimperialista, consolidamos, igualmente em nosso programa, referências feministas, antirracistas e de combate à LGBTfobia. E incorporamos um compromisso com a luta dos sem terra, dos sem teto, dos povos indígenas e tradicionais por seus direitos e territórios. É preciso que o nosso partido também adote o Ecosocialismo como horizonte estratégico, entendendo que o colapso ambiental que vivemos coloca a questão da sobrevivência da humanidade e do planeta no centro do debate político e das alternativas de futuro.

Para isso, um partido que queira fazer avançar a luta socialista no século XXI deverá defender a liberdade ou não estará a serviço do socialismo. Um partido, sozinho, não pode dar conta desse desafio. Mas é indispensável oferecer um projeto capaz de pensar a organização da política – e do poder – a partir da vontade de mudança das maiorias sociais, construindo uma hegemonia dos que vivem do trabalho para derrotar o capital. Nesta perspectiva, é fundamental impulsionar o desenvolvimento da auto-organização da classe trabalhadora para a conquista de um governo dos trabalhadores e do povo, que faça possível a transição ao socialismo. ■

# Teses para o socialismo no século 21

## Contribuição ao debate programático do PSOL

**Agatha Cristie** Executiva do Setorial Nacional  
de Mulheres do PSOL e  
militante da Insurgência

**Henrique Canary** militante da  
Resistência



**O** socialismo foi a ideia e o movimento de massas mais poderosos do século 20. O primeiro quartel do século 21, no entanto, tem sido um tempo de questionamento, de fragmentação e mesmo desmoralização dessa ideia. Mais recentemente, a crise de hegemonia burguesa, associada à ausência de uma alternativa socialista de massas tem possibilitado o

renascimento do fascismo, que ameaça mergulhar o mundo numa nova era de trevas e violência. A atualização programática do PSOL trata, portanto, da urgência de reencontrar os caminhos para tornar o socialismo um movimento real, uma ideia que, tomada pelas massas, se torne força material e seja capaz de mudar o país e o mundo. Nesse sentido, lançamos algumas teses para o debate.

**1)** O fim da União Soviética e a volta do capitalismo aos países do leste europeu no início dos anos 1990 representaram uma grande derrota para o movimento de massas. No entanto, não devem ser considerados como a derrota definitiva do próprio socialismo. Trata-se do fracasso de uma experiência concreta e específica. O próprio capitalismo levou séculos para se tornar um modo de produção dominante no mundo inteiro. Tudo leva a crer que o socialismo, em sua luta por se materializar, encontrará as mesmas – e talvez até maiores – dificuldades, retrocessos e recuos temporários, contradições.

**2)** A luta pelo socialismo segue viva enquanto houver capitalismo, enquanto houver uma classe de trabalhadores expropriados (sejam eles assalariados, autônomos ou platformizados) sendo explorados por grandes proprietários. Apesar das enormes mudanças no mundo nas últimas décadas, seguimos vivendo em uma sociedade de classes, na qual se observa um aumento da exploração, uma ampliação numérica da classe trabalhadora, uma crise cada vez mais aguda das antigas formas de dominação, uma emergência climática provocada pela destruição ambiental e que ameaça a civilização e talvez a própria vida humana sobre a Terra.

**3)** O socialismo do século 21 se depara, portanto, não apenas com a

tarefa de superação da sociedade de classes por meio da socialização da produção e da riqueza. A tarefa consiste agora também em estabelecer uma nova lógica produtiva, focada não mais no crescimento infinito e na exploração extensiva dos recursos naturais, mas na regulação consciente do metabolismo do ser humano com a natureza: a transição energética, a recuperação dos biomas, a proteção de áreas, populações e modos de vida. O socialismo do século 21 é, portanto, ecossocialismo.

**4)** Não é possível prever os mecanismos concretos que resultarão no estabelecimento de um governo socialista. Pode-se antecipar, no entanto, que não apenas a transição socialista, mas a própria ascensão de um governo socialista só são possíveis com um poderoso processo de mobilização social. Trata-se, assim, de reconstruir os laços com o movimento de massas tal como ele é hoje, com suas contradições e dificuldades, perigos e oportunidades. É preciso construir uma ampla aliança que seja capaz de se opor à dominação capitalista: trabalhadores, desempregados, movimentos sociais, pessoas ocupadas com a reprodução social da vida, pequenos proprietários, povos e comunidades originárias e tradicionais. É o que se convencionou chamar a conquista da hegemonia.

**5)** Em um país periférico, semicolô-

nial, fruto da escravidão e da violência como o Brasil, o socialismo terá de encarar enormes tarefas. Dentre elas, a superação da desigualdade talvez seja uma das maiores. A desigualdade social é herdeira da escravidão negra e do genocídio indígena. Um governo socialista precisa promover muito mais do que uma mera redistribuição de renda à população mais sofrida. Precisarão encarar o problema da brutal concentração de riqueza que caracteriza o Brasil. Isso precisará ser feito inclusive por meio da nacionalização de ramos e empresas, além de leis que limitem a possibilidade de acúmulo infinito de riquezas. Essa luta começa hoje com a defesa da justiça tributária, taxar os super ricos e acabar com a escala 6x1, reduzindo a jornada de trabalho. Novamente, para isso, será preciso muita mobilização de massas e apoio popular ativo.

**6)** Um governo socialista não pode ser refém dos mecanismos de administração que são, em sua essência, excludentes da participação popular. Conquistar a hegemonia, criar maioria social, angariar apoio de massas – tudo isso requer a criação de novos instrumentos de governança e mobilização que invertam a lógica de que os de cima governam enquanto os de baixo votam uma vez a cada quatro anos: conselhos populares, consultas permanentes, conferências, canais de comunicação com a população, digitalização e simplificação da adminis-

tração pública. Todas essas e muitas outras são medidas necessárias para implementar na prática o princípio de que o socialismo é, do ponto de vista político, a autodeterminação e o autogoverno das massas.

**7)** Um governo socialista deve romper a lógica de dominação imperialista ao mesmo tempo em que evita o isolamento internacional. Será preciso enfrentar os monopólios e oligopólios internacionais que exploram e destroem o nosso país, o que certamente gerará uma forte reação da assim chamada “comunidade internacional”, que na maioria das vezes não passa da opinião dos centros imperialistas hegemônicos. É preciso buscar a solidariedade internacionalista entre os povos, mas também saber aproveitar as contradições do mundo atual para navegar em tempos difíceis. Um governo socialista pode e deve participar de blocos políticos e econômicos que promovam o multilateralismo e que signifiquem uma resistência (ainda que mediada) ao imperialismo hegemônico, principal ameaça à vida na Terra. Mas nunca devemos esquecer que o nosso objetivo é a superação das próprias fronteiras nacionais e a constituição de um ordem internacional baseada não em Estados, mas na livre colaboração dos povos. A articulação com governos e movimentos sociais da América Latina, África e Sul Global em geral será determinante para romper o cordão



sanitário que o imperialismo certamente construirá em torno de uma nova experiência socialista.

**8)** Na atual etapa de desenvolvimento histórico, é decisivo o enfrentamento ao monopólio tecnológico cada vez mais concentrado nas “big techs”. Esses oligopólios se tornaram um dos setores mais vorazes, reacionários e intervencionistas do capitalismo contemporâneo: promoção de golpes, financiamento da extrema-direita, intervenção em eleições, pressão por mudanças legislativas nos países etc., além de serem um dos setores mais lucrativos do capitalismo moderno. A revolução tecnológica que esses setores promoveram não é fruto da genialidade de seus CEO’s, mas do trabalho árduo de engenheiros, programadores, técnicos, funcionários, bem como fruto do consumo desenfreado de enormes quantidades de recursos, principalmente água e energia. O socialismo do século 21 precisa produzir novas formas de socialização do conhecimento e produção de novas tecnologias - que sirvam ao interesse coletivo em todas as suas etapas. Isso significa disputar o controle da sociedade sobre as empresas e a tecnologia para que estejam comprometidas com o desenvolvimento social e a promoção dos melhores valores humanos e ecológicos, em oposição à atividade predatória e desumanizadora das atuais “big techs”.

**9)** Mas o capitalismo não é apenas um sistema de exploração. É um sistema de dominação global, que inclui em seus mecanismos a opressão, o controle dos corpos, a alienação, a transformação das diferenças em desigualdade. O capitalismo incorporou em suas engrenagens as velhas formas de dominação, que agora servem à reprodução ampliada do capital. Assim, o socialismo herda tarefas não apenas ligadas à exploração, mas também à opressão: a superação do racismo, do machismo, do sexismo, da lgbtqia+fobia, do capacitismo. Não há socialismo onde persistem formas de opressão. Leis antirracistas, atuação positiva do Estado para promover a igualdade, reconhecimento das tarefas de produção da vida como trabalho, direitos reprodutivos plenos – tudo isso é fundamental em uma sociedade socialista. A proposta socialista deve incorporar as demandas históricas dos povos, raças, e gêneros oprimidos com vistas à sua libertação e ao estabelecimento da plena igualdade de condições e direitos.

**10)** O Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento nacional ecosocialista. A desindustrialização e a primarização da economia das últimas décadas precisam ser revertidas. O Estado precisa ser o promotor de uma nova lógica de desenvolvimento, baseada na exploração racional dos recursos, com transição energética justa e pautada pela su-

peração dos combustíveis fósseis, recomposição da natureza degradada, produção agrícola agroecológica, reforma agrária, demarcação de todos os territórios indígenas e quilombolas, e com altíssima densidade tecnológica, uso da robótica, da inteligência artificial e das melhores práticas de organização da produção. É preciso implementar uma planificação econômica que atenda em primeiro lugar às necessidades internas de desenvolvimento ecosocialista: nova lógica de transportes, de organização do espaço urbano, distribuição de renda e riqueza, saúde e educação.

**11)** A velha demanda socialista da democratização dos meios de comunicação adquire uma dimensão dramática com as redes sociais, os grandes monopólios capitalistas de tecnologia e o fortalecimento da extrema-direita. É preciso acabar com qualquer monopólio nesse terreno: democratizar e regulamentar as redes resguardando a soberania nacional, combater a desinformação e as fake news, construir alternativas saudáveis, fomentar o florescimento de novos meios de comunicação não-corporativos, punir exemplarmente os abusos e crimes. As redes sociais e a internet em geral devem servir à democratização da vida, ao livre fluxo de informação responsável, ao lazer e à colaboração social e comunitária.

**12)** Um governo socialista precisa encarar as dívidas do passado: com a população negra, com os povos tradicionais e originários, com as mulheres e a população lgbtqi+, com as populações marginalizadas, oprimidas e superexploradas. Serão necessárias medidas de reparação histórica, a criação de uma desigualdade positiva que ajude a superar um passado e presente de violência. O objetivo é a plena igualdade racial, de gênero, regional, cultural, etária e de todo tipo.

**13)** O socialismo precisa devolver à classe trabalhadora os direitos perdidos: a anulação de todas as contrarreformas reacionárias dos últimos anos e a reversão das privatizações. É preciso construir uma sociedade (e portanto uma economia, leis, mecanismos políticos) que sirvam ao ser humano e não o contrário. A sociedade não pode funcionar com o único objetivo do crescimento infinito para a obtenção de lucro. Para isso, precisamos de um Estado que planeja e promove, ao mesmo tempo em que mantemos e restauramos direitos sociais.

**14)** O Estado socialista não pode ser um mecanismo de opressão e violência contra os pobres. É preciso desmilitarizar as polícias, encerrar a guerra às drogas, a criminalização da pobreza, a perseguição e o assassinato da população das favelas e periferias. A atuação do Estado nas áreas mais vulneráveis deve primar pela promo-



ção dos direitos fundamentais: saúde, educação, lazer, cultura, transporte, moradia. É papel do Estado a regulamentação com pesquisa das substâncias psicoativas, bem como tratar o uso e a redução de danos como uma questão de saúde pública.

**15)** O socialismo deve encarar um grandioso projeto urbano nacional, combinando a habitação popular em imóveis ociosos (o Brasil tem mais imóvel vazio do que pessoas sem teto) e a construção de casas populares em áreas adequadas, seguras, urbanizadas, atendidas por todos os serviços estatais. É preciso descentralizar as cidades, os empregos, os lugares de lazer, estudo e trabalho. A cidade deve pertencer às pessoas, o que passa pela democratização radical dos espaços públicos, tarifa zero dos transportes públicos, acesso aos serviços sociais e culturais.

**16)** A liberdade religiosa é um dos valores mais caros ao socialismo. Não se pode construir uma sociedade socialista sem que se respeite a espiritualidade, as tradições e os costumes de um povo. Para tanto, a laicidade do Estado é essencial. O Estado deve promover a tolerância religiosa, o respeito a todas as crenças e combater o racismo religioso que se apresenta como ferramenta de violência contra o povo negro brasileiro. Ao mesmo tempo, não deve promover nenhuma religião em particular.

**17)** O socialismo precisa encarar o problema do imperialismo e da soberania nacional. O Brasil passou de colônia a semicolônia e nunca foi um país verdadeiramente independente, sempre esteve subordinado por mecanismos políticos ou laços econômicos desiguais com os países do centro imperialista. Não há socialismo sem soberania nacional: soberania política, alimentar, militar, energética, tecnológica e industrial. A luta pelo socialismo é, em última instância, uma luta pela superação do sistema imperialista mundial.

**18)** A reforma agrária segue sendo uma das bandeiras mais caras dos socialistas. A agricultura familiar, a pequena propriedade de alta densidade tecnológica já demonstraram as suas potencialidades em termos de produção e preservação ambiental. Junto com isso, a preservação e o respeito aos modos de vida tradicionais, como dos povos indígenas, comunidades quilombolas, caiçaras, ribeirinhas e outras. É preciso romper a lógica do agronegócio exportador e poluidor, que enriquece enquanto ameaça nossa soberania alimentar e nossa vida; além de combater às mudanças climáticas e o racismo ambiental, garantir acesso universal à água e saneamento básico.

**19)** Não é possível governar qualquer país e muito menos conduzir uma nova experiência socialista sem

levar em conta o problema da Inteligência Artificial. Em si, trata-se de uma enorme conquista da humanidade: uma poderosa ferramenta de análise, sistematização e organização de dados, além, é claro, de suas capacidades gerativas. Sem IA, não é possível promover o planejamento econômico centralizado. Mas hoje a IA serve fundamentalmente à superexploração. Ela deveria promover a produtividade humana para libertar os trabalhadores das atividades mecânicas, repetitivas, monótonas, além de diminuir a carga laboral. É preciso,

por isso, criar alternativas nacionais e soberanas de IA: localizadas em território nacional, sustentáveis ecologicamente e com o seu processo de aprendizado monitorado e controlado permanentemente pela inteligência humana.

Em uma palavra, a luta pelo socialismo no século 21 é a luta por reacender a esperança em um projeto positivo de uma sociedade justa, igualitária, livre e democrática. Somente assim poderemos vencer os desafios do presente e transformar em realidade o projeto que nos une. ■



# Socialismo do Século XXI: Renovar a utopia emancipatória para impedir o colapso social e ambiental

APS, Alicerce, Centelhas,  
Insurgência-Reconstrução  
Democrática, LSR e  
Rebelião Ecosocialista



## **Crise estrutural do capital, colapso social e ambiental e a luta socialista**

**1)** O capitalismo levou o mundo a uma crise estrutural de múltiplas dimensões: econômica, ambiental, social e política. Outro face desse cenário foi a crise da alternativa socialista. Coloca-se como necessário resgatarmos a utopia socialista, não apenas para pôr fim às regressões sociais e democráticas que acompanham a expansão capitalista global, mas tam-

bém de salvar a humanidade de uma catástrofe ecológica sem precedentes.

**2)** A crise estrutural se combina com a crise da hegemonia norte-americana pós 2008, acirrando posturas imperialistas - sobretudo entre China e EUA - a militarização e as guerras comerciais. Como tentativa de sobrevivência, aceleram-se as reestruturações produtivas e as revoluções tecnológicas, tornando ainda mais dramáticas as incertezas no mundo do trabalho. O desenvolvimento capitalista baseado

em combustíveis fósseis não consegue esconder os desequilíbrios ecossistêmicos que provoca.

**3)** A renovação da utopia socialista exige integrar as lutas contra todas as formas de dominação e opressão — classe, gênero, raça, colonialismo, autoritarismo e LGBTQI+. O socialismo do século XXI precisa ser revolucionário, democrático e plural, articulando pautas classistas, feministas, ecológicas e antirracistas, radicalmente diferente dos modelos do século XX e de qualquer regime estatista, mesmo os reformistas, ou ditatorial.

**4)** O saldo é o agravamento das desigualdades sociais com concentração de renda e riqueza nas mãos dos 1% da população mundial. Hoje, a classe trabalhadora e os povos oprimidos pelo imperialismo são as principais vítimas de uma rápida caminhada da humanidade para o abismo.

**5)** O agravamento da crise climática, sobretudo pela emissão crescente de gases de efeito estufa, impõe limites para a repetição de modelos de desenvolvimento anteriores. A superexploração dos bens comuns da natureza, com poluição e destruição da biodiversidade, pode nos levar a um ponto de não-retorno do desequilíbrio dos ecossistemas do planeta.

**6)** A ampliação da consciência quanto à gravidade da crise ambiental e

da inviabilidade de qualquer solução no capitalismo é fundamental. O ecossocialismo deve ser nosso principal horizonte estratégico, em contrapartida ao imperialismo e ao capitalismo verde, que acredita ser possível conciliar exploração predatória com preservação do planeta, ignorando o racismo ambiental e as disputas dos territórios urbanos e rurais.

**7)** Os desafios impostos pela crise ecológica devem permear todas as lutas contra a atual ordem global. A superação da “fenda metabólica” entre as sociedades humanas e seu ambiente de vida e o respeito pelo equilíbrio ecológico do planeta são fios condutores de nosso programa e estratégia.

**8)** É necessário enfrentar os grandes oligopólios nacionais e mundiais do agronegócio, da mineração, das energias predatórias etc. É preciso lutas imediatas pela redução dos gases do efeito estufa com uma transição energética justa, priorizar o uso de sistemas alimentares agroecológicos com reformas agrária e urbana, reduzir desigualdades – os mais ricos impactam muito mais na degradação ambiental – e combater a formação de zonas de sacrifícios na Ásia, África, América Central e do Sul.

**9)** Para superar o capitalismo, o socialismo do século XXI precisa usar racionalmente as forças produtivas, planejando a produção de forma eco-

lógica. A redução da jornada de trabalho e a socialização dos meios de produção e consumo são essenciais para superar a barbárie capitalista.

### **Derrotar a extrema-direita e o grande capital é nosso principal desafio**

**10)** A falta de alternativa com base de massas para a crise do capitalismo gerou a frustração que alimentou o reacionarismo. Os bilionários tomaram partido pela extrema direita, que oferece seus serviços para “salvar o sistema”. A extrema-direita – e as frações de classe que a sustentam – tentam salvaguardar o poder do capital. Têm como alvo a proteção ambiental e os programas sociais, e travam uma guerra contra os trabalhadores e os pobres, com muita manipulação.

**11)** Para derrotar a extrema direita, é fundamental reconstruir uma corrente socialista e revolucionária, baseada na mobilização e organização das massas trabalhadoras. Essa tarefa exige recuperar a iniciativa socialista na sociedade, indo além de ações governamentais ou judiciais.

**12)** A esperança de paz está se esvaindo. Mais de 30 países estão ou estiveram em guerras recentes. Enquanto os imperialismos travam guerras, medidas urgentes para a transição climática e um futuro sus-

tentável são adiadas. As guerras, calamitosas para as vidas humanas, são prejudiciais ao planeta. Destroem habitats, causam desmatamento, envenenam os solos, as águas e o ar, e são fontes de emissão de carbono. O capitalismo mundial está caminhando a passos largos para a guerra, o desastre ecológico, o genocídio e a barbárie neofascista.

**13)** Diante desse desafio, não basta questionar o neoliberalismo e revalorizar o papel do Estado. Nem mesmo seria suficiente interromper a dinâmica de acumulação (objetivo impossível sob o capitalismo). O consumo líquido global de energia deve diminuir radicalmente – o que significa produzir e transportar menos – e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo de energia nos países mais pobres para atender às necessidades sociais.

### **Um mundo socialmente igualitário, radicalmente democrático e integrado ao meio ambiente**

**14)** Precisamos reconstruir um projeto emancipatório dos explorados e oprimidos. Projeto classista que mude profundamente o comportamento, o consumo, a relação com o resto da natureza, a concepção de felicidade e a visão que os seres humanos têm do mundo. Um projeto antiprodutivista para viver melhor sem destruir o meio ambiente.

**15)** Nossa perspectiva socialista tem dois eixos fundamentais: a desalienação do trabalho de bilhões de pessoas e a interrupção da destruição da vida, reparando o máximo possível os danos. Queremos construir uma vida boa para todos reduzindo o consumo de matéria e energia atrelado ao capitalismo, levando em conta as responsabilidades diferenciadas e reduzindo a produção material.

**16)** Para tanto, será fundamental garantir a hegemonia da propriedade pública-estatal (socialização dos meios de produção), o planejamento democrático e a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas (ciência, tecnologia, inovação e formação técnica dos produtores) integrados à necessidade de preservação e restauração do meio ambiente.

**17)** A transição socialista constituirá um novo poder estatal e uma nova relação política na sociedade. Sua implementação será possível com a vitória revolucionária dos trabalhadores e do povo oprimido sobre a burguesia e seu aparato militar. A partir daí, todo aparelho de administração estatal voltado à reprodução dos privilégios anteriores e à repressão ao povo trabalhador será desmantelado e se construirá uma nova democracia, de caráter socialista.

**18)** Por isso, é necessário rejeitar a estratégia falha de conciliação de

classes e frentes com uma ilusória burguesia progressista, estratégia em curso no Brasil. Só um governo sob a direção dos trabalhadores será capaz de romper com as amarras desse sistema.

### **Nova economia: planejamento social democrático e socialismo**

**19)** Para alcançarmos nossos objetivos é fundamental o fim dos monopólios privados e corporativos que exploram os trabalhadores e submetem a sociedade, e a simultânea introdução da administração partilhada entre o novo estado, os trabalhadores e a representação da sociedade civil, tornando-os propriedade pública-estatal.

**20)** Na transição, setores não monopolistas da economia poderão assumir configurações diferenciadas. Da propriedade pública-estatal de nível nacional, estadual ou municipal, à propriedade cooperativa dos próprios trabalhadores, à propriedade privada não monopolista. Sua configuração dependerá da importância para atender necessidades sociais básicas e de sua integração no planejamento geral. Pode-se admitir a possibilidade de investimentos estrangeiros produtivos, desde que dentro das prioridades definidas no planejamento social e submetidos ao mesmo padrão de controle de seus congêneres nacionais.



**21)** A condução da economia deve estar sob um plano social com participação popular, articulando democracia econômica e política. Coletivos descentralizados tomarão decisões locais, integradas a um planejamento geral para otimizar recursos. Trabalhadores e produtores participarão da gestão de seus locais de trabalho, orientando a produção e a distribuição pelo princípio de descentralizar sempre que possível e coordenar quando necessário.

### **Um novo padrão ético e cultural**

**22)** A sociedade livre que queremos não se baseará no consumo ilimitado e sim na autolimitação escolhida e compreendida contra a alienação consumista. A deliberação coletiva possibilitará a superação de necessidades artificiais e a definição de necessidades “universalizáveis” – não reservadas a minorias.

**23)** Transformaremos nossos espaços sociais, priorizando o cuidado com as pessoas e a natureza. Ao eliminar a especulação fundiária e o domínio do carro, poderemos reconfigurar o uso dos espaços públicos, aproximando centro e periferia, ampliando áreas de convivência e restaurando a natureza nas cidades com agricultura urbana e comunitária. O objetivo é reequilibrar populações urbanas e rurais e superar

a separação entre cidade e campo, criando comunidades sustentáveis e habitáveis.

### **Transição popular, democrática e ecológica radical**

**24)** Há necessidade de uma alternativa geral e de um plano social baseado na produção e reprodução orientada para a satisfação das necessidades humanas e não para os lucros. A luta socialista deve transmitir essa percepção.

**25)** A compreensão da necessidade de uma mudança revolucionária global é uma tarefa que não se resolverá diretamente e sem dificuldades. Por isso é importante combinar a perspectiva global com as demandas imediatas com as quais se promovem mobilizações. Para conquistar as pessoas para a luta anti-capitalista são necessárias lutas que demonstrem que vitórias parciais são possíveis.

**26)** As lutas bem-sucedidas exigem uma melhor organização. Em tempos em que os sindicatos reduziram sua relevância política e a esquerda está fragmentada, é importante a cooperação prática não sectária, especialmente entre a esquerda anticapitalista, e ao mesmo tempo apoiar os trabalhadores em sua auto-organização.



**27)** Um programa que queira reformar o capitalismo ou superá-lo de forma fragmentada não terá sucesso. As reformas que aceitam as regras do sistema capitalista não são capazes de enfrentar os desafios das crises social, política e ecológica. E mudanças graduais na economia e no Estado nunca levaram a uma mudança de sistema. Os proprietários e especuladores não assistirão pacificamente ao confisco de sua riqueza e à privação de sua base de enriquecimento.

**28)** O tempo é curto e são necessárias medidas urgentes. Nossa tática é travar essas lutas agora com demandas concretas de transição. Esse é o início de um processo rumo à mudança global. Esses não são estágios históricos separados, mas momentos dialéticos no mesmo processo. Cada vitória parcial ou local é um passo nesse movimento, que reforça a auto-organização e incentiva a luta por novas vitórias. Até a grande vitória dos povos trabalhadores do mundo: o socialismo. ■

# SOCIALISMO DO SÉCULO XXI: Radicalidade, enraizamento popular e desafios estratégico

REVOLUÇÃO  
SOLIDÁRIA



*“De nada importa, na história, o valor abstrato de uma ideia. O que importa é seu valor concreto”*  
(José Carlos Mariátegui)

**1.1.** O socialismo, como utopia concreta, nasce das contradições da sociedade capitalista e da incapacidade desta de emancipar a humanidade e realizá-la plenamente por ser uma estrutura social baseada na exploração do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção e na oposição entre a humanidade e a natureza. O caráter regressivo do capi-

tal, como relação social hegemônica no planeta hoje, torna-se ainda mais evidente em se tratando de uma sociedade de capitalismo dependente, formada a partir do escravismo e do colonialismo, como a brasileira. Ao mesmo tempo em que reivindicamos os avanços de diversos projetos socialistas realizados ao longo do século XX, identificamos seus limites

e insuficiências. Afinal, o socialismo não é um dogma (um conjunto pré-estabelecido de regras a serem impostas à realidade), mas um projeto político construído a partir da realidade concreta de cada sociedade. O projeto socialista é, por definição, histórico e anticapitalista. O resgate da utopia socialista como força mobilizadora aparece como tarefa central da conjuntura atual de enfrentamento à extrema-direita, capaz de vincular as lutas imediatas a um horizonte mais amplo de transformação social. A luta concreta é, portanto, o melhor indicador do sentido das transformações que queremos construir envolvendo milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiro na luta política, a partir das práticas comunitárias nas periferias, nas fábricas, nos territórios urbanos e rurais. Reivindicamos a potência socialista das múltiplas lutas do nosso povo: das cozinhas solidárias, das lutas sindicais, das ocupações sem-teto e sem-terra, dos pequenos agricultores, dos povos das águas, das matas e da floresta, dos quilombolas, indígenas, do movimento negro, LBGTQIAPN+ e das mulheres e da juventude. Todas essas lutas populares prefiguram valores socialistas e criam novas subjetividades que contribuem à formação de uma nova sociedade.

**1.2.** Um projeto socialista para o século XXI precisa estar fundamentado nas contradições materiais e subjetivas

do tempo presente. Identificamos que o capitalismo, em escala planetária, entrou em uma nova etapa de seu desenvolvimento, na qual a conjunção entre desindustrialização, financeirização e reprimarização da economia se soma o poder global das BigTechs como uma imposição estrutural aos países de economia dependente e periférica. Da perspectiva do mundo do trabalho, o advento das Big Techs, das plataformas digitais e da revolução técnico-científica – quando são mobilizadas a serviço do capital – tornam a situação mais complexa ao fragmentar os processos de produção, aumentar a exploração, estabelecer novas formas de sociabilidade e quebrar as identidades e a experiência de classe no que ela tem de solidariedade horizontal. Um dos resultados dessa combinação tem sido, no Brasil e no ocidente como um todo (Europa e América), o crescimento de uma extrema-direita fascista, campo político que vem conseguindo mobilizar eleitoral e socialmente amplas parcelas das classes trabalhadoras. É nesse cenário que o socialismo do século XXI precisa ser desenvolvido.

**1.3.** O campo socialista no Brasil se viu enfraquecido com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, observa uma desorientação estratégica porque, em sua maioria, partia de referências externas à dinâmica das relações capital e trabalho tal como se deram e estruturaram na realidade

brasileira. Se é verdade que o nosso projeto socialista é internacionalista, é fundamental entender que ele deve se estabelecer prioritariamente a partir e pela dinâmica concreta da luta de classes e da disputa ideológica na sociedade brasileira do século XXI. Parte do campo socialista, se não se vê como mero decalque das experiências do socialismo real do Leste Europeu, tem dificuldade objetiva em afirmar qual projeto e a partir de quais contradições se organiza a luta de classes no Brasil. De qualquer maneira, as condições sociais e políticas, do pós-ditadura à rearticulação do sindicalismo e dos movimentos sociais no campo e na cidade, foram diretamente impactadas pela vitória pelos Estados Unidos da Guerra Fria, pela derrota política e militar de projetos políticos nacionalistas de esquerda e de outros abertamente socialistas, na América Latina, Ásia e África e pela gradativa dominância do capital financeiro e desindustrialização da economia brasileira. Assim, a questão nacional precisa ser recolocada a partir dos termos atuais do processo político.

**1.4.** Esse bloco social e político – formado majoritariamente pelos setores das classes trabalhadoras em luta na cidade e no campo e as classes médias urbanas – encontrou maior consistência ao longo dos anos 1980, com a fundação do PT e a criação de diversas entidades dos movimentos

sociais (CUT, MST, MNU, etc), em um processo que se consolidou no chamado programa democrático e popular do PT (1987) e na noção – muitas vezes vaga – de socialismo democrático. Tal campo entrou na defensiva nos anos 1990, mas conseguiu protagonizar diversas lutas de resistência ao neoliberalismo naquele período, em um processo que levou à conquista da presidência pelo PT com Lula em 2002. Esse texto não pretende fazer um balanço daquelas experiências de governo, mas o fato é que o programa democrático e popular nunca chegou a ser efetivamente implementado.

**1.5.** Portanto, o projeto socialista não pode ser visto como um conjunto de ideias ou orientações éticas, embora ambas sejam importantes. O socialismo do século XXI precisa ser um eixo político-estratégico que parte das lutas concretas para unificá-las em um projeto histórico transformador. O socialismo do século XXI precisa ser construído como um projeto político capaz de responder aos dilemas concretos da nossa época, combinando radicalidade transformadora com enraizamento nas lutas populares. O programa do socialismo do século XXI deve partir de uma análise clara das novas configurações do capitalismo – da financeirização à uberização do trabalho – para formular respostas que unam reformas imediatas a um horizonte revolucionário. É a partir destas reformas que as ideias passam

a ganhar força material e capacidade de incidir na sociedade para que, em um primeiro momento, sejamos capazes de derrotar em definitivo a ameaça fascista da extrema-direita e, a partir disso, posicionar uma hegemonia política e social do campo socialista. Para tanto, é necessário identificar, nas sociedades de economia dependente e periférica, como a dinâmica estrutural do capitalismo se apresenta na conjuntura presente e personificar essa dinâmica em inimigos concretos e bem definidos, que devem ser combatidos incansavelmente. É o caso dos bilionários e dos super ricos em geral, das BigTechs, dos núcleos de organização social do fascismo tais como suas milícias armadas - no Brasil, fundamental os Clubes de Colecionadores, Atiradores, Caçadores, (CACs) - e qualquer tipo de organização supremacista, racista, misógina, etc.

**1.6.** Com o avanço da extrema direita no Brasil e no mundo e a correlata crise das democracias liberais do pós-Segunda Guerra Mundial, a luta contra o autoritarismo e a democracia aparecem como campo fundamental de disputa, exigindo ao mesmo tempo a defesa intransigente das instituições contra o avanço fascista e a construção de mecanismos inovadores de participação popular que ampliem os limites da democracia representativa. Esta tensão entre defender conquistas democráticas e radicalizá-

-las marca um dos principais desafios para um projeto socialista contemporâneo. A construção de uma frente antifascista permanente se mostra como necessidade, reconhecendo que o autoritarismo de extrema-direita representa uma ameaça duradoura que exige respostas tanto institucionais quanto de mobilização popular. É neste campo de luta mais amplo que nós mesmos que precisamos fazer com que nosso projeto político se estabeleça tendo como terreno à luta social presente nas redes e nas ruas. Essa estratégia vem sendo posta em prática pelo campo político da Frente Povo Sem Medo, sob a liderança do MTST no campo social e do camarada Guilherme Boulos no campo político-institucional desde a conjuntura do golpe contra a presidenta Dilma em 2016 e continuou com a frente ampla eleitoral contra Jair Bolsonaro em 2018, todo o processo de organização social e resistência contra a política fascista bolsonarista de morte por fome e ou pela falta de vacina na pandemia da Covid-19, culminando em uma frente política e social que elegeu Lula em 2023 e sustenta socialmente seu governo.

**1.7.** No campo econômico, o programa do socialismo do século XXI precisa formular alternativas concretas à crise estrutural do capital, combinando o resgate de instrumentos de planejamento estatal com novas formas de organização popular da pro-

dução. O controle estatal sobre setores estratégicos deve dialogar com as demandas emergentes da economia digital e dos trabalhadores precarizados, propondo desde a redução da jornada de trabalho até novas formas de regulação do capital tecnológico. A construção de uma economia popular solidária, visível nas experiências das cozinhas solidárias, das cooperativas e feiras autogestionárias, aponta caminhos para superar a dicotomia entre estatismo e neoliberalismo. É fundamental compatibilizar um programa nacional de desenvolvimento, retomando nossa soberania e capacidade de produção em áreas estratégicas da economia, como a defesa do meio ambiente e os direitos dos povos indígenas e tradicionais. Para isso, é preciso derrotar os mecanismos institucionais que foram impostos pela burguesia e seus representantes no Congresso Nacional para favorecer o capital rentista e o agronegócio.

**1.8.** A organização popular constitui o eixo central para qualquer projeto transformador neste século. Isso exige superar visões restritas ao mundo fabril tradicional, incorporando como sujeitos estratégicos os coletivos e movimentos das periferias urbanas, os movimentos indígenas, quilombolas, feministas, antirracistas e as juventudes. O PSOL enfrenta o desafio de se transformar num partido enraizado nestas lutas, capaz não apenas de apoiá-las, mas de ser instrumento

ativo de sua organização e radicalização, tanto na dimensão do território quanto na arena digital, cada vez mais central para a luta de classes contemporânea. Isso passa necessariamente por uma renovação programática e organizativa que supere tanto o risco da institucionalização acomodada quanto do sectarismo estéril.

**1.9.** O socialismo do século XXI precisa incorporar de forma orgânica a luta anti-capacitista como eixo estrutural de seu projeto transformador, rompendo com a lógica capitalista que condiciona o valor humano à produtividade. Isso exige uma profunda revolução cultural e material que garanta não apenas direitos formais, mas condições concretas para uma existência plena e autônoma para todos os corpos e mentes. A construção de uma sociedade verdadeiramente socialista passa necessariamente pela criação de um novo paradigma de interdependência, onde os cuidados coletivos e a acessibilidade radical (física, comunicacional e atitudinal) sejam pilares da organização social. E passa também por uma revalorização da política junto às classes populares a partir de valores e práticas de solidariedade e recusa aos privilégios da classe política, seguindo a inspiração do camarada Pepe Mujica e de tantas outras referências socialistas da América Latina.

**1.10.** A dimensão internacionalista do socialismo exige hoje uma análi-

se cuidadosa da nova configuração geopolítica, em particular da disputa entre EUA e China, evitando tanto alinhamentos automáticos quanto visões simplistas. A defesa da soberania nacional deve articular-se com uma perspectiva internacionalista consequente, reconhecendo que as lutas contra o capital financeiro, contra as Big Techs e de enfrentamento ao modelo econômico que provoca a crise climática são necessariamente transnacionais. Porém, é preciso superar o mundo unipolar e a dominância do Bloco de Poder EUA-UE e OTAN que dão sustentação ao genocídio do povo palestino por parte do Estado de Israel. Neste sentido, o BRICS e outras articulações do Sul Global são alternativas econômicas e comerciais de caráter estratégico e de afirmação da nossa soberania política e econômica.

**1.11.** A construção deste programa exige superar definitivamente qualquer visão do PSOL como mera alternativa ao PT, afirmando-o como projeto político autônomo e capaz de dialogar com as novas gerações de lutadores sociais. O desafio é transformar o partido num instrumento eficaz de organização popular que, sem perder sua capacidade institucional, seja antes de tudo uma ferramenta de acumulação de forças para a transformação radical da sociedade. Desta maneira, apresentamos o que consideramos as bases Estratégicas para um Projeto Socialista no Século XXI:

## **1. Democracia Popular e Estado Socialista de Direito**

- Construção de um Estado radicalmente democrático, com mecanismos de participação direta (conselhos populares, orçamento participativo, democracia digital);
- Enfrentamento estrutural ao fascismo e aos autoritarismos, garantindo liberdades democráticas com justiça social;
- Reforma do sistema político para superar o poder do capital e ampliar a representação popular.

## **2. Socialismo como Superação da Crise Ambiental e a Emergência Climática**

- Transição justa para um modelo econômico pós-extrativista, com planejamento ecológico de longo prazo;
- Defesa intransigente dos territórios tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e justiça ambiental;
- Reforma Agrária e Urbana;
- Combate ao agronegócio predatório e promoção da agroecologia popular.
- Combate às milícias garimpeiras e toda forma de apropriação criminosa da terra, das águas e da floresta

## **3. Economia Planificada Democraticamente e Novo Modelo de Desenvolvimento Socialista**

- Controle social dos setores estratégicos (energia, comunicações, finanças) com gestão democrática;
- Articulação de um sistema econômico misto (empresas estatais,



cooperativas, pequenas propriedades privadas) sob planejamento participativo;

- Soberania tecnológica e industrial, rompendo com a dependência do capital transnacional.
- Superação do produtivismo capitalista, colocando a vida no centro da economia;
- Redução da jornada de trabalho e garantia de renda básica universal;
- Democratização dos meios de comunicação e cultura, combatendo o poder das Big Techs com soberania digital.

#### **4. Soberania Nacional e Internacionalismo Solidário**

- Defesa ativa da autodeterminação dos povos contra o imperialismo e o neocolonialismo;

- Política externa independente e multilateral, com cooperação Sul-Sul e integração latino-americana;
- Punição internacional aos genocidas do estado de Israel e instituição imediata de um Estado Palestino

#### **5. Socialismo Antirracista, Feminista e Inclusivo**

- Combate estrutural ao racismo, patriarcado, LGBTfobia e capacitismo como eixos centrais do projeto socialista;
- Políticas de reparação histórica e garantia de direitos para populações historicamente oprimidas;
- Reconhecimento dos saberes tradicionais e diálogo com cosmovisões não-ocidentais.







# Crise Climática e Transição Ecológica

---

FUNDÇÃO  
LAURO CAMPOS e  
MARIELLE FRANCO  
PSOL

  
PSOL

Caderno  
de debates

2

# Crise climática e Transição Ecológica

A batalha existencial contra o capitalismo: por uma transição ecológica popular e urgente

Revolução Solidária



**A**s mudanças no clima em decorrência da ação capitalista no planeta já não são uma projeção, mas uma realidade do presente. Além do aumento objetivo da temperatura média da Terra, eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes e intensos, afetando sobretudo as populações que menos contribuem para a crise climática. Quem vive nas periferias, a juven-

tude das médias e grandes cidades, a população negra, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, além de outros povos e comunidades tradicionais são as maiores vítimas dos efeitos desse desequilíbrio, sofrendo constantemente com estragos materiais, bem como a destruição de seus territórios e modos de vida. Pelo lucro de poucos, o equilíbrio ecológico do planeta vem sendo des-

truído e a vida da maioria das pessoas está posta em permanente situação de emergência, resultando, inclusive, na deterioração da saúde humana e em crescentes deslocamentos e migrações.

Mesmo as previsões científicas mais otimistas consideram que os efeitos da crise climática já não são totalmente reversíveis. Nesse contexto, tragédias decorrentes de fortes chuvas, enchentes, deslizamentos, ondas de calor ou frio extremo e queimadas não são fenômenos naturais, mas consequências da combinação desastrosa entre essa crise e a profunda desigualdade na distribuição de infraestrutura e planejamento de nossas cidades – ambos fenômenos frutos do capitalismo. Devemos, portanto, enraizar e localizar os debates e esforços para se reduzir os riscos e combater o racismo ambiental, promovendo medidas de adaptação que deem conta do estrago já feito. Ao mesmo tempo, devemos mitigar emissões de gases de efeito estufa e construir uma transição ecológica que supere tanto a relação predatória e destrutiva do capitalismo com a natureza quanto as diferentes formas de opressão de nossa sociedade. Mais do que nunca, urge superar o capitalismo, pois disso depende a nossa própria existência.

Nesse contexto, não se pode ignorar a desproporção de responsabilidade dos países do Norte global em relação à crise climática: sua riqueza deriva de séculos de exploração colonial e capitalista sobre o planeta, e

o sistema internacional segue incorrendo danos aos países do Sul. Na divisão internacional do trabalho, a reprimarização da economia brasileira se materializa na expansão desenfreada da mineração e do agronegócio monocultor-exportador, acompanhado de toda sua cadeia logística neocolonial. As consequências desse processo são nefastas: à medida que as mineradoras e garimpos engolem montanhas e rios; e que pastos de gado e latifúndios de soja e milho avançam sobre nossos biomas, aprofunda-se a crise climática, aumentam os preços dos alimentos, nossa biodiversidade definha, e os agrotóxicos e rejeitos da mineração contaminam cada vez mais rios e territórios.

Nesse sistema, supostas rotas de integração com novas ferrovias, portos, rodovias e hidrovias tornam-se veias abertas por onde escorre nossa soberania e se promove a destruição. Ao invés de servirem para melhorar as condições de vida do povo e gerar emprego e renda em cadeias econômicas de sociobiodiversidade, essas infraestruturas se revelam verdadeiros vetores de desmatamento e fazem crescer o poder e o lucro das corporações transnacionais. Do mesmo modo, a expansão de parques eólicos sem condicionantes socioambientais, a instalação de data centers com grande demanda hídrica e elétrica e a comodificação do hidrogênio verde pavimentam a ampliação de impactos negativos para muitos, enquan-

to geram lucros para poucos sob um verniz verde. Em meio a tudo isso, a violência contra movimentos sociais e defensores de direitos socioambientais permanece alarmante.

De modo geral, o neoliberalismo se nutre materialmente desses processos, e a extrema direita tem no próprio negacionismo climático uma estratégia mobilizadora. É, portanto, papel do PSOL travar esta batalha a nível político, econômico, social e cultural, popularizando o debate climático ao aproximá-lo da concretude da vida da classe trabalhadora. Em um contexto de alta precarização do trabalho, isso significa lutar pela inclusão de todas as trabalhadoras e trabalhadores, formais e informais, nos processos de transição ecológica, fortalecendo, marcadamente, cooperativas de catadores e iniciativas agroecológicas no campo e na cidade. O partido deve lutar por mais moradia popular e pela reciclagem de prédios nos centros urbanos; pela melhoria, gratuidade e ampliação do transporte público; e pela criação de mais espaços verdes nas cidades, sobretudo nas periferias urbanas.

Em um mundo em emergência e num país com população majoritariamente urbana, o PSOL deve ter como prioridade a redução de riscos nas periferias e a garantia da soberania alimentar e segurança nutricional de nossa população. Não há, portanto, outra opção a não ser conectar as lutas do campo, das cidades, das águas e das florestas, sendo impossí-

vel conceber uma transição ecológica sem reforma agrária popular, demarcação de Terras Indígenas, titulação de territórios quilombolas, regularização fundiária e respeito à consulta livre, prévia e informada, conforme estipulado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Do mesmo modo, é dever do partido lutar pela constitucionalização dos direitos da natureza, defender e ampliar os mecanismos de proteção, fiscalização e licenciamento ambiental, além de pressionar, incansavelmente, para limitar a expansão do agronegócio, da mineração e da pecuária, por desmatamento zero e pela proteção de nossas águas, sistemas hídricos e biodiversidade.

O partido não deve ser refém do rebaixamento do debate climático, cabendo ao PSOL denunciar as falsas soluções apresentadas pelo capitalismo, as quais mascaram o problema, desviam recursos e ainda culpabilizam países e povos do Sul global – como no caso do mercado de carbono, Net Zero e estratégias de compensação. O mesmo vale para as questões relativas à transição energética: o petróleo, por óbvio, não pode seguir sendo a base das economias nem de nenhum projeto de desenvolvimento. Não podemos, no entanto, nos contentar com a mera defesa de fontes renováveis sem que estas venham acompanhadas do respeito aos direitos dos povos e comunidades, e inseridas em um projeto popular e soberano. Urge

avancarmos imediatamente para um sistema livre de combustíveis fósseis e com geração de energia renovável distribuída e socialmente justa.

Por fim, vale ressaltar que as bases de nossa transição ecológica devem vir tanto da valorização dos saberes e práticas das periferias, dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais quanto da ciência ocidental e do internacionalismo dos povos. Transparência, participação popular e proteção a movimentos e defensores socioambientais são, portanto, condições indispensáveis para avançarmos rumo à justiça climática. O PSOL deve se tornar um

instrumento de organização popular e periférica dos setores mais afetados pelos eventos climáticos extremos no sentido de engajá-los ativamente nas soluções para combater a crise climática provocada pelos ricos. Do mesmo modo, reconhecer a dívida do Norte global e sua responsabilidade em financiar essa transição ecológica é tão importante quanto tecer laços de solidariedade no âmbito da nova classe trabalhadora. A justiça climática deve ser nossa régua, e a superação do capitalismo, o nosso objetivo. Só assim poderemos avançar na velocidade existencialmente necessária rumo a uma economia ecológica e socialista. ■

# Eco-socialismo: um passo necessário para o PSOL

APS, Alicerce, Centelhas,  
Fortalecer o PSOL, Insurgência  
Reconstrução-Democrática, LSR,  
MES e Rebelião Eco-socialista



**N**osso partido foi fundado, em 2004, a partir de uma crítica do rumo social-liberal do PT e sua política de conciliação com setores conservadores. Ele constituiu-se ao redor da referência do socialismo democrático como horizonte estratégico e ideologia, demarcando-se tanto em relação aos partidos e movimentos socialistas e comunistas burocráticos, vinculados às experiências do socialismo real, como em vista dos partidos social-democratas vincu-

lados à gestão do capitalismo. Estamos comprometidos com as lutas democráticas e o antifascismo, que se tornou um combate candente nos últimos anos e é uma causa consensual dentro do PSOL. Herdamos também sólidas referências anti-imperialistas, de longa tradição no nosso continente. Somos comprometidos com as pautas feminista, antirracista e de combate à LGBTfobia. Também incorporamos a luta dos povos indígenas e tradicionais por seus direitos e territórios. O partido está



comprometido ainda com a defesa dos direitos humanos, o combate ao populismo penal e a luta contra o genocídio da juventude negra.

Esse retrospecto ajuda a definir o sentido geral anticapitalista do PSOL, seu alicerce na luta contra a exploração e as opressões que o capitalismo impõe à maioria da população. Nunca definimos, por outro lado, o caminho estratégico para fazer convergir as lutas populares em uma disputa de poder e atingirmos uma sociedade socialista, tema que por vezes tensiona a intervenção do partido; essa é, em nossa opinião, uma mudança que só será atingida através de uma ruptura revolucionária, com a necessária construção de uma transição ecossocialista. Avaliamos que agora precisamos formalizar o compromisso do nosso partido não apenas com o socialismo, mas com algo mais preciso: o ecossocialismo.

## **Para onde vamos?**

A qualificação ecológica do socialismo é uma imposição objetiva candente, dada pela grande aceleração da demanda de recursos e serviços ecossistêmicos que o capitalismo global impõe à “natureza”. O impacto cumulativo que as atividades humanas estão tendo sobre os processos naturais da Terra é gigantesco, em especial o aquecimento global, mas também a perda de biodiversidade, a redução da disponibilidade

hídrica, o desmatamento e as alterações no uso do solo, o impacto sobre os fluxos de nitrogênio e fósforo pela grande agricultura industrial, a poluição química, de plásticos e de novas entidades liberadas no meio ambiente, a acidificação dos mares. A dinâmica de acumulação permanente, sob a qual funciona o capitalismo, impõe um desequilíbrio crescente, uma brecha metabólica que está solapando as condições que favorecem a vida no planeta.

Agora, todas as projeções científicas indicam que ultrapassaremos 2 graus de aquecimento global entre 2035 e 2040, uma temperatura que será atingida no Brasil bem antes, em 2030. Isso ocorre porque a situação do Brasil é mais difícil que a da maioria das nações. País tropical, com vastas porções de seu território no centro do continente sul-americano (que esquenta mais rápido que as regiões costeiras), o Brasil se aquece mais rapidamente do que a média do planeta. Além disso, a Floresta Amazônica é um dos “pontos sem retorno” vitais do sistema climático global, que, uma vez comprometida, conhecerá um curso irreversível de degradação. Relatórios científicos prospectam que, sem mudanças radicais de trajetória, atingiremos cenários climáticos catastróficos muito rapidamente no Brasil. O PL da Devastação, recém aprovado, consolida os piores cenários possíveis.

## **Barrar a corrida ao abismo, no mundo e no Brasil**

O importante, para o PSOL, são as consequências políticas desses dados e cenários. O mundo está em um rumo suicida que precisa ser detido. O fossilismo domina os principais governos do mundo, e a transição energética está adicionando novas fontes de energia sem reduzir as antigas, derivadas dos combustíveis fósseis. O negacionismo climático se tornou parte do programa das correntes de direita, extrema direita e dos neofascistas por todo o planeta. Em sua visão de mundo social-darwinista, os poucos que podem devem se apropriar de todos os recursos possíveis, sem se preocupar com o destino das maiorias. Os liberais e boa parte dos progressistas não querem desenvolver iniciativas que rompam com os mecanismos de mercado e se mostram impotentes para conduzir às mudanças necessárias. Refugiam-se em um ilusório tecnosolucionismo de mercado: a ideia de que no futuro novas tecnologias resolverão os problemas para os quais hoje não vemos soluções. Uma ideia irreal porque não existem tecnologias de captura de carbono que sejam consideradas economicamente viáveis, e porque os mecanismos de crédito de carbono não reduzem emissões em parte alguma. Essa perspectiva também ignora os impactos sociais e ambientais das chamadas “energias limpas”, espe-

cialmente sobre as comunidades em que são instaladas. É preciso reduzir o consumo energético do planeta.

Não compartilhamos do pensamento mágico que domina os círculos capitalistas e governamentais pelo mundo afora, nem seu negacionismo da ciência. As estruturas de poder estatal, midiático e multilateral do mundo são hoje controladas pelos interesses dos ramos de energia fóssil, pela grande indústria agropecuária, pela indústria armamentista, pela mineração em grande escala, pelas grandes corporações tecnológicas e por outros ramos da economia capitalista interessados na inércia do atual sistema de produção da Terra. Consumismo, descartabilidade, obsolescência planejada e muitas outras características socioeconômicas desse sistema alimentam a expansão descontrolada da megamáquina capitalista, em cujo coração está o parasitismo financeiro, a busca por fazer cada vez mais dinheiro em cima do dinheiro, que escapa de qualquer controle racional.

As mudanças climáticas estão imbricadas, pelas leis da física, química e biologia, com os outros processos devastadores da teia da vida no planeta, o que coloca as Ciências do Sistema Terra como portadoras de uma crítica radical da sociedade capitalista. O fossilismo e a agropecuária produtora de commodities são os dois grandes ramos da economia capitalista que estão conduzindo nossas

sociedades nesse rumo suicida, e eles estão incrustados nas redes de poder que controlam o Estado brasileiro. Precisamos ouvir o clamor dos cientistas do clima, que nada mais fazem do que expor a implacabilidade dos processos da natureza com os quais não podemos negociar, sem deixar de escutar também a voz da juventude, dos movimentos socioambientais e populares. Precisamos falar do racismo ambiental e dos impactos desiguais das mudanças climáticas para quem está nas periferias e para a vida dos povos e comunidades tradicionais, que resistem à expansão do capital no litoral, nas terras indígenas e quilombolas, nas florestas etc. A luta ecossocialista já é uma realidade intensa e dinâmica, que mobiliza setores diversos e expõe a contradição deles com o capital. O PSOL deve ampliar sua participação nesses processos a fim de fortalecê-los, em colaboração com as comunidades, ativistas e movimentos sociais.

## **O petróleo é anacrônico**

O Brasil é um dos países do mundo cuja população é mais preocupada com a crise ecológica – e isso apesar de todo o peso do agronegócio, da mineração e da exploração do petróleo. Essa é uma agenda transversal que permite dialogar até mesmo com setores mais amplos da sociedade, mas para isso temos um ajuste de contas a fazer com as tradições progressis-

tas que foram muito marcadas pelo produtivismo. A luta pelo “Petróleo é nosso” foi, há três quartos de século, o foco do nacional-desenvolvimentismo que internalizou, no país, os ramos típicos da Segunda Revolução Industrial, depois desmontados pela revanche (neo)liberal e exportadora de commodities. Foi também um elemento central da luta anti-imperialista; a Petrobras tornou-se um ícone fetichizado da identidade positiva do Brasil. Contudo, ela foi em boa parte privatizada e se transformou em uma megacorporação movida pela ganância sem limites. Ela dá lucro para seus acionistas na Bolsa de Nova York, cometendo o crime de exportar petróleo bruto e importar óleos refinados que antes eram produzidos aqui. A riqueza gerada pela empresa, como por outros setores que se baseiam na mesma lógica de megaempreendimentos, está cada vez mais concentrada, o que evidencia o limite da dinâmica desenvolvimentista. Outro caminho é possível. Hoje, nove em cada dez projetos de energia renovável são mais baratos que as alternativas em combustíveis fósseis.

Temos que ser incisivos: a Petrobras deve utilizar toda a sua expertise para se transformar em uma empresa de energias renováveis, a serviço de um novo padrão energético. O argumento da transição energética tem um componente real, mas é, no Brasil, uma falácia; aqui o consumo de energia fóssil é, em grande

parte, realizado pelo setor de transportes – que hoje pode e deve ser eletrificado em poucos anos, como está fazendo a economia chinesa e como deve fazer o Brasil, se quiser se manter a par do desenvolvimento tecnológico contemporâneo. Enquanto isso, o agronegócio brasileiro está fazendo lobby para nos manter em um padrão tecnológico obsoleto, pelo uso de biocombustíveis que nada têm de sustentáveis. O problema não é, portanto, apenas o da exploração do petróleo na Foz do Amazonas, mas o apego de parte da esquerda a uma visão de mundo fossilista, anacrônica e cúmplice do ecocídio. Não por acaso, esse é, hoje, um componente central do projeto trumpista.

## **O agronegócio predador**

Creemos que não seja preciso, no PSOL, argumentar sobre as razões pelas quais o agronegócio brasileiro tem um caráter regressivo. Enraizada no escravismo e na predação ambiental, desenvolvendo práticas destrutivas das vidas dos trabalhadores e da fertilidade dos solos, a classe dominante agrária brasileira se capitalizou como produtora de commodities para exportação que ocuparam as zonas cafeeiras, se expandiram para o Cerrado e hoje ameaçam a Amazônia. Gado, soja, cana-de-açúcar e café correspondem a uma estrutura produtiva que reitera as dependências econômicas no mundo contemporâneo.

O ruralismo não produz alimentos com o necessário cuidado humano, mas transpõe para o campo o sistema de fábricas, criando desertos verdes. Envenena a população brasileira com agrotóxicos, inclusive aqueles banidos na Europa, pulverizados até mesmo sobre zonas urbanas. Essas commodities estão umbilicalmente ligadas à indústria de alimentos ultraprocessados que está produzindo uma epidemia de enfermidades evitáveis no país, com aumento do sobrepeso e obesidade da população, além de maior risco de desenvolvimento de câncer.

O ruralismo é o núcleo da reação neofascista no país, organizando em torno de si o conservadorismo religioso e a visão punitivista de justiça. Ele sequestra os fundos públicos para apoiar sua atividade. A luta antifascista é a luta para quebrar a hegemonia das oligarquias agrárias na política brasileira; ela tem na luta pela reforma agrária e pela defesa da agricultura camponesa e familiar, um componente central. E, como afirma a Via Campesina, “os camponeses esfriam o planeta”. O futuro da agricultura, em um mundo saudável, é da agroecologia.

## **Ecosocialismo, soberania e integração regional**

Quando defendemos que o PSOL deve se afirmar como um partido ecosocialista, não o fazemos a partir

de qualquer modismo, mas da crítica do modelo econômico insustentável estabelecido no Brasil a partir do Consenso de Washington e sua política de desindustrialização e reprimarização do país. Ele foi mantido por todos os governos desde 1990, mas agora sua “âncora internacional” – a globalização neoliberal e as cadeias internacionais de produção organizadas pelas corporações transnacionais – está em crise, como evidenciam as políticas de Trump de recentrar boa parte das cadeias produtivas da economia dos EUA no mercado interno estadunidense. Isso pode abrir um espaço para revertermos a subalternização e o caráter extrativista das estruturas produtivas voltadas para o mercado mundial, montadas pelas burguesias compradoras de nosso continente. O atual patamar de globalização é insustentável, como percebe a extrema direita pelo mundo, mas não os liberais. A economia brasileira foi, exceto no período de 1930 a 1990, voltada para fora, para suprir demandas de produtos primários dos polos capitalistas. Qualquer projeto de futuro tem que recentrar o dinamismo da economia brasileira em uma dinâmica interna e na integração regional.

Desde uma perspectiva ambiental, a maior parte da produção econômica capitalista e do comércio internacional, bem como as finanças globais, são profundamente improdutivas. A produção de combustíveis fósseis e do sistema alimentar focado na pro-

teína animal e em alimentos ultra-processados se tornaram forças destrutivas, e não há nenhum horizonte para sua redução no capitalismo – ao lado de armas, carros, esportes motorizados e turismo de massa, dos plásticos, dos bens de consumo regidos pela lógica da descartabilidade e obsolescência planejada, os serviços que reproduzem essa estrutura etc. A maior parte do que hoje flui pelas artérias do comércio mundial não pode ser integrada em uma economia circular, além de contribuir para a destruição da biosfera e, em decorrência disso, da vida humana.

Podemos produzir a quase totalidade do que necessitamos em nosso país, integrando cadeias produtivas muito mais curtas e racionais com os países vizinhos. A integração regional não é só um antídoto contra o provincianismo, mas a vocação da ambição emancipadora do socialismo. O comércio internacional que não passar pelos crivos ambientais e sociais deve ser suprimido, por mais “natural” que pareça depois de quase meio século de globalização neoliberal. Não estamos defendendo a autarquia; não poderemos abandonar o uso de certas tecnologias avançadas, cuja produção está hoje concentrada nos polos capitalistas ocidentais e na China. A rede de relações que o Brasil constrói nos BRICS poderia, nesse caso, fornecer pontos de apoio importantes frente ao período de caos internacional em que entramos.

## **Ecosocialismo: uma sociedade democrática e próspera**

Ao contrário da caricatura desenhada por seus detratores, o ecosocialismo não defende a volta a uma sociedade de pequena escala, mas o fechamento da brecha metabólica que o capitalismo abriu frente ao Sistema Terra nas últimas décadas. A economia de mercado é míope e imediatista: pensa a economia pelos preços, não a partir dos fluxos de matéria, energia e trabalho; pensa a produtividade e a redução de custos apenas pela lógica de curto prazo de cada unidade de produção, de cada empresa. Não inclui em seu sistema de preços os custos dos danos ou impactos ambientais ou sociais da produção ou do consumo dos bens e serviços, considerados “externalidades”. Isso era razoável no desenvolvimento da indústria nos séculos XIX e XX, mas nada razoável no século XXI.

Um sistema econômico sustentável do ponto de vista social e ambiental, ou seja, alguma forma de planificação ecosocialista, pode atualmente utilizar ferramentas digitais para orientar as decisões sobre a produção e a distribuição que não existiam nas experiências socialistas do passado. Frente às tecnologias digitais, podemos hoje

sustentar que o mercado está se tornando um mecanismo de precificação cada vez mais precário e obsoleto se comparado com uma possível planificação cibernética colocada a serviço de um poder político democrático.

Hoje 85% da população brasileira vive nas cidades, mas temos o país aprisionado por uma economia de saque das riquezas naturais, voltada para gerar riqueza para três mil famílias. Precisamos desmontá-la e constituir uma economia voltada para o atendimento das necessidades das maiorias, do povo trabalhador da cidade e do campo, revertendo os processos neoliberais de precarização e informalidade, e a expansão das zonas de sacrifício que golpeiam povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas. Precisamos construir uma nova estrutura produtiva na qual as atividades agrícolas e mineradoras estejam equilibradas com uma indústria produtiva e serviços acessíveis e de qualidade, com cidades com qualidade de vida onde tenhamos uma teia econômica e institucional capaz de impulsionar o desenvolvimento tecnológico em benefício da nação, e com a restauração ecológica que cure as enfermidades que cinco séculos de latifúndios produziram na nação brasileira. ■



# Crise climática e a urgência de um programa de transição ecossocialista

Nathalia Santana  
e Julio Holanda



**D**esde a Revolução Industrial, fase do capitalismo em que se intensificou a queima de combustíveis fósseis para aumentar a produtividade, houve um aumento da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Mais de 200 anos depois, a temperatura média global se encontra 1,6°C acima dos níveis pré-industriais, aproximando-nos perigosamente de pontos de não retorno ecológico. Todas as tentativas das elites econômicas e políticas para enfrentar

a crise climática fracassaram. Mecanismos de mercado, como o comércio de créditos de carbono e projetos de compensação ambiental, negociados, aprovados e celebrados nas Conferências das Partes (COPs), não apenas se mostraram ineficazes, como tiveram efeitos contrários aos anunciados.

Os principais setores emissores de gases de efeito estufa no mundo são energia, indústria, agricultura, transporte e mudança do uso da terra. No Brasil, a maior taxa de emissão



advém da mudança de uso do solo, que é basicamente desmatamento e queimadas, seguidos da agropecuária. Juntos, representam cerca de 70% das emissões nacionais, enquanto o setor de energia é o terceiro em participação, sendo responsável por 22% das emissões brutas. Esses setores contam com forte influência política, mantendo um lobby ativo no Congresso Nacional, em especial, na Câmara dos Deputados, garantindo a flexibilização de regras e a ampliação da exploração predatória.

Frente a esse cenário, a tarefa que se coloca não é apenas mitigar danos, mas enfrentar as causas estruturais do colapso climático, desmascarando as falsas soluções do capital e construindo um horizonte de ruptura baseado na justiça socioambiental e na reorganização radical do metabolismo sociedade-natureza, horizonte que o ecossocialismo oferece como perspectiva estratégica.

## **O capitalismo do século XXI: colapso climático e a financeirização da natureza**

Estamos enfrentando uma emergência ambiental planetária que ameaça a sobrevivência de inúmeras espécies, incluindo os seres humanos, e que tem raízes no sistema capitalista. Ainda assim, existe quem defenda a possibilidade de criar um novo “capitalismo climático” ou “capitalismo verde”, em que o sistema

muda de inimigo do meio-ambiente e das populações para seu salvador. Essas visões subestimam o fato de que as relações sociais de produção capitalistas, ao priorizarem o lucro e a acumulação, são incompatíveis com a preservação dos equilíbrios ecológicos necessários à vida.

O modo de produção capitalista entende a natureza como “recursos naturais”, e para obter lucro e atingir seu objetivo, é necessário que esses recursos sejam explorados, transformados em mercadorias, sem considerar os limites metabólicos da natureza, o equilíbrio ecossistêmico e os ritmos de regeneração dos ecossistemas. Os cientistas do clima definiram um total de nove fronteiras planetárias como limites biofísicos que garantem a estabilidade da Terra, como clima, acidificação dos oceanos, extinção de espécies, ciclos biogeoquímicos, dentre outros. Atualmente, seis dessas fronteiras foram ultrapassadas, o que significa que a humanidade está operando fora de uma zona segura para a manutenção das condições que possibilitam a vida.

O processo de formação do Brasil é marcado pela colonização que instaurou um regime de produção primário-exportadora, drenando a riqueza produzida nos territórios – ouro, ferro, lítio, açúcar, café, algodão, soja, carne, entre outros – em direção aos países do centro do capitalismo. Hoje, a expansão das chamadas “energias renováveis” e a corrida global por minerais críticos repetem esse padrão.

Trata-se de converter os bens comuns em mercadorias, subordinando direitos fundamentais ao mercado e aprofundando a expropriação das terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais e ribeirinhas, que, por seu modo de vida e saberes, são justamente as populações que apresentam alternativas concretas que se contrapõem o modo de vida capitalista.

### **Transição ou transação energética? O lugar do Brasil na geopolítica da energia e dos minerais estratégicos**

O discurso hegemônico em torno da “transição energética” afirma que substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis seria o caminho natural para conter o colapso climático e cumprir as metas estabelecidas no Acordo de Paris. No entanto, um olhar crítico revela que não há indícios de que esteja ocorrendo uma transição energética no país. Ao contrário, os combustíveis fósseis continuam batendo recordes de produção, inclusive com anúncios de novas áreas de exploração, como a margem equatorial amazônica e o fraturamento hidráulico. Em vez de descarbonizar, o sistema reorganiza cadeias de valor e fluxos financeiros para abrir novos mercados, mantendo intocados os fundamentos da acumulação capitalista, agora com roupagem “verde”, “sustentável” e “ecológica”.

No caso brasileiro, essa “transação” se materializa na combinação entre a expansão acelerada de fontes ditas limpas e a continuidade da exploração de petróleo e gás, especialmente no pré-sal. Os grandes complexos eólicos no Nordeste estão menos vinculados a uma política de soberania energética nacional, e mais conectados à oferta de energia barata para a produção de hidrogênio verde destinado ao mercado internacional. Essa lógica é acompanhada de um processo de territorialização corporativa que impacta de forma desproporcional comunidades tradicionais, convertendo essas regiões em novas zonas de sacrifício. Se, por um lado, os efeitos mais dramáticos das mudanças no clima recaem sobre os países periféricos, as populações mais pobres e os grupos mais vulnerabilizados; por outro, as políticas de transição energética, em busca da adaptação e da mitigação, também vêm provocando violações e violências sobre esses mesmos territórios e grupos sociais.

Além dos impactos e conflitos socioambientais nos territórios, já muito bem documentados, a chamada “transição energética” explicita uma face perversa das fontes de energia renováveis, ainda pouco conhecida: embora emitam menos gases de efeito estufa na etapa de geração, sua cadeia produtiva depende de intensa utilização de minérios e de processos industriais altamente poluentes. A construção de aerogeradores, painéis solares

e baterias exige grandes quantidades de minerais ditos estratégicos ou críticos, como lítio, cobre, níquel, manganês, terras raras, nióbio, entre outros, cuja extração está associada a desmatamento, contaminação de águas e da biodiversidade, deslocamento de comunidades e violações de direitos humanos. Essa pressão por matérias-primas para eletrificação se intensifica com a competição geopolítica entre Estados Unidos e China, que disputam o controle das cadeias de fornecimento para garantir autonomia tecnológica e segurança energética.

A exploração de minerais da transição cresceu 39% na última década, frente a um crescimento de 9,3% do setor mineral, em valores reais. Nesse tabuleiro, os países da América Latina e África assumem papel de fornecedoras de bens primários, reproduzindo padrões coloniais de especialização produtiva, exportando recursos de baixo valor agregado para importar bens industrializados de alto valor. O Brasil, por sua abundância de recursos energéticos e minerais, ocupa posição estratégica nessa disputa. No setor energético, o hidrogênio verde é divulgado como “solução” para a descarbonização, com previsão de atrair bilhões em investimentos nos próximos anos. Projetos no Nordeste, como os da Qair, Casa dos Ventos e Fortescue, mobilizam cifras bilionárias e vastas áreas de terra, reforçando corredores logísticos voltados ao mercado externo, mais do que à soberania energética interna.

Outro recurso de grande importância estratégica são as terras raras. O Brasil detém a terceira maior reserva mundial, atrás de China e Vietnã, mas ainda produz volumes irrisórios. Elementos como neodímio e praseodímio, essenciais para ímãs permanentes usados em turbinas eólicas e veículos elétricos, são extraídos, mas enviados quase integralmente à China para processamento, evidenciando a dependência tecnológica e industrial. O nióbio é outro exemplo emblemático: o Brasil é responsável por mais de 90% da produção mundial, concentrada nos estados de Minas Gerais e Goiás. Embora o recurso seja estratégico para setores de alta tecnologia, sua exploração segue majoritariamente voltada à exportação de liga metálica, sem integração relevante a uma política de industrialização nacional.

Essa dinâmica revela um paradoxo central: quanto mais o Brasil se insere na “economia verde” global, mais se intensificam conflitos territoriais internos. Os megaprojetos de renováveis e de mineração para eletrificação geram processos de espoliação, expulsão de comunidades, racismo ambiental e perda de modos de vida em comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, ao reproduzir a dependência tecnológica e a inserção subalterna nas cadeias globais, o país abdica de construir uma verdadeira transição ecológica pautada pela soberania energética, pelo controle social da produção e pelo respeito aos limites ecossistêmicos.

## **Interseccionalidade e as lutas contra o racismo ambiental**

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica e teórica que permite entender como os diferentes aspectos da identidade do sujeito político, como raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros, influenciam-se mutuamente, criando experiências únicas de opressão ou privilégio. A socióloga afro-americana Patricia Hill Collins também enfatiza que a interseccionalidade, além de perceber que as diferentes formas de opressão estão interligadas e se reforçam mutuamente, é um guia para a ação social e permite identificar e combater as desigualdades em diferentes contextos sociais, promovendo justiça social e emancipação.

A análise interseccional é fundamental para compreender que os impactos das mudanças do clima não são uniformes e afetam de maneira desproporcional grupos sociais que estão sujeitos a diferentes formas de opressão. Ao analisar as intersecções entende-se a existência de comunidades que são mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima e aos riscos ambientais, comunidades atravessadas pelo racismo ambiental.

A pesquisa “Quem precisa de justiça climática no Brasil?”, realizada pelo Observatório do Clima, aponta que as mudanças climáticas afetam de forma mais severa mulheres negras, indígenas e quilombolas, em

especial das regiões Norte e Nordeste, que vivem em áreas vulneráveis aos eventos extremos e enfrentam desafios adicionais devido à discriminação racial e de gênero. A falta de acesso a recursos básicos, como água potável e saneamento, sistema de saúde e educação climática, afeta desproporcionalmente as comunidades de baixa renda, que também são mais suscetíveis a doenças.

Apesar disso, são esses grupos que estão na linha de frente das resistências. Segundo pesquisa conduzida pela Conservation Internacional, com dados de Brasil, Colômbia, Equador e Suriname, terras de afrodescendentes e quilombolas apresentam até 55% menos desmatamento em comparação com outras áreas. Mais do que olhar para a população negra e indígena como impactadas pela mudança do clima, é preciso reconhecer essas populações como protagonistas no desenvolvimento de soluções.

Durante o Encontro Ibero-americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes (Afro XXI), a ativista Nilma Bentes apresentou a ideia de marchar pelos direitos das mulheres e população negra. A marcha aconteceu em 2015 com o mote “Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”.

A carta da Marcha das Mulheres Negras 2015 nos diz que o “Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de

exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. (...) É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos”.

O Bem Viver é uma proposta política para contrapor o modelo capitalista neoliberal, formulado pelos povos indígenas e transformado pelo movimento de mulheres negras em uma experiência concreta da organização política. Segundo a comunicadora e ativista do movimento de mulheres negras, Juliana Gonçalves, as mulheres negras apontam o Bem Viver enquanto prática política organizativa, estruturando-a em outros quatro pilares: 1) natureza como parte da comunidade, um ente de direitos e não uma fonte de recursos; 2) a diversidade enquanto riqueza civilizatória, oposto ao processo de colonização que pretendia tornar todas as culturas como a do europeu branco, heterossexual e católico; 3) valoriza a vida em comunidade e o caráter coletivo no processo de transformação do mundo; e 4) os saberes ancestrais como ferramenta de luta.

Vinte anos após seu surgimento, o PSOL deve se inspirar e buscar sínteses com os movimentos de mulheres negras e mulheres indígenas, do campo, das florestas e da cidade para construir as soluções da crise climática e da superação do capitalismo.

## Por um ecossocialismo do Sul global

Diante o cenário apresentado, acreditamos que o PSOL tem papel fundamental no enfrentamento das causas estruturais do colapso climático. É tarefa central alertar sobre as falsas soluções do capital, como o capitalismo verde ou capitalismo sustentável, e construir, na teoria e na prática, um horizonte de ruptura baseado na reorganização do metabolismo sociedade-natureza, na soberania popular sobre os bens comuns e na justiça socioambiental, combatendo o racismo ambiental e todas as formas de opressões. Esse horizonte é o ecossocialismo.

Defendemos um ecossocialismo do Sul global, que se nutre das lutas territoriais e das práticas políticas e organizativas dos sujeitos mais impactados pela crise ambiental. Um projeto inspirado nos saberes ancestrais e na cosmovisão de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; nas lutas feministas, das resistências urbanas, das populações negras, LGBTQIA+, das juventudes e trabalhadores e trabalhadoras.

Esse ecossocialismo, para ser efetivamente emancipador, deve ser internacionalista e anti-imperialista, reconhecendo que o colapso climático é inseparável das relações desiguais entre centro e periferia no capitalismo global. Exige um programa de transição que combine medidas

emergenciais – como o fim do desmatamento, a transição agroecológica, a reversão das privatizações e a descarbonização da matriz energética – com mudanças estruturais – como o controle público e social dos setores estratégicos da economia, a democratização radical do Estado e a subordinação da produção aos limites ecológicos e às necessidades sociais.

Nosso horizonte é o de uma sociedade que rompa com a lógica do lucro e reorganize a vida coletiva a partir da cooperação, da justiça e do cui-

dado. O ecossocialismo do Sul global não é apenas uma proposta ambiental: é um projeto de libertação que integra a defesa da vida humana e não humana, a autodeterminação dos povos, a superação do capitalismo e de todas as formas de opressões. ■

***Nathalia Santana** é covereadora da Bancada Feminista e militante do Subverta.*

***Julio Holanda** é biólogo, professor e militante do Subverta.*



# Colocar a crise climática no centro da ação

Lívia Duarte,  
Juliano Medeiros  
e Djalma Nery



**A** humanidade está diante de um momento decisivo. Vivemos o que poderíamos chamar de “soma de todas as crises”, quando se encontram numa mesma etapa histórica uma crise do sistema do capital, uma crise de legitimidade das democracias liberais, uma crise dos mecanismos de governança internacional criados após a II Guerra Mundial e uma crise climática prestes a tornar-se irreversível. A tradução desse acumulado de crises se manifesta na forma de guerras, massacres, disputas comerciais, ceticismo em relação à democracia, ascenso de forças extremistas de direita e ocorrência de eventos climáticos cada vez mais extremos. O mundo é hoje, em com-

paração com o momento em que surge o PSOL, vinte anos atrás, mais perigoso, instável e imprevisível.

Pensar a crise climática, portanto, não deve se resumir à formulação um inventário em torno da ameaça existencial que ela representa. Já conhecemos (embora nem sempre tenhamos introjetadas) as consequências do aumento das temperaturas, do nível dos oceanos, do desmatamento ou do uso intensivo dos combustíveis fósseis. A questão que nos interpela neste momento é outra: como fazer da transição ecológica uma oportunidade para colocar em xeque o sistema do capital, responsável principal pelas mudanças climáticas?

O que a ciência tem mostrado nos últimos anos é que o planeta não su-



porta o atual ritmo de produção e consumo promovidos pelo capitalismo. Isso leva a uma série de discussões sobre decrescimento, mudança nos modelos produtivos, o papel da agroecologia e dos conhecimentos tradicionais, controle de recursos naturais estratégicos, descarbonização da economia, dentre outros. O que todos esses debates têm em comum é que apontam para o reconhecimento de que é preciso mudar a própria natureza do modelo.

Em outras palavras, pensar a transição ecológica não pode se resumir a buscar formas de viabilizar um “capitalismo sustentável”. Não acreditamos que esse sistema, com sua lógica predatória, sua crescente demanda por bens naturais, sua lógica anárquica de produzir e tendo em vista os padrões de consumo que incentiva, possa encontrar uma forma sustentável. Por isso, propomos encarar a transição ecológica como uma oportunidade para defender a superação do modelo e a construção de alternativas pós-capitalistas.

## **A gravidade da crise climática**

O relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas, publicado em 2018, alertou que, sem uma política efetiva de redução em 50% das emissões globais de carbono até 2030, será inevitável uma catástrofe climática. A meta estabelecida pelo Acordo de Paris, em 2015,

é de suprimir aumento da temperatura global em até 2°C em relação ao período pré-industrial. Cientistas e ativistas climáticos acreditam que a meta dos 2°C é perigosa, e que o limite suportável para o planeta é manter o aquecimento abaixo dos 1,5°C.

Segundo dados meteorológicos europeus, 2024 foi o ano mais quente desde 1850, com uma elevação na temperatura média global de 1,6°C. Ou seja, acima da meta estipulada como aceitável pelos cientistas. Esse fenômeno não necessariamente significa que já tenhamos ultrapassado as metas definidas no Acordo de Paris, pois o cálculo utilizado para estipular tais metas é a média das temperaturas registradas ao longo de 20 anos. Ao mesmo tempo, a anomalia reforça o sinal de alerta. Não podemos mais seguir agindo como antes ou defendendo as mesmas teses.

Mas embora os efeitos das mudanças climáticas sejam um problema a ser enfrentado por todos, sabemos que os principais responsáveis pela aceleração do aquecimento são os países do capitalismo central. Um estudo da OXFAM, publicado em 2022, apontou que metade da emissão de CO<sub>2</sub> do planeta é de responsabilidade dos 10% mais ricos. Mas apenas exigir reparação por parte dos grandes poluidores não basta. O Brasil, por exemplo, embora não tenha colaborado para o aquecimento global no ciclo de industrialização do capitalismo, é hoje um dos dez maiores emis-

sores de gases de efeito estufa, graças a seu modelo agroexportador. Logo, o discurso que exige que o financiamento da transição venha dos países ricos deve vir acompanhado de ações concretas também por aqui.

### **Encarar o debate socioambiental como disputa de modelo**

O século XXI nasce sob o signo do terrorismo, do desmonte das políticas de proteção social na Europa, da volta dos nacionalismos e das guerras de rapina, como aquelas travadas pelos Estados Unidos e aliados no Afeganistão e Iraque; além do avanço dos populismos de direita na América Latina, Ásia e África. A reestruturação capitalista promovida pela agenda neoliberal – desregulamentação das leis trabalhistas, abertura comercial irrestrita, fortalecimento das frações monopolistas da burguesia, privatizações e plena hegemonia do capital financeiro e especulativo – elevou à condição de lei os interesses do verdadeiro corporativismo representado pelo rentismo e seus associados.

Essa estratégia, no entanto, não poderia ser desenvolvida sem conflitos. A partir da primeira década do século XXI ficou evidente que as promessas de crescimento econômico, democratização do acesso a bens e serviços e aumento da eficiência não poderiam ser cumpridas. A crise de 2008 iniciada

no mercado imobiliário dos Estados Unidos foi a centelha que incendiou o sistema e demonstrou as consequências da dinâmica especulativa sobre a vida real. Contrariando as expectativas populares, a maioria dos governos respondeu à crise com a promoção de ajustes recessivos que culminaram no corte de direitos. Essa etapa aberta pela crise no neoliberalismo também se traduziu através da disputa de projetos, como podemos ver com a proposta chinesa da Nova Rota da Seda, o ascenso da extrema direita associada às Big Techs e ao negacionismo climático, assim como a retomada dos investimentos em infraestrutura e defesa por parte da União Europeia.

Mas e as esquerdas, o que podem oferecer como projeto frente à crise do neoliberalismo? As forças hegemônicas no campo das esquerdas seguem sequestradas pela ortodoxia econômica em pelo menos dois aspectos: o primeiro, em relação à necessidade de manutenção de superávits fiscais sob a justificativa de preservar a “confiança do mercado” e de potenciais investidores; o segundo, em relação à possibilidade de um caminho mais ou menos autônomo que permita, com investimento público direto e crescimento econômico continuado, garantir as condições para a reindustrialização e a tão sonhada entrada no “clube dos desenvolvidos”.

Essa visão, que expressa em última instância a resiliência daquilo que economistas críticos chamam de “mito

do desenvolvimento”, impede a postulação de um modelo realmente alternativo. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que se faz necessário superar as visões desenvolvimentistas presentes em parte da esquerda brasileira. A ideia de que um país da semiperiferia do capitalismo como o Brasil poderia, seja por via da indução do mercado interno, seja através da atração de divisas com base na exportação de commodities, alcançar os padrões de desenvolvimento dos países do capitalismo central não passa de uma ideologia que atrasa a formulação de uma alternativa. Sem imaginação crítica e reconfiguração de um projeto, as esquerdas seguirão reféns de uma visão teórica ultrapassada e incapaz de produzir caminhos para a disputa do futuro.

## **A transição ecológica como alternativa**

A crise climática coloca em xeque ao mesmo tempo o modelo de produção no Brasil e no mundo, os padrões de consumo determinados pela propaganda capitalista, os fluxos comerciais que relegam aos países do Sul global ao papel de fornecedores de matérias primas e consumidores de bens de alto valor agregado; joga luz sobre as ameaças à vida representadas pela dinâmica destrutiva do sistema do capital e ainda nos permite propor um modelo alternativo baseado numa nova divisão internacional da produ-

ção, onde países com grandes reservas de energia limpa ou ecossistemas capazes de promover serviços ambientais, como a captação de CO<sub>2</sub>, poderão se tornar verdadeiras potências.

Isso vai muito além das visões românticas presentes em alguns círculos ecossocialistas, que enxergam na crise climática uma chance de denunciar o capitalismo e propor uma transição socialista imediata. Está claro que o capitalismo está levando o planeta e suas formas de vida ao colapso, mas essa constatação em si não será suficiente para romper a inércia. Ao contrário: colocar um projeto alternativo na ordem do dia exige superar fórmulas prontas e imaginar caminhos capazes de disputar parcelas socialmente relevantes para um enfrentamento contra-hegemônico a partir do nível de consciência do povo.

A transição é, portanto, uma oportunidade de repensar o modelo e fomentar novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Temos, assim, aos menos três abordagens que podem dar sentido a um projeto antineoliberal e socialista a partir da crise climática. A primeira é aquela em torno da solidariedade diante dos eventos climáticos extremos. Somos, afinal, o setor que sempre defendeu o cuidado com o outro diante do “salve-se quem puder” do neoliberalismo. A liderança que mais políticas sociais promoveu no país vem do campo progressista – o presidente Lula –, e temos um his-

tórico de presença nos movimentos sociais que nos credencia politicamente. O engajamento em ações de solidariedade diante de eventos climáticos extremos credencia a esquerda como o campo do “cuidado com o próximo”.

A segunda tem a ver com o papel do Estado, o que afronta diretamente a lógica neoliberal. Fortalecer o Estado e seus mecanismos de proteção é – assim como foi na pandemia – um discurso fundamental para fortalecer nossas posições na sociedade. É através do Estado que podemos defender um novo modelo produtivo no campo, baseado na agroecologia. É através dele que podemos investir em novas tecnologia, na produção de uma bioindústria que produza riqueza, e é nele que podemos promover os mecanismos de sua redistribuição. Só o Estado pode proteger os territórios indígenas das investidas da mineração ilegal ou do agronegócio.

Finalmente, a terceira abordagem tem a ver com a defesa de outro modelo econômico, que supere a dependência do agronegócio predatório, que pense a transição nos marcos da mudança do modelo produtivo brasileiro, que abandone as ilusões desenvolvimentistas e neoextrativistas. Que garanta soberania alimentar, investimentos em infraestrutura em saneamento; e gere oportunidades para os mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem na Amazônia e que não podem ser vítimas do desenvolvimento predatório, mas merecem acesso a serviços

públicos de qualidade e oportunidades.

O papel dos socialistas democráticos, portanto, deve ser o de articular a crise climática com a defesa de outro modelo econômico. Em outras palavras, a crise climática não pode ser um significante vazio. Ela deve ser a expressão concreta da principal ameaça à vida, à felicidade, ao emprego e à família. Por isso, tem potencial para se tornar a mais anticapitalista das lutas, já que é a única com condições de questionar de forma global o modelo e oferecer uma alternativa capaz de associar os âmbitos econômico, cultural e político. Mas, para isso, devemos traduzir a crise climática como um perigo real, numa operação discursiva que mobilize os afetos a partir da dimensão material da vida.

### **A esquerda precisa de uma tática para o debate socioambiental**

Para enfrentar o tema, a esquerda precisa de um programa capaz de produzir uma articulação hegemônica entre parte do mundo do trabalho, da classe média, da intelectualidade crítica, da cultura, entre outros, em torno da defesa da vida contra a morte, representada pelas mudanças climáticas, pelos negacionistas, pelo autoritarismo da extrema direita, pelo agronegócio predatório. A defesa da Amazônia e o combate frontal às atividades predatórias na região – incluindo gás e petróleo –

devem ser uma ponte com setores médios que contribuam para apoiar iniciativas que protejam os modos de vida tradicionais ao mesmo tempo em que permitam a transferência de algumas cadeias de agregação de valor para a região Norte, diminuindo as desigualdades regionais.

Nas grandes cidades, onde as esquerdas são mais representativas, devemos defender modelos mais humanos, seguros e modernos, combatendo as desigualdades econômicas ao mesmo tempo que permitimos reformas urbanas que incentivem as atividades produtivas privadas, a agricultura urbana e periurbana, o consumo consciente, e a produção cooperativa, aproximando – e não rejeitando – a perspectiva do empreendedorismo individual e familiar.

No plano nacional, essa tática se articula com a defesa de reformas tributárias robustas que ajudem a financiar a transição, já que não há que se esperar que os países ricos o façam. Na crise climática não existem fronteiras. Embora as responsabilidades devam ser proporcionais, a disputa de um modelo alternativo não deve ser pensada em termos de composição com os demais modelos em disputa. Em outras palavras, se queremos afirmar um modelo alternativo, de caráter socialista e democrático, não devemos esperar que os países do capitalismo central o financiem.

No plano político, a tática passa por formar uma frente entre todas

as forças de esquerda e centro-esquerda contra a extrema direita, mas buscando impulsionar no interior dessa aliança a formação de um bloco hegemônico que expresse a ascensão de uma nova esquerda, pós-desenvolvimentista, pós-extrativista, antineoliberal, radicalmente democrática, socialista, feminista, que combata o racismo ambiental e se mostre profundamente comprometida com a luta por outro modelo.

## **Um programa socioambiental para a esquerda**

Esse programa deve contemplar vários aspectos, sempre buscando associar a luta política e econômica com sua dimensão cultural. Repetindo: nosso propósito deve ser a construção de articulações hegemônicas entre classes e frações de classes, com a liderança dos interesses populares na formação daquilo que Gramsci chamou de “classe nacional”. Para isso, nosso programa socioambiental deve ter, ao menos, seis eixos:

### **1. Preservação e combate ao desmatamento:**

Os dados apontam que o avanço da fronteira do agronegócio predatório sobre a floresta é a principal contribuição do Brasil ao aquecimento global, mas não só. Devemos lutar contra qualquer atividade predatória na Amazônia, do garimpo à exploração de combustíveis fos-

seis. Isso porque, além dos enormes riscos ambientais envolvidos, atividades dessa natureza mantêm o Brasil refém do modelo neoextrativista de exportação de bens primários, inviabilizando a construção de um modelo econômico alternativo. A tese da “acumulação primitiva” necessária ao desenvolvimento de uma economia industrial justificou as maiores atrocidades da história. Não podemos conciliar defesa da Amazônia com qualquer forma de atividade predatória.

## **2. Reforma agrária e agroecologia como alternativa produtiva:**

Não basta impedir que o agronegócio expanda seus tentáculos sobre a floresta. É preciso alterar a dinâmica produtiva para diminuir dependência econômica que o Estado brasileiro tem em relação às exportações do setor. Para isso, devemos combinar um forte impulso à pequena agricultura de baixo carbono, com prioridade para a produção familiar e de alimentos, moderna e comunitária. Também é necessário encontrar aliados entre os setores que produzem em larga escala para uma transição de modelo, considerando as demandas do mercado internacional. Se nem a revolução socialista terminou do dia para a noite com a produção em larga escala na Rússia, não seremos nós que o faremos no Brasil do latifúndio mecanizado e tecnológico.

## **3. Transição energética:**

A energia elétrica produzida no Brasil é em sua grande maioria renovável, mesmo que os impactos ambientais para a promoção de obras como as da usina de Belo Monte tenham sido desastrosos. Ainda assim, segue havendo pesados subsídios para a produção de energia termoelétrica fóssil, além da energia nuclear e a pressão para manter em níveis preocupantes a produção de etanol (que também é poluente). Além de investir em tecnologias que possam posicionar o Brasil numa nova divisão internacional do trabalho e da produção, um programa socialista para a transição energética poderia gerar novos empregos bem remunerados, diminuir os custos da produção industrial e mesmo reduzir o valor da energia domiciliar. Para isso, são necessários investimentos estatais em pesquisa sobre as novas fontes de energia, em particular o hidrogênio verde.

## **4. Infraestrutura e adaptação climática:**

Num país desigual como o Brasil, os investimentos em infraestrutura são aqueles com maior capacidade de geração de emprego e renda no curto prazo. Não por outra razão, a indústria pesada foi a primeira vítima da Lava Jato e seus aliados internacionais quando o país começou a exportar serviços de engenharia para o mundo todo. Um plano de transição socioambiental robusto exige, como demonstra a situação no Rio Grande

do Sul, forte investimento em adaptação das cidades às mudanças que já são irreversíveis. Isso significa reforma urbana, infraestrutura de saneamento, transição em transportes para eletrificação de frotas e veículos particulares, gestão de resíduos e efluentes líquidos, dentre outros.

### **5. Financiamento da transição:**

Há uma trágica coincidência entre diferentes discursos negacionistas, de esquerda ou de direita: todos reivindicam o “direito ao desenvolvimento” do Brasil. É verdade que o planeta chegou ao ponto crítico em que se encontra porque os países do capitalismo central se desenvolveram economicamente sem qualquer preocupação ambiental. Logo, faz sentido o raciocínio de que, por trás da defesa do meio ambiente estão, na verdade, motivações geopolíticas que buscam impedir o surgimento de novos atores na arena global. A questão é que, nessa lógica, qual a opção senão seguir rumo a um ponto de não retorno? Um programa socialista deve cobrar de todos os governos medidas para transformar sua matriz produtiva, gerando empregos, desconcentrando a renda e a riqueza, ampliando o investimento público e diminuindo as desigualdades. Em outras palavras: não podemos esperar o resgate do Norte global. A combinação de medidas de adaptação e mitigação poderia gerar um aumento do PIB

do Brasil entre US\$ 230 e US\$ 450 até 2030. O número de empregos gerados poderia chegar a 10 milhões e a neutralidade de carbono poderia ser alcançada antes de 2050, conforme prevê o Acordo de Paris.

### **6. Democracia, controle social e combate às desigualdades:**

Há uma total falência dos instrumentos de governança global. Isso significa que o futuro da humanidade não será definido nas COPs. Ao mesmo tempo, nos permite concluir que nenhuma transição socioambiental pode prescindir de um forte controle social. A crise da democracia liberal e sua subordinação às necessidades de reprodução do capital transformaram-na em um significativo vazio. A transição, portanto, nos dá a oportunidade de sustentar a necessidade de uma nova democracia, baseada nos territórios, nos setores populares organizados, na transparência e na vontade das maiorias. É possível forjar uma nova consciência ambiental, em que as formas de vida tradicionais – sobretudo de povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, dentre outros – sejam a ponta de lança. Os comitês de bacias hidrográficas, os conselhos populares de meio ambiente e recomendações internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT ou o Acordo de Escazú, são instrumentos que devem ser reivindicados para pensar uma democracia ambiental robusta.



O PSOL está diante de uma oportunidade única. Além de ser um partido que não se vende e não se rende à lógica da velha política, é também aquele que tem encampado nos últimos anos as lutas sociais relegadas pela esquerda tradicional. Mas nosso projeto econômico ainda é frágil. Além de resistir aos ataques aos direitos sociais, reivindicar reconhecimento aos grupos sociais historicamente marginalizados, construir uma democracia real e enfrentar a extrema direita, chegou a hora de oferecer um projeto econômico para o país. E a transição

ecológica é uma oportunidade ímpar para isso. Essa disputa já começou. Se ficarmos para trás, talvez não tenhamos outra chance. ■

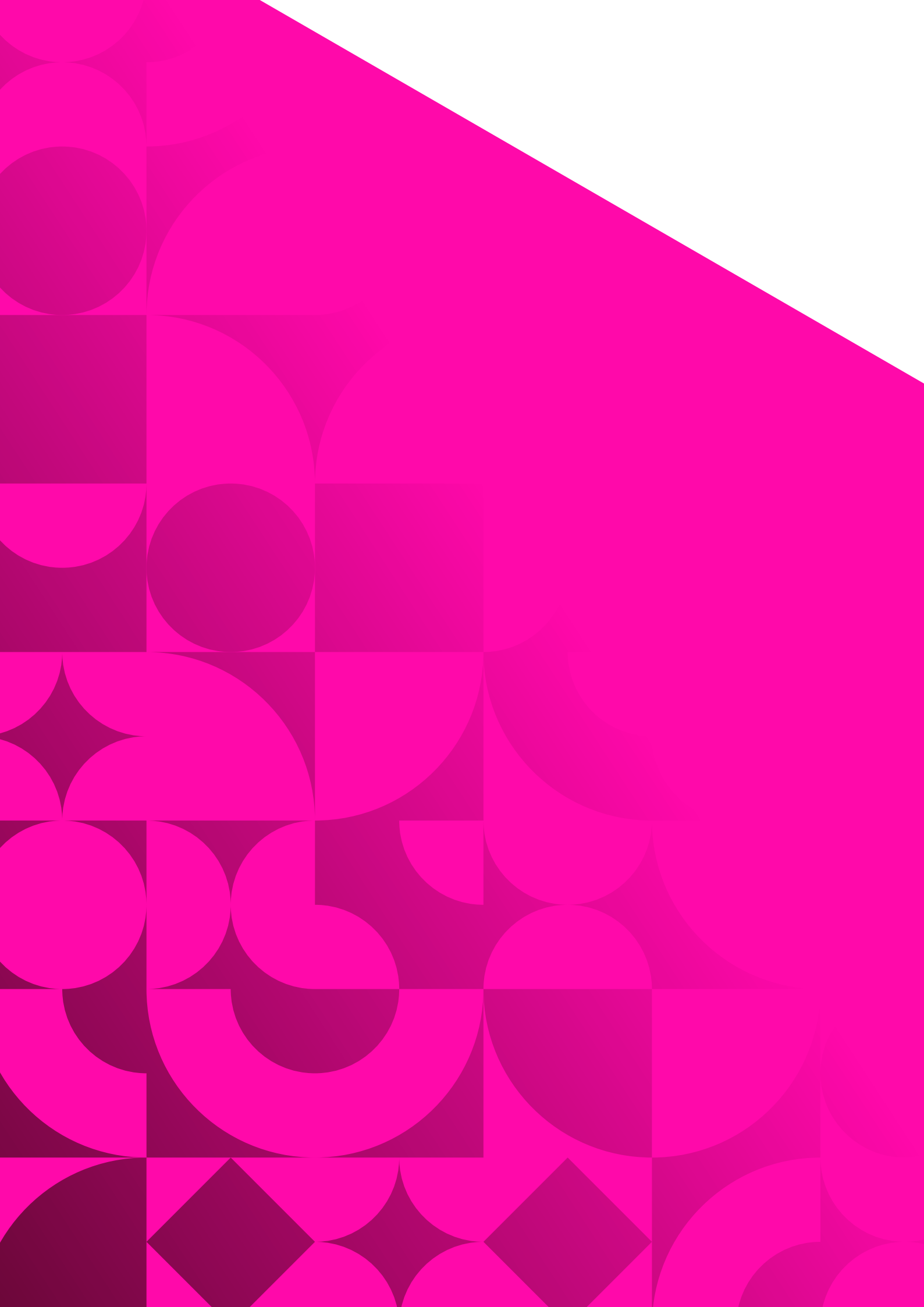
*Lívia Duarte é advogada, psicóloga e Deputada Estadual pelo PSOL/PA.*

*Juliano Medeiros é historiador, doutor em Ciência Política pelo IPOL/UnB e ex-presidente do PSOL (2017-2023).*

*Djalma Nery é cientista social, mestre em Ciências pelo CENA/USP e vereador pelo PSOL em São Carlos/SP.*







# Mundo do Trabalho e Modelo Econômico


---

 FUNDAÇÃO  
LAURO CAMPOS e  
MARIELLE FRANCO  
PSOL

  
PSOL

# 3

**Caderno  
de debates**

  
PSOL

# Contribuições para um programa a partir das relações de trabalho no Brasil contemporâneo

Ederson Duda • Lucas Zinet  
• Marco Gonsales • Matheus Silveira  
• Renan Oliveira e Tassia Almeida



**P**ara compreender a formação do mercado de trabalho no Brasil e a permanência estrutural da precariedade é imprescindível resgatar as origens históricas da classe trabalhadora, situando-a na lógica de um capitalismo dependente, constituído sobre bases coloniais-escravistas e articulado, desde o início, à inserção subordinada no mercado mundial.

Durante o período colonial, três elementos fundamentais articulam-se para conformar a estrutura econômica e social: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravizado. Como aponta Caio Prado Jr., o “sentido da colonização” não foi a construção de uma economia voltada para o mercado interno, mas sim a produção de excedentes primários para o comércio externo,

atendendo à lógica dos países imperialistas. A independência formal não rompeu com esse núcleo estrutural.

A industrialização do início do século XX significou uma modernização conservadora, que incorporou elementos novos sem eliminar as formas arcaicas de exploração. No plano jurídico, as primeiras leis trabalhistas surgiram durante esse período, mas foi com Getúlio Vargas que o Estado implementou um projeto sistemático de modernização orientado à consolidação de um regime de acumulação urbano-industrial. A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 teve como objetivo criar condições institucionais favoráveis ao setor produtivo urbano-industrial.

Como a CLT somente regulamentava o trabalho urbano (deixando de fora o trabalho rural e o tra-

balho doméstico), sua introdução representou a exclusão da maior parte da força de trabalho da época, denotando o caráter seletivo dessa cidadania regulada. Mesmo com a extensão da formalização ao trabalho rural e, mais recentemente, ao trabalho doméstico, a informalidade é uma marca persistente do mercado de trabalho brasileiro.

Assim, embora a CLT tenha representado um marco regulatório importante, é importante destacar as suas limitações. O contrato de trabalho “padrão” jamais se universalizou no Brasil. Ao contrário dos países centrais, onde predominou a formalização seguida de desregulação, no Brasil a precariedade e a informalidade são estruturais.

Apesar da extensa legislação, os empregadores mantiveram ampla liberdade para ajustar as condições de trabalho às diferentes fases da industrialização e às conjunturas econômicas. As jornadas de trabalho extensas, os baixos salários e as poucas restrições ao exercício do poder patronal são problemas persistentes nas relações de trabalho formais.

Nesse sentido, a manutenção de uma estrutura flexível de regulação do trabalho, articulando o trabalho informal, a viração e a precariedade a um padrão de acumulação marcado pelo elevado grau de flexibilidade no uso e remuneração da força de trabalho são traços característicos do capitalismo brasileiro.

## **Neoliberalismo e mundo do trabalho: construindo as bases de um regime de acumulação flexível**

O esgotamento do pacto social do Estado de bem-estar e a queda do bloco soviético marcaram uma inflexão histórica. Sem que as lutas operárias de 1960 e 1970 instaurassem um projeto hegemônico alternativo, o capital reorganizou as relações de produção em resposta à crise do fordismo, consolidando um novo padrão de acumulação flexível, baseado na descentralização produtiva, produção just-in-time, tecnologias de informação e comunicação (TICs), terceirização e financeirização. Nos países centrais, a precariedade assumiu padrões típicos da periferia do capitalismo, que recaíram principalmente sobre imigrantes e pessoas não brancas.

No Brasil, marcado historicamente pela informalidade, as transformações sociais ocorrem não apenas pela ruptura, mas também pela continuidade. A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços, mas tornou-se alvo da ofensiva neoliberal. O Estado brasileiro aprofundou a abertura comercial, privatizações e reprimarização produtiva.

Nos anos 1990, Collor e FHC promoveram flexibilização trabalhista e privatizações, ao passo que nos governos do PT (2003-2016) houve redução da informalidade e expansão do empre-

go formal, mas majoritariamente em setores de baixa remuneração, como o setor de serviços. A expansão do mercado de trabalho brasileiro nesse período foi marcada pela terceirização, com o setor de serviços respondendo por 95% das vagas abertas.

Ainda, a ampliação da contratação via pejetização e MEI – formas jurídicas que mascaram relações de assalariamento, transferindo riscos e custos ao trabalhador – representou o rebaixamento da condição de assalariado formal à de trabalhador sem direitos, intensificando a superexploração típica do capitalismo dependente.

Embora políticas neoliberais tenham sido implementadas no país desde a década de 1990, houve uma aceleração do desmonte da legislação social a partir do golpe parlamentar de 2016. As contrarreformas de Temer aprofundaram a precarização de um mercado de trabalho já marcado pela informalidade. Não houve apenas uma coesão das diferentes frações da burguesia em torno desse desmonte, como também a cúpula dos Poderes se manteve unificada, com o Supremo Tribunal Federal avalizando as decisões do Congresso Nacional. Alguns exemplos desse movimento foram a aprovação da lei da terceirização, que autorizou a expansão da terceirização para as atividades-fim, e da contrarreforma trabalhista, ambas em 2017; a reforma da previdência em 2019; e a aprovação do teto de gastos em 2016,

que constitucionalizou um ajuste fiscal permanente não revogado totalmente até o presente momento.

Esse conjunto de reformas representa o aprofundamento de um regime de acumulação flexível e das formas atuais de exploração. Essa chave de análise remonta à crítica de Chico de Oliveira, que demonstrou a funcionalidade do trabalho informal para a acumulação capitalista. A imbricação entre moderno e arcaico se atualiza quando novas tecnologias, como a geolocalização e o reconhecimento facial, são utilizadas para fiscalizar a entrega de alimentos por jovens periféricos, que pedalam longas distâncias para ganhar menos que um salário mínimo. Em síntese, a perda de formas estáveis do trabalho, a generalização de relações laborais sem direitos e o crescimento do trabalho uberizado sustentam o regime de acumulação flexível consolidado no Brasil.

## **Desafios do século XXI**

Nesse contexto de crise estrutural do capital, o capital financeiro passou a patrocinar grandes empresas que reproduzem, sob novas bases tecnológicas, mecanismos já conhecidos de reestruturação produtiva pós-crise dos anos 1970: enxugamento de custos, rápida adaptação às oscilações da demanda e um novo convencimento ideológico dos trabalhadores por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Essa transposição para

os serviços ocorre intensificando a exploração da força de trabalho.

As reestruturações produtivas recentes, impulsionadas pelas inovações tecnológicas da chamada Indústria 4.0, têm reconfigurado amplamente o setor de serviços. Empresas transnacionais avançam sobre áreas antes ocupadas por profissionais autônomos, pequenas e médias empresas nacionais e o próprio setor público. O crescimento do proletariado de serviços e, mais recentemente, do trabalhador uberizado e plataformizado, expressa um paradoxo do capitalismo: de um lado, a expansão dos algoritmos, inteligência artificial, big data e redes 5G; de outro, o aumento de jornadas extenuantes, por vezes de 12 horas diárias, seis ou sete dias por semana, com rendimentos rebaixados e direitos corroídos.

Nos serviços, o controle do tempo e da produtividade é potencializado pela gestão algorítmica, que intensifica o ritmo de trabalho e transforma dados em ativos financeiros e publicitários. Diferentemente da indústria, onde a automação e a mecanização podem gerar ganhos expressivos de produtividade, grande parte das atividades de serviços é menos suscetível à substituição de trabalho vivo por máquinas. Essa “doença de custos” faz com que a lucratividade dependa de ataques mais incisivos à classe trabalhadora, por meio do aumento do tempo excedente, intensificação do ritmo

de trabalho e compressão salarial.

O setor de entregas por aplicativos ilustra essa dinâmica. Um dos primeiros segmentos a ser plataformizado no Brasil, tornou-se, na segunda década do século XXI, um dos mais dinâmicos e visíveis da classe trabalhadora. Comparado ao motoboy ou ao motofretista de décadas anteriores, o entregador de aplicativo trabalha mais, recebe menos e está submetido a um controle algorítmico mais rígido. Para muitos trabalhadores, trata-se de uma inserção imediata e sem descontos diretos, mas que vem acompanhada da ausência de direitos e proteção social. Se o trabalho assalariado tradicional já impunha jornadas extenuantes, o trabalho uberizado é ainda mais degradado, com jornadas ilimitadas que combinam imprevisibilidade de renda com a ausência de limites temporais regulados.

A reconfiguração produtiva, marcada por plataformização, terceirização e gestão algorítmica, não afetou apenas as condições de trabalho, mas também a capacidade de organização coletiva da classe trabalhadora. O enfraquecimento sindical, acelerado desde os anos 1990 e intensificado após 2016, integra essa ofensiva. A extinção da contribuição obrigatória, a fragmentação das categorias e o avanço de vínculos frágeis corroem a base social do sindicalismo tradicional.

No capitalismo dependente brasileiro, a substituição de empregos industriais – historicamente mais

organizados e protegidos – por ocupações precárias no setor de serviços reduziu os espaços de atuação sindical e dificultou sua mobilização. A pejetização e o enquadramento no MEI fragilizaram laços de solidariedade e promoveram valores individualizantes, minando a identidade de classe.

Enfrentar esse cenário exige que o sindicalismo se reinvente, ampliando sua atuação para incluir trabalhadores informais e plataformizados, articulando lutas econômicas e políticas numa estratégia de frente única. A força do movimento sindical no século XXI está em sua capacidade de conseguir reconstruir a solidariedade para além de sua base tradicional, enfrentando o capital por meio de mobilizações amplas, como forma de recompor os sentidos das lutas da classe trabalhadora dos novos tempos.

Nesse quadro, a luta pela redução da jornada de trabalho e pelo fim da escala 6x1 aparece como bandeira atual de resistência, recolocando no centro a disputa pelo tempo de vida frente à lógica de superexploração intensificada pela plataformização.

## **Classe trabalhadora e luta social no Brasil**

O cenário descrito até aqui nos coloca uma questão central para qualquer esquerda organizada em torno de um projeto político revolucionário: quais são os setores estratégicos da classe trabalhadora para a disputa

de poder na sociedade brasileira?

Nesse sentido, Marx deixou elementos que permitem reconhecer pontos de encontro entre suas formulações sobre economia política e formas mais amplas de compreensão das lutas dos povos oprimidos e explorados. Tanto a formação socioeconômica brasileira quanto a composição das relações contemporâneas exigem que a perspectiva sobre o que é a classe trabalhadora incorpore lutas indígenas, quilombolas, das mulheres, da negritude.

Clóvis Moura destaca como a resistência do povo negro à escravização é fundamental para compreender que a questão racial ocupa um lugar central nas disputas de classe no contexto brasileiro. A herança dessas formas de resistência demonstra que a luta pela liberdade sempre esteve vinculada também à luta pelo tempo de vida, o que hoje se expressa em reivindicações como a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, defendidas por amplos setores sociais como condição mínima para assegurar dignidade, saúde e convívio social.

A contribuição da Teoria da Reprodução Social, desenvolvida por feministas marxistas, é decisiva para as reflexões aqui propostas, pois demonstra que a exploração do trabalho de mulheres, especialmente no âmbito da reprodução social, é elemento central tanto na formação histórica quanto no desenvolvimen-



to contemporâneo do capitalismo, constituindo condição indispensável para a própria reprodução da classe trabalhadora. Esse olhar permite compreender como a intensificação da jornada recai de maneira desproporcional sobre as mulheres, que acumulam também o trabalho doméstico e de cuidado não pago.

A incorporação dessa perspectiva mais ampla sobre a classe trabalhadora é necessária porque, historicamente, parte da esquerda brasileira cometeu o equívoco de adotar uma visão centrada exclusivamente na luta operária sindicalizada. Minimizar a importância das demais lutas significa reproduzir uma compreensão míope e limitada da classe trabalhadora brasileira. Do mesmo modo, a luta pela manutenção das garantias da CLT deve ser combinada com a pauta da redução da jornada e da ampliação do tempo livre, articulando direitos históricos com novas demandas que emergem na realidade social brasileira.

## **Crise climática e mundo do trabalho**

O mundo enfrenta atualmente uma crise ecológica de proporções inéditas na história da humanidade, intimamente conectada com as formas de produção capitalistas. Trata-se de uma contradição estrutural, cujo enfrentamento exige a superação do capitalismo e a construção de novas

relações de produção, novos horizontes e outras concepções de mundo.

Nesse sentido, as pautas de defesa da classe trabalhadora estão intimamente ligadas ao enfrentamento dessa crise ambiental. As lutas pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, por exemplo, devem ser articuladas ao debate sobre a superação do paradigma produtivista que orienta as relações de produção capitalistas, devasta o meio ambiente, o trabalhador e responde exclusivamente à lógica do lucro, e não às necessidades da humanidade.

Paralelamente, a defesa de um sindicalismo que paute a questão ambiental é essencial, dado que os espaços de debate e formulação conjunta da classe trabalhadora são centrais na identificação de pautas estratégicas. É preciso que os sindicatos, coletivos e toda forma de organização das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros se apropriem da pauta ambiental como parte de um enfrentamento estratégico contra o capital.

Nesse bojo, a lida com a crise climática exige que setores da economia brasileira sejam bruscamente desacelerados ou profundamente reconfigurados, como aqueles ligados à exploração de petróleo. Essa necessária alteração nas relações de produção não poderá impactar os trabalhadores que fazem parte desses setores: eles devem ser incluídos em processos de transição de posto de trabalho, com garantia de emprego e renda.

Da mesma forma, é preciso que a luta no campo das relações de trabalho incorpore uma crítica radical às noções de progresso e desenvolvimento tal como concebidas pelo capitalismo. O produtivismo e o consumismo que marcam a sociedade da mercadoria devem ser superados por outras noções de desenvolvimento social, fundadas na centralidade da vida humana e em

relações ecológicas equilibradas. Diante da crise climática em curso, é necessário que esse horizonte componha as lutas daqueles e daquelas que vivem do seu próprio trabalho. ■

**Ederson Duda, Lucas Zinet, Marco Gonsales, Matheus Silveira, Renan Oliveira e Tassia Almeida são militantes da Insurgência.**



# Por um novo modelo econômico nacional amparado nas lutas do povo trabalhador e rumo ao socialismo

APS • Alicerce • Centelhas,  
Fortalecer o PSOL • Insurgência  
Reconstrução-Democrática • LSR  
• MES e Rebelião Ecosocialista



**D**esde os anos 90, com o processo de desindustrialização e a crise econômica herdada da Ditadura Militar, aprofundamos nossa posição de país dependente, combinando um modelo agroexportador com um rentismo bastante agressivo, o que ampliou nossa vulnerabilidade no contexto atual do imperialismo.

Diante dos desafios sociais e econômicos que o Brasil enfrenta, é urgente mudar a política econômica, priorizando o investimento nas áreas sociais, realizando mudanças estruturais de caráter popular e estimulando políticas que fortaleçam a nossa soberania nacional. Nas últimas décadas, testemunhamos o aprofundamento de uma agenda neoliberal que desmantelou direitos, precarizou o trabalho e limitou a capacidade do

Estado de intervenção na economia e de investimentos em políticas sociais. As reformas regressivas trabalhista e previdenciária, a imposição de políticas fiscais e monetárias restritivas, a concentração de renda e as privatizações desenfreadas são apenas algumas faces de um sistema que tem penalizado a maioria da população em favor do grande capital brasileiro e internacional.

Este documento retoma pontos acumulados pelo partido desde sua fundação, com base na longa trajetória de entendimento das condições do Brasil no capitalismo mundial. Nós nos opomos a essa lógica destrutiva, defendendo um caminho de reconstrução dos direitos, de inversão das prioridades econômicas e de construção de um futuro onde os interesses materiais e culturais do povo

trabalhador sejam posto em primeiro lugar. O PSOL deve apresentar uma visão clara sobre como é possível construir um futuro mais justo, no qual a revogação de medidas regressivas, a reforma tributária progressiva, a reestatização de setores estratégicos e o enfrentamento ao sistema da dívida pública (subordinada a interesses de uma minoria de privilegiados) e da política de juros altos sejam pilares de um projeto estratégico para nosso país.

## **Fortalecimento da soberania nacional**

Frente ao ataque promovido pelo governo Trump em conjunto com o bolsonarismo e outras lideranças da direita contra a economia brasileira, é possível retomar uma agenda de fortalecimento da soberania nacional. O envio de navios pelos EUA a águas venezuelanas significa uma ameaça à soberania na região, mostrando como o imperialismo norte-americano está em um momento mais agressivo. Defendemos a Venezuela frente a qualquer ataque imperialista.

Neste contexto, também se abre uma nova oportunidade para tentarmos retomar a ofensiva. E, talvez, a luta consequente por soberania seja a única bandeira que pode derrotar de forma estrutural o avanço do fascismo no Brasil. Mas a soberania não se resume à busca por novos mercados ou menores tarifas para nossos

produtos. Soberania é romper com a dependência histórica de nosso país.

De forma imediata, é importante ampliar o escopo da Lei da Reciprocidade Econômica, incluindo medidas sobre remessas de lucros, royalties e serviços. Além disso, é fundamental aumentar o investimento nos setores de ciência e tecnologia visando a responder às necessidades fundamentais da população brasileira. Também devemos ser firmes na luta pela regulamentação das big techs, no desenvolvimento autônomo dessas tecnologias e no controle e regulamentação estatal das terras raras brasileiras, pontos que não podem servir de moeda de troca sob o risco de aumentar nossa subordinação ao imperialismo norte-americano e chinês.

Para esse projeto se pôr em prática é decisivo ter um Estado forte. Que rompa com as amarras neoliberais como o Novo Arcabouço Fiscal, os ataques às políticas sociais e de atenção à população, e os ataques aos servidores públicos, como a Reforma Administrativa. O Banco Central tem que estar subordinado à política econômica e monetária do governo brasileiro e estar a serviço do povo brasileiro, com controle das reservas internacionais e comércio exterior. É necessária a retomada das empresas estratégicas de energia, recursos hídricos, saneamento e da base de Alcântara. Pela soberania alimentar, devemos avançar na reforma agrária popular, como proposta pelo MST.

## **Enfrentamento à agenda da austeridade**

Para encararmos os desafios apontados anteriormente, é importante enfrentar a agenda de austeridade, pilar fundamental do projeto neoliberal. O tripé macroeconômico (metas de superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação) consolidou-se como um pilar estrutural da organização econômica brasileira desde sua implementação, em 1999. Essa política se tornou o alicerce da gestão fiscal e monetária do país e não foi rompida pelos governos petistas.

Associado ao tripé macroeconômico, hoje assistimos à consolidação de um quarto pilar: o teto de gastos que funciona como mecanismo de destruição permanente dos gastos sociais e investimentos públicos e ampliação das privatizações. O teto de gastos, que foi introduzido por Temer como medida “temporária” até 2026, com possibilidade de prorrogação por mais dez anos, foi atualizado e institucionalizado pelo Novo Arcabouço Fiscal como uma regra permanente de compressão dos gastos sociais e dos investimentos públicos, aprofundando o processo de mercantilização e privatização das esferas da produção e reprodução social da vida. Na prática, trata-se de uma política fiscal que inviabiliza matematicamente o cumprimento dos pisos constitucionais da saúde e da educação bem como uma política de valorização do salário mínimo que acompa-

nhe, ao menos, o crescimento do PIB, e isso impacta diretamente no valor dos benefícios previdenciários e assistenciais da camada mais pobre da classe trabalhadora e, por óbvio, toda a classe trabalhadora.

Portanto, derrotar o Novo Teto de Gastos e qualquer outra política de ajuste fiscal em cima dos trabalhadores e dos direitos sociais é tarefa fundamental para qualquer programa de reconstrução do Estado para atender às demandas populares e de ruptura com a lógica da austeridade perpétua imposta à classe trabalhadora.

## **Bilionários não deveriam existir**

De acordo com a Oxfam (2014), o número de milionários no mundo dobrou a partir da crise financeira de 2008. De acordo com dados recentes da Receita Federal, três pessoas ganham quase R\$ 1 bilhão por ano e pagam somente 1,5% de Imposto de Renda (IR). Dados recentes mostram que a renda dos super-ricos brasileiros cresce a 6,9% ao ano, enquanto a renda do brasileiro mediano cresce apenas 1,4%, aumentando a concentração no topo da pirâmide.

Por isso, o combate aos bilionários e aos privilégios dos mais ricos é fundamental. É importante avançar com a isenção do IR até 5 mil reais, porém é uma medida insuficiente, inclusive porque não há previsão de correção monetária desse valor, que se dete-

riorará ao longo do tempo. Temos a necessidade também de uma profunda reforma tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade, fazendo com que quem ganha menos pague proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais. Defendemos a taxação das grandes fortunas e heranças, pesados impostos sobre a renda dos mais ricos e alívio da carga tributária sobre a classe média e os mais pobres. Defendemos o fim da isenção no imposto de renda para os lucros distribuídos a quem investe na desestatização dos serviços públicos em curso no país, conforme estabelecido por decreto presidencial em 2023.

## **Reestatização de setores estratégicos**

Somos contra as privatizações. Defendemos a reestatização das empresas estatais privatizadas, como a Eletrobrás, e dos setores da cadeia de produção e distribuição da Petrobras, entre outros. Os grandes projetos de transição energética devem ficar sob controle direto do Estado. Defendemos o investimento e o fortalecimento das empresas públicas. O Estado brasileiro deve retomar o controle e a gestão dos núcleos econômicos fundamentais do país. Associado a essa questão, é preciso instaurar uma gestão democrática que envolva a classe trabalhadora e a

sociedade civil. As privatizações dos serviços essenciais também devem ser revertidas, como no sistema de transporte metroviário, abastecimento de água e energia, saneamento, entre outros. Não faltam exemplos de casos em que os serviços ficam mais caros e piores. As privatizações impedem o controle social dos usuários e trabalhadores e a participação democrática em decisões fundamentais para preservar o caráter público.

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado em 2016 para alavancar o processo de desestatização por meio das Parcerias Público Privadas (PPPs), vem se ampliando fortemente desde 2023, beneficiando diversos setores privados em nível nacional, e no último período, se expandiu para saúde e educação. E, de forma ainda mais absurda, para os sistemas prisional e socioeducativo, mercantilizando o encarceramento e violando direitos humanos.

## **Dívida Pública e Política de Juros**

A auditoria da dívida pública segue absolutamente atual como instrumento de enfrentamento ao arcabouço institucional que sustenta a hegemonia do capital financeiro no Brasil. A política monetária — conduzida por um Banco Central formalmente autônomo do controle democrático, mas funcionalmente subordinado aos interesses do mercado — opera com

base em metas de juros que figuram, de forma persistente, entre as mais altas do mundo em termos reais.

O impacto fiscal dessa engrenagem é profundamente regressivo. Em 2024, foram transferidos aproximadamente R\$ 1 trilhão aos detentores de títulos da dívida pública — bancos e rentistas. Em 2025, tudo indica que o país alcançará o maior patamar deste século no pagamento de juros em relação ao PIB, marcando um novo recorde da série histórica.

Para cada ponto percentual acrescido à taxa Selic, estima-se um gasto adicional de cerca de R\$ 55 bilhões. Trata-se, portanto, de um dos mais eficazes mecanismos de redistribuição de renda às avessas: do fundo público para o topo da pirâmide social.

É imprescindível auditar e fiscalizar se os fundamentos econômicos alegados de fato justificam as decisões do Conselho Monetário Nacional no que se refere à taxa básica de juros. A política monetária, como qualquer política pública, deve ser objeto de escrutínio social. Suas consequências orçamentárias — profundamente regressivas — precisam ser debatidas à luz do interesse das maiorias nacionais, e não capturadas por uma racionalidade de mercado travestida de neutralidade técnica.

Além disso, a taxa Selic é sustentada por mecanismos como as operações compromissadas, que envolvem a remuneração diária e garantida de bancos privados para assegurar

a gestão da liquidez e a determinação diária da taxa de juros no mercado interbancário. Esse instrumento, pouco compreendido pela maioria da população, opera como um canal permanente de transferência de recursos públicos para o setor financeiro, reforçando a concentração estrutural de renda e poder.

A opacidade desses mecanismos e sua naturalização institucional tornam a auditoria da dívida uma tarefa urgente — não apenas técnica, mas, sobretudo, política e pedagógica. É necessário expor, em linguagem acessível, como se estrutura essa engrenagem que opera como justificativa para aprisionar o orçamento público, limitar a ação do Estado e perpetuar a subordinação do país ao rentismo.

Com a aprovação da chamada “autonomia” do Banco Central e a manutenção de uma política de juros estruturalmente elevados, essa luta torna-se ainda mais decisiva. Enfrentar a transferência crescente de recursos para os rentistas, enquanto a austeridade fiscal esmaga o orçamento destinado à classe trabalhadora, é disputar o fundo público — e recolocá-lo a serviço da maioria.

Além disso, é fundamental fortalecer mecanismos de regulação sobre o sistema financeiro e o papel das instituições estatais, caminhando para a hegemonia do setor público estatal, o que necessariamente deve nos levar a uma estatização e democratização do sistema financeiro. ■





# Mundo do Trabalho: por uma política emancipatória e igualitária

APS • Alicerce • Centelhas,  
Fortalecer o PSOL • Insurgência  
Reconstrução-Democrática • LSR  
• MES e Rebelião Ecosocialista



## Nenhum trabalho sem direitos

**A**o contrário do que alegam liberais e conservadores, não existe o “fim da classe trabalhadora”. Ser da classe trabalhadora significa que, para ganhar a vida, você tem que vender sua capacidade de trabalhar, seja para outra pessoa ou para um “aplicativo”. Em um capitalismo em crise multidimensional e com uma concentração de renda cada vez maior, podemos afirmar que a classe não só não acabou, mas se diversificou e fragmentou. A fábrica se transformou em uma moto, uma bicicleta, uma faxina, um carrinho de tapioca, uma barraca, um carro etc. Junto do operário metalúrgico, da professora, do pedreiro, estão o atendente de telemarketing, os am-

bulantes, as diaristas, entregadores e motoristas de aplicativos. A classe que vive do trabalho é a maioria da nossa sociedade, e ela tem gênero e raça, combinando exploração e opressão.

Porém, apesar do número de trabalhadores em vários setores crescer em escala global, há também, contraditoriamente, uma enorme redução dos empregos, especialmente os vinculados a carreiras estáveis e com direitos. Isso ocorre porque ampliou-se a automação, a informalidade, os contratos flexíveis, o trabalho intermitente e autônomo, o que muito se aproxima, na prática, de uma condição de desemprego. Não estamos, pois, diante do fim do trabalho, mas de novas formas de ser da classe trabalhadora. Sem falar que a informalidade se soma ao racismo historicamente estruturado

nas relações sociais e de trabalho no Brasil. Afinal, muitos acabam sendo também criminalizados e perseguidos, seja dentro dos elevadores dos prédios em bairros nobres, seja com a criminalização do próprio meio de trabalho pelas ruas da cidade, como o caso dos ambulantes e camelôs, condição, por exemplo, de muitos imigrantes em nosso país.

A tendência dessa nova era da precarização estrutural do trabalho pode ser definida por quatro características fundamentais: uma intensificação da exploração; uma hegemonia da lógica flexível de contratos ou relações de trabalho; o “empreendedorismo” como forma prioritária de trabalho assalariado e, por fim, a crescente subsunção real do trabalho ao capital, agora sob a regência do mundo digital e algorítmico. Em resumo, na relação social entre o trabalhador e o patrão, o trabalho está mais desregulamentado no aspecto dos direitos e mais precarizado no aspecto dos deveres. Não por acaso, vivemos uma epidemia de crises de saúde mental vinculadas à condição de trabalho e à lógica neoliberal, que mercantiliza todas as esferas da vida.

A classe trabalhadora brasileira, em toda a sua diversidade e interseccionalidade, tem lutado há décadas por reconhecimento e redistribuição, tanto em seu trabalho produtivo quanto reprodutivo. O Estado deixou de garantir nossos direitos e jogou tudo nas mãos do mercado. A tal “mo-

dernização” do trabalho só trouxe mais exploração, mais insegurança e mais humilhação para quem vive do próprio suor. O que chamam de “parceria”, “autonomia” ou “empreendedorismo” é, na verdade, a naturalização da falta de direitos!

Por isso, devemos apoiar toda mobilização da classe, nas suas greves, marchas e “breques”, em luta pelo direito ao trabalho digno com proteção social e trabalhista, colocando como carro-chefe a luta pelo fim da escala 6x1, junto de tantas outras bandeiras históricas e atuais, como mais concursos públicos para diversas carreiras, revogação das reformas trabalhista e da previdência, contra as privatizações e as terceirizações. Nossa aposta é na força do programa que pode mobilizar a classe trabalhadora, na sua auto-organização enquanto classe e confiança em saídas coletivas.

## **Fim da escala 6x1: por uma vida além do trabalho**

A luta pela redução da jornada de trabalho está no movimento dos trabalhadores desde seu início. No entanto, voltou à cena no Brasil após mobilização do VAT, mostrando que é possível ter pautas de maioria social defendendo o direito dos trabalhadores. Em um cenário de desmonte dos direitos trabalhistas e aumento da precarização do trabalho, o PSOL é o partido que encabeça essa luta no parlamento. Pesquisas mostram que

ela tem amplo apoio popular, porém, é necessário ir para além da luta institucional e apostar na mobilização permanente da classe trabalhadora. A greve da PepsiCo colocou a luta no chão da fábrica. O governo hesita em não encampar de forma decidida essa pauta. As centrais sindicais vacilam. A repercussão dessa pauta mostra como bandeiras tão fundamentais da classe trabalhadora, ao contrário do que afirmam a velha cantilena dos liberais e até alguns setores de esquerda, seguem tendo apelo de mobilização.

### **Revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária**

Nas últimas décadas, vimos um desmonte dos direitos dos trabalhadores, como a contrarreforma da previdência de 2004 – marca do governo Lula 1, que resultou na expulsão dos radicais e fundação do PSOL –, que foi aprofundada nas contrarreformas trabalhista e da previdência dos governos Temer e Bolsonaro, que precarizaram ainda mais as relações de trabalho. Somos contra as reformas neoliberais. Somos a favor de reformas que melhorem a vida da maioria do povo, como a reforma agrária e a reforma urbana, e de uma atualização das leis trabalhistas que garanta renda, direitos e condições adequadas para novas formas de trabalho.

A CLT está sob constante ataque.

Uma das tendências mais preocupantes é a naturalização da “pejotização”, situação em que empresas contratam trabalhadores como pessoas jurídicas (PJs) para disfarçar relações de emprego. Uma contrarreforma trabalhista vem sendo feita por cima, via Supremo Tribunal Federal, fragilizando a competência da Justiça do Trabalho e a proteção social.

Paralelamente, assiste-se a uma ofensiva estrutural contra a Previdência Social – particularmente contra os beneficiários que recebem o piso de um salário mínimo – e contra o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos e pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade. A pressão sobre esses programas tende a se intensificar nas próximas décadas, pois o próprio processo de precarização das relações de trabalho – marcado pelo avanço da informalidade, dos vínculos intermitentes e da “pejotização” –, associado às isenções fiscais e calotes das empresas, reduzirá a base contributiva previdenciária e ampliará de forma estrutural o contingente de pessoas dependentes de benefícios assistenciais.

Do ponto de vista fiscal, como a taxa de crescimento das despesas com previdência e BPC é sistematicamente superior à taxa de expansão global do orçamento imposta pelo teto de gastos, essas políticas tornaram-se alvos prioritários da austeridade permanente. O método adotado é o do ataque sorrateiro:

alterações normativas e procedimentais que, sob o pretexto de “modernização”, “combate a fraudes” ou “eficiência administrativa”, restringem critérios de elegibilidade, elevam exigências documentais, multiplicam revisões e indeferimentos e introduzem barreiras de acesso cada vez mais complexas.

Trata-se de um desmonte planejado e incremental, cuja soma de mudanças gera um efeito cumulativo devastador: a cada ajuste de regra, um contingente maior de trabalhadores pobres, idosos e pessoas com deficiência é excluído ou tem seu benefício retardado, deslocando o peso do ajuste fiscal para os setores mais vulneráveis. No fundo, essa política não é técnica nem inevitável: ela expressa a prioridade dada à manutenção de superávits primários e à garantia do pagamento da dívida pública, subordinando direitos sociais à lógica de rentabilidade do capital financeiro.

Defendemos a revogação das contrarreformas trabalhista e da previdência, revertendo integralmente os ataques que desmontaram direitos e, ao mesmo tempo, avançando para a construção de um sistema de proteção social e previdenciário muito mais amplo e robusto. As transformações em curso no mundo do trabalho – como a expansão da uberização e da informalidade, somada ao impacto disruptivo da inteligência artificial, que tende a excluir parcelas

crescentes da população do emprego formal – exigem uma resposta diametralmente oposta à lógica atual de austeridade e flexibilização.

É necessário disputar os ganhos de produtividade gerados por essas inovações para beneficiar a maioria, e não apenas o capital. Isso significa reduzir a jornada de trabalho sem redução salarial, diminuir a idade mínima e o tempo de contribuição para aposentadoria, além de ampliar a cobertura e o valor dos benefícios. Um sistema de proteção fortalecido, com financiamento progressivo e estabilidade orçamentária, é condição para assegurar que o avanço tecnológico e as novas formas de organização produtiva sirvam à emancipação social, e não ao aprofundamento da desigualdade.

Também são necessárias iniciativas do Estado que estimulem e financiem formas de trabalho autogestionadas, isto é, sob controle dos próprios trabalhadores. Nosso objetivo estratégico é a desalienação do trabalho de milhões de brasileiros e brasileiras. Para tanto, as mudanças no mundo do trabalho devem associar-se diretamente ao combate aos grandes monopólios privados (industrial, comercial, rural e de serviços).

Trata-se, portanto, de colocar em primeiro plano os objetivos de emancipação da classe trabalhadora, articulando lutas imediatas, programa de transição e nosso horizonte histórico socialista. ■

# O modelo econômico e social brasileiro no contexto das lutas populares e do neoliberalismo

Ricardo Souza • Primavera socialista



O modelo econômico brasileiro é marcado por contradições estruturais que se expressam em profunda exclusão social, pobreza, fragilidade da proteção social e precarização do trabalho. Tais contradições não são circunstanciais, mas refletem a herança de um modelo colonial que forneceu as bases para um país subordinado ao modelo capitalista e imperialista vigente.

A colonização no Brasil teve dinâmicas regionais diversas. No Nordeste, persistiu a estrutura latifundiária herdada da escravidão, com concentração de terras e pouca diversificação. No Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, prevaleceram pequenas propriedades familiares, enquanto no Espírito Santo imigrantes italianos atuaram em lotes agrícolas ou como parceiros. Minas Gerais com-

binou trabalho escravizado e pequenas mineradoras. Em São Paulo, a imigração europeia substituiu a mão de obra escravizada no café, estimulando urbanização e industrialização. No Norte, políticas ocuparam a Amazônia, ampliando a exploração econômica. Esses processos moldaram desigualdades e padrões de uso da terra ainda presentes. Ao longo dos últimos dois séculos, o modelo econômico nacional alternou fases de primarização – com forte dependência de produtos agrícolas e minerais de exportação – e tentativas de industrialização voltadas ao mercado interno, especialmente durante o século XX, impulsionadas por políticas de substituição de importações.

O século XX também foi marcado por lutas populares que encontraram a resistência da classe dominante, inclusive com uma cultura golpista

e antidemocrática. No final da década de 1970, abriu-se um momento histórico deveras contraditório e que elaborou traços fundamentais da atualidade. No prisma econômico, a profunda crise da dívida externa e a inflação crescente minaram as bases da ditadura militar. Em paralelo, as greves do movimento operário no ABC impulsionariam um período de lutas que marcaram a década de 1980, inclusive se expressando na fundação do PT e da CUT e inscrevendo avanços significativos no texto constitucional em termos de direitos sociais, ambientais e políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

Esse momento cria as condições para a vitória do governo Lula, em 2002, inaugurando 13 anos e 5 meses de governos petistas, interrompidos pelo golpe parlamentar-judiciário-midiático contra a presidenta Dilma. O governo Lula foi capaz de combinar uma conjuntura econômica de crescimento, em especial com o chamado boom das commodities, com um poderoso programa de redistribuição de renda, permitindo que os ganhos em favor do povo pobre e oprimido não precisassem, conjuntamente, exigir renúncias do “andar de cima”. O governo Dilma, por seu turno, precisou enfrentar uma conjuntura econômica mais adversa, tentando manter os ganhos sociais, com destaque para o nível de emprego, sem se contrapor ao “ajuste fiscal” e aos interesses do ca-

pital, vinculados à doutrina do ajuste.

Se o período de crescimento das lutas populares e sociais foi capaz de expressar conquistas relevantes na face econômica e social brasileira, a linha mestra da política econômica excludente manteve-se intacta. Para dar resposta à inflação, à dívida externa e às novas demandas do capitalismo internacional, os governos Collor e FHC impulsionaram a estratégia neoliberal e privatizante que marcou as décadas seguintes. Nesse contexto, os governos petistas não foram capazes de romper a linha estratégica básica e, por conseguinte, é possível fazer um balanço do saldo de 35 anos de implementação dessa linha política.

Acrescente-se, a esses fatores, o profundo processo de reestruturação produtiva pelo qual passaram o Brasil e o mundo, que substituiu o modelo taylorista-fordista marcado pela chamada “linha de produção” por um processo crescente de práticas e métodos como o Toyotismo, a terceirização, a pejetização, o trabalho sob plataforma, a robótica e a inteligência artificial.

## **O fracasso do neoliberalismo e a precarização em um modelo pós-escravista**

A partir da vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, a classe dominante iniciou a implementação, no Brasil, da estratégia econômica focada no neoliberalismo e na priva-

tização, inaugurada no Chile (1973) e alçada a projeto da burguesia mundial no Reino Unido (1979 a 1990) e nos EUA (1981 a 1989). Essa estratégia visava responder à crise do capitalismo que, naquela conjuntura, já se expressava na queda da taxa de lucro e em sucessivos períodos de recessão.

A promessa: privatizar os serviços públicos e reduzir o papel do Estado (os direitos sociais) traria bons resultados, tais como a melhoria da qualidade dos serviços públicos e ampliação do seu acesso, equilíbrio fiscal, melhores preços para a população e crescimento econômico com prosperidade.

Sob esse signo, o Brasil viveu quase quatro décadas de privatizações, reformas da previdência e do trabalho, e financeirização do poder econômico. Em paralelo, a já citada reestruturação produtiva impulsionou a precarização do mundo do trabalho. É importante anotar que essa reestruturação não criou o trabalho precarizado, mas agudizou uma característica que já era marcante em uma sociedade pós-escravista, na qual o modelo construído sob o colonialismo português insistia em permanecer regulando, na República, as relações de trabalho e de posse da terra.

**Assim, não é por acaso que os indicadores econômicos e sociais se expressem como um pesado fardo à maioria da população negra, feminina e jovem – e esse já deve ser o balanço acerca do saldo desses últimos 40 anos de políticas neoliberais**

**e privatizações!** A desigualdade de renda no Brasil segue alarmante. Em 2024, os 10% mais ricos receberam, em média, 13,4 vezes mais que os 40% mais pobres – R\$ 8.034 contra R\$ 601 –, e o 1% mais rico obteve 36,2 vezes mais que os 40% mais pobres. Esses dados evidenciam a concentração de renda persistente, com impacto direto nas oportunidades econômicas e sociais. No recorte racial e de gênero, a exclusão das mulheres negras e pardas é expressiva: entre 2012 e 2023, a renda média das pessoas negras foi 58,3% dos rendimento obtidos por pessoas brancas. Em 2024, a taxa de desemprego das mulheres negras foi mais que o dobro da dos homens não negros; a informalidade atingiu 41% delas contra 31,9% entre não negros; e a subutilização chegou a 16,7%, ante 7,5% para homens não negros. Em 2022, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam na informalidade, acima da média nacional de 40,1%.

A estrutura familiar também mudou: o Censo 2022 mostrou que mulheres chefiavam 49,1% dos lares (36,6 milhões de domicílios). No fim de 2024, esse percentual passou a 51,7% (41,3 milhões), evidenciando o papel central das mulheres, especialmente negras, como provedoras, muitas vezes em condições desiguais no mercado de trabalho. A juventude negra é mais exposta ao trabalho via plataformas digitais. Segundo o Dieese (2021), a participação de jovens negros (até 24 anos) nessas ativida-



des é 18% maior que a de jovens não negros, reflexo do desemprego e da concentração em periferias. Trabalhadores negros, no geral, enfrentam mais desemprego e informalidade: no 4º trimestre de 2024, o desemprego foi de 4,9% entre brancos, 7,5% entre pretos e 7% entre pardos.

Também no aspecto ambiental nota-se o fracasso do modelo econômico brasileiro agravado pelo neoliberalismo. O racismo ambiental expõe a população negra, sobretudo em comunidades periféricas e quilombolas, a impactos desproporcionais da degradação ambiental. Localizadas próximas a áreas poluentes ou de risco, essas comunidades sofrem mais com enchentes, deslizamentos e falta de saneamento. Casos recentes, como as enchentes em Porto Alegre e o calor extremo nas favelas do Rio, revelam que a infraestrutura precária e a ocupação irregular aumentam sua vulnerabilidade. No cenário geral, o país enfrenta desafios como desmatamento na Amazônia, perda de biodiversidade, poluição de rios e mares e efeitos das mudanças climáticas, incluindo secas prolongadas e chuvas intensas. A expansão agropecuária e a exploração ilegal de recursos aceleram a degradação, enquanto a urbanização desordenada intensifica enchentes e ilhas de calor. Essa combinação ameaça o meio ambiente, a segurança alimentar, a economia e a saúde pública.

## **Oferecer à esquerda, aos movimentos sociais e ao povo, um projeto econômico de poder e emancipação social**

A construção do Programa PSOL+20 deve enfrentar as contradições do modelo econômico e social brasileiro. Mais que ajustes, é preciso romper com o receituário neoliberal que sustenta uma política excludente e bloqueia um projeto popular e democrático no qual a riqueza produzida pela maioria seja partilhada em favor dela e expressa em vida digna.

No plano econômico, é necessário romper com privatizações, ajustes fiscais e dependência externa, reolocando o Estado como planejador e investidor que defende a soberania, controla setores estratégicos, enfrenta o capital financeiro e as corporações transnacionais. **Nesse contexto, é fundamental a compreensão de que o Estado deve agir (1) para que os ganhos de produtividade humana se revertam em qualidade de vida para todos, em vez de gerar mais lucros para o capital; (2) para que o orçamento do Estado tenha como prioridade a maioria da população (mulheres, população negra, juventude...) e (3) que os avanços tecnológicos estejam a serviço da coletividade, e não dos oligopólios.**

Ademais, pensar o modelo econômico e o mundo do trabalho exige apresentar propostas que contemplem amplos segmentos invisibiliza-

dos, tais como o trabalho informal, a economia do cuidado e do trabalho reprodutivo ou doméstico não remunerado. É sob este signo que as propostas abaixo chamam à reflexão e ao debate:

**1. Reforma estrutural na economia e na propriedade da terra:** promover reforma agrária ampla para romper com a concentração fundiária herdada do período colonial e escravocrata; apoiar formas coletivas e cooperativas de produção, voltadas à soberania alimentar e à diversificação produtiva; controlar a expansão predatória do agronegócio, exigindo contrapartidas sociais aos investimentos públicos nesse segmento e incentivando práticas agroecológicas.

**2. Fomento ao desenvolvimento tecnológico com ganhos sociais para o trabalho sob plataforma,** em especial com o associativismo e cooperativismo: que os órgãos de fomento à pesquisa e inovação, os institutos de pesquisa, os órgãos e agências de inovação e os bancos públicos tenham como diretriz a quebra de oligopólios e combate à concentração de renda, fomentando e financiando o desenvolvimento da tecnologia para o compartilhamento com segmentos como trabalhadores plataformizados, trabalhadores informais, pequenos produtores e assentados da reforma agrária.

**3. Estabelecimento de Compras Públicas Populares:** utilizar o poder

de compra do Estado como mecanismo de empoderamento popular, distribuição de renda e inclusão social. Para isso, a Lei de Licitações deve ser reformulada, garantindo que parte das compras da União, estados e municípios seja destinada, preferencialmente, a associações e cooperativas populares. Os critérios de contratação devem objetivar a inclusão econômica e social de pessoas e territórios, bem como o enfrentamento de problemas como violência de gênero, discriminação racial, LGBTfobia e desigualdades que afetam pessoas com deficiência.

**4. Revogar reformas regressivas** como a reforma trabalhista de 2017 e mudanças previdenciárias que reduziram direitos.

**5. Reforma popular do trabalho e da previdência:** promover um projeto que combine justiça tributária, inclusão da população, direito ao trabalho, previdência e assistência social, garantindo:

**a.** Tributação dos mais ricos, Big Techs e dos ganhos de produtividade, com recursos revertidos para fazer o financiamento dos ganhos sociais;

**b.** Redução da jornada de trabalho sem redução da renda, gerando mais empregos e mais contribuintes para a seguridade social;

**c.** Renda mínima para os trabalhadores informais e economia do cuidado, do trabalho reproduzi-

vo ou doméstico não remunerado;  
**d.** Ampliação da proteção previdenciária para além do trabalho formal, acolhendo os trabalhadores informais e a economia do cuidado, do trabalho reprodutivo ou doméstico não remunerado.

**6. Combate às desigualdades raciais e de gênero:** implementar políticas específicas de inclusão econômica para mulheres negras, jovens negros e populações periféricas, combatendo a informalidade e a precarização. Garantir igualdade salarial e oportunidades, além de políticas de reparação histórica.

**7. Fortalecimento e universalização das políticas sociais:** Ampliar investimentos em saúde (SUS), educação pública, habitação e assistência social. Financiar programas de transferência de renda de forma sustentável, articulados a políticas de emprego e formação profissional.

**8. Transição ecológica e justiça ambiental:** Enfrentar o racismo ambiental com políticas que priorizem a proteção de comunidades negras, indígenas e periféricas contra riscos ambientais. Adotar uma transição energética justa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e estimulando energias renováveis. Proteger biomas estratégicos (como a Amazônia e o Cerrado) e combater o desmatamento ilegal e a grilagem de terras. Urbani-

zar e dotar de infraestrutura adequada áreas vulneráveis a enchentes, deslizamentos e calor extremo.

**9. Revogação das políticas de ajuste fiscal,** retirar o Banco Central do controle da fração financeira da classe dominante e enfrentar a política de juros altos dominante.

**10. Investir no desenvolvimento econômico** visando à agregação de valor ao modelo industrial brasileiro de forma articulada com a proteção ambiental, a qualidade de vida da população e a inclusão social.

Vemos, portanto, o quanto é necessário alçar o programa do PSOL aos novos desafios. O debate profundo deve, assim, produzir um verdadeiro instrumento de luta. O Programa PSOL+20 é uma oportunidade concreta de transformar indignação em ação e esperança em realidade. Ao unir forças populares e propostas ousadas, é possível enfrentar velhas estruturas e abrir caminhos para uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Com coragem e organização, podemos construir um Brasil que coloque a vida e a dignidade no centro de seu projeto de futuro. ■

**Ricardo Souza** é advogado, mestre em Políticas Públicas e membro do Diretório Nacional do PSOL. É militante da Primavera Socialista.

# Transformações no mundo do trabalho, novas formas de organização social e nova agenda de direitos para a classe trabalhadora

## Revolução Solidária



**V**ivemos uma mudança de período histórico em escala global. O acirramento dos conflitos sociais a partir de 2008 não diz respeito apenas à crise econômica daquele ano, mas também à profunda reestruturação produtiva resultante dos avanços tecnológicos, bem como à emergência da China como nova potência global, rivalizando com os EUA. A China como principal plataforma industrial do mundo, o deslocamento de parte das indústrias do ocidente para a Ásia e a crescente robotização e automação da produção extinguíram empregos industriais de melhor remuneração em larga escala na Europa, EUA, e em polos industriais na América Latina e no Brasil. Milhões de operários perderam seus empregos com o deslocamento das fábricas para a Ásia, ou porque a tecnologia tornou suas funções obsoletas. Esse é um proces-

so irreversível com fortes consequências sociais e políticas. Para gerações de trabalhadores que pensavam ter saberes e profissões garantidas para toda a vida, o futuro carrega uma enorme insegurança. Suas referências e seu mundo desmoronaram. Novos instrumentos da produção material escapam à lógica industrial e geram resultados ao mesmo tempo promissores e devastadores.

A expansão tecnológica prevista para os próximos anos inclui um crescimento exponencial da capacidade de armazenar e processar gigantescas bases de dados. Não por acaso, rankings recentes das empresas mais valiosas do mundo são encabeçados por empresas movidas por dados gerados pelos usuários. Para além de alimentar a indústria mais lucrativa da atualidade, dados, algoritmos, suas ciências, tecnologias, usos e aplicações oferecem possibilidades para

melhorar a vida pública e privada, ao mesmo tempo que implicam riscos substanciais. A nova ordem levanta desafios éticos sobre os quais avançamos a passos lentos, enquanto seus potenciais mercadológicos vêm sendo explorados a toque de caixa. Nesse contexto, prevalece o modelo batizado de “winners take it all”, no qual as gigantes tecnológicas não apenas dominam o mercado, mas eliminam as possibilidades de competição. Se esse processo não for revertido, as corporações moldarão em breve as necessidades e desejos de consumo dos trabalhadores.

A crise de 2008, cujas reverberações se fazem sentir até agora, foi catalisadora de insatisfações. Na Europa, o crescimento da extrema direita é baseado na promessa da volta a um passado mítico. Ao localizar no estrangeiro a culpa da decadência, seja na figura dos imigrantes, seja nas instituições multilaterais, esses grupos políticos conseguem ganhar base social nos antigos cinturões industriais. Nos EUA, Trump vence a eleição melhorando significativamente seu desempenho nos velhos estados industriais, tradicional bastião Democrata tanto em 2016 como em 2024. Na Inglaterra, o Brexit vence o plebiscito manipulando também a ideia abstrata de volta a um passado glorioso, cujo legado estaria sendo destruído pelos imigrantes e pela União Europeia. Na Argentina e por toda a Europa cresce o neofascismo,

ganhando base de massa entre os setores que passaram ao trabalho por conta própria como estratégia de sobrevivência, ou ao trabalho plataformizado.

Os desdobramentos da crise econômica de 2008, até o momento, sugerem que ainda estamos longe de sua superação. Se no século XX crises foram seguidas pela expansão de direitos civis e ganhos econômicos, desde 2008 assistimos a um processo veloz de desmanche de redes de proteção social. As novas gerações que ingressam no mercado de trabalho são contratadas em condições que não lhes dão acesso a direitos trabalhistas já conquistados. A hipótese de uma recuperação econômica revertida em empregos de qualidade com carteira assinada não se concretizou, já que uma parcela considerável desses empregos foi substituída por máquinas e mecanismos de inteligência artificial.

O impacto da reestruturação produtiva se estende ao setor de serviços. Nele, a automação possibilita eliminar milhões de empregos através da terceirização do trabalho para os usuários, agora de forma não remunerada. Movimentações bancárias feitas em aplicativo de celular eliminam milhares de empregos e transferem para os correntistas o trabalho mais simplificado. O ensino a distância reduz a demanda por professores, plataformas on-line de vendas eliminam gradualmente o comércio de rua, serviços médicos passam a ser

automatizados e disponibilizados em aplicativos. Mesmo o ícone desse processo, o Uber, na forma como existe hoje também tem seus dias contados, uma vez que deve ser substituído por carros sem motorista.

Do ponto de vista histórico, a novidade nesse processo é a velocidade crescente das transformações – e isto faz toda a diferença. Trabalho formal é extinto em massa, e milhões de trabalhadores caem na informalidade, no empreendedorismo do desespero, o que produz também consequências políticas. Os aparatos construídos pela esquerda a partir da Revolução Industrial, em particular os sindicatos, perdem capacidade de diálogo com esse enorme contingente das classes trabalhadoras.

A “flexibilização” das relações de trabalho, o enfraquecimento das organizações sindicais e as novas tecnologias digitais têm produzido novas formas de ação coletiva descentralizadas, tais como as adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e os comandos de greve e articulações que se formam no bojo do Breque dos Aplicativos. Novas formas de organização são marcadas pela horizontalidade, desafiando assim as hierarquias da luta política tradicional. Enquanto na sociedade industrial operários se concentravam nas fábricas, numa lógica que favorecia a solidariedade, a sociedade digital estimula a contratação persona-

lizada dos serviços, produzindo, por consequência, o isolamento dos trabalhadores e uma força de trabalho marcada pela heterogeneidade.

A característica autônoma e individual dos trabalhos plataformizado e por conta própria, a ausência de vínculos coletivos e de compartilhamento dos mesmos espaços dificultam a formação da consciência de classe, assim como as formas de inserção no processo produtivo cada vez mais variadas e o acesso à renda cada vez mais diferenciado. O sentido de pertencimento a grupo sociais, no entanto, continua presente. No vácuo dos aparatos organizados pela lógica de classe, crescem dinâmicas territoriais – entre outras, as igrejas evangélicas e o futebol de várzea, cada vez mais organizado nas periferias de grandes cidades. Pela direita, formam-se núcleos de organizações violentas, que pregam formas de nacionalismo xenófobo e de misoginia, alcançando expressivos segmentos da juventude, especialmente do gênero masculino. A boa notícia é que pela esquerda crescem os movimentos feministas, negros, de defesa de direitos dos povos indígenas, da população LGBTQIA+, de luta por moradia e das lutas anticapacitistas.

As transformações no mundo do trabalho não significam que o trabalho assalariado vá se extinguir ou que os sindicatos deixarão de cumprir um papel relevante, mas que o perfil da inserção das classes trabalhadoras



no processo produtivo será cada vez mais diverso, assim como suas formas possíveis de organização.

O que está em disputa hoje é a apropriação dos enormes ganhos de produtividade gerados pela tecnologia. Esses ganhos de produtividade têm sido apropriados de forma extremamente desigual, concentrando renda no topo e pauperizando setores médios. A tecnologia hoje permitiria a substancial redução das jornadas de trabalho e aposentadorias mais precoces, mas isso pressupõe mudar o perfil da apropriação dos ganhos de produtividade. Este é o cenário de radicalização do conflito.

Não basta mais para a esquerda propor políticas econômicas que garantam crescimento com geração de postos de trabalho, sem que ao mesmo tempo seja construída uma nova arquitetura de direitos que inclua os trabalhadores que estão e estarão fora da CLT. Esta é uma realidade que veio para ficar, e apenas a partir da luta que se consiga produzir com a auto-organização desses trabalhadores é que se poderá alterar a correlação de forças para construir essa nova arquitetura. Ressignificar o papel do Estado como garantidor de direitos passa por estender direitos a todos os trabalhadores, na contramão da lógica das classes dominantes, que tentam reduzir direitos da parcela “informal”, operando para jogar os trabalhadores “sem direitos” contra os trabalhadores da CLT.

O Brasil precisa de uma política econômica que rompa que os pressupostos liberais de “equilíbrio fiscal”, forma envergonhada de defender a manutenção de um determinado volume de desemprego estrutural como controle da capacidade reivindicatória dos trabalhadores. Déficit fiscal, financiado com emissão de moeda ou de dívida pública em moeda nacional, não é em si um problema e deve garantir a plena utilização dos fatores de produção. A limitação real ao gasto público deve ser determinada pelos limites físicos da capacidade produtiva. Não faz sentido cortar gastos públicos quando existe capacidade ociosa na indústria e mão de obra disponível.

As grandes disparidades regionais do Brasil implicam em defender um modelo de desenvolvimento que garanta projetos regionais adequados ao perfil e potencialidades de cada região, dentro do entendimento de que crescimento sustentável pressupõe a equalização de renda entre as várias regiões do país.

É necessário também pensar uma nova política agrária. Cerca de 28 milhões de trabalhadores estão no campo, sendo que pouco mais de 18 milhões trabalham nas pequenas e médias propriedades, enquanto o restante trabalha direta ou indiretamente para o agronegócio. Até hoje o PSOL não tem sequer um setorial agrário, e o pouco debate realizado é subproduto do debate em torno do tema da pre-

servação ambiental. Não se constrói um projeto com capacidade de disputar hegemonia sem dialogar com essa parcela da classe trabalhadora.

Por fim, o Brasil precisa disputar na divisão internacional do trabalho um outro lugar que não seja o de fornecedor de produtos primários, além de ter uma política industrial que, baseada nas vantagens comparativas que temos, possa colocar

o Brasil na ponta de alguns setores intensivos em tecnologia. Esse potencial está claramente localizado, por exemplo, na produção de energia limpa – eólica, marés, solar – e na indústria farmacêutica, juntando a maior biodiversidade do mundo com a capacidade técnica das nossas universidades e o maior demandante de produtos fármacos do planeta, que é o SUS. ■







# Lutas Sociais e Políticas do Nosso Tempo

---

 FUNDAÇÃO  
LAURO CAMPOS e  
MARIELLE FRANCO  
PSOL

  
**PSOL**

  
**PSOL**

**Caderno  
de debates**

**4**

# Das ruas às redes: como os movimentos sociais reinventam a política no Brasil de hoje

## PRIMAVERA SOCIALISTA

Ana Paula Rocha, Leonel Camasão e Nieve Pavani



**N**o mesmo ano em que o PSOL obteve sua legalização perante a Justiça Eleitoral, uma simples cena de beijo entre dois homens era censurada em uma das principais novelas da Rede Globo, América. Apesar de terem sido gravadas, as imagens entre os atores Bruno Gagliasso e Erom Cordeiro nunca foram ao ar. Quem lê estas linhas talvez esteja se perguntando: o que isso tem a ver com as lutas sociais do nosso tempo?

Nesse “longínquo” 2005, o mundo era outro. Não havia ascensão da extrema direita à vista, as pautas chamadas “identitárias” não estavam no centro do debate público e Geraldo Alckmin era um dos principais rivais do presidente Lula e do PT. Bolsonaro era apenas um paspalho do baixo-cleuro no Congresso Nacional e ninguém

jamais poderia prever sua ascensão como líder do neofascismo brasileiro.

A primeira chave explicativa para entendermos as lutas sociais de nosso tempo passa pela profunda transformação que a humanidade atravessou e atravessa na forma de se comunicar entre si, seja no âmbito público ou privado. O todo-poderoso oligopólio midiático brasileiro, reduzido a seis famílias e seus sistemas de jornais, rádios e emissoras de TV, perdeu grande espaço para as mídias digitais e para um oligopólio de novo tipo, de caráter imperialista, mundial, que permitiu, pela primeira vez, que cidadãos comuns e organizações sem acesso à mídia nacional (sem poder falar) se tornassem players no debate público.

Precisamos entender os sistemas midiáticos como mediadores do debate público, ou daquilo que podemos

chamar de “esfera pública”. Antes de 2005, agentes políticos, empresários, sindicalistas e todas as pessoas que desejassem influenciar e disputar a sociedade precisavam recorrer, invariavelmente, à mídia tradicional ou seus simulacros. Os movimentos populares construíram, de alguma forma, a “sua” imprensa, mas sem jamais poder se abster da mídia mercadológica. Tínhamos uma comunicação de poucos para muitos, onde os oligopólios nacionais eram os mediadores do que cabia e do que não cabia na esfera pública.

É nesse mundo de 2005 que um beijo gay não cabe em uma novela, que uma atriz indígena é usada para fazer humor racista com uma dentadura horrível nos lábios, que mulheres e negros são representados quase sempre em situação de escravidão em novelas, e que as pautas progressistas não encontram espaço nos telejornais. Num mundo onde poucos (oligopólios) mediavam quais conteúdos seriam veiculados às massas em termos de informação e produtos culturais, a busca incessante dos editores (corpo técnico de profissionais homens, brancos, heterossexuais, de classe média) determinava o que se podia considerar adequado, engraçado ou relevante. Ao mesmo tempo, as programações de rádio e TV, assim como os cadernos de jornais impressos, buscavam uma “totalidade” a partir dessa perspectiva masculina: da política às novelas, do esporte aos cadernos culturais, do

noticiário econômico às pautas de serviço, os produtos midiáticos miravam uma audiência ampla, genérica e amorfa. Portanto, o tom dos mediadores buscava reproduzir discursos “centristas”, “técnicos”, excluindo do debate público tudo aquilo que pudesse ser considerado “extremista” ou “radical”.

Neste novo mundo, a realidade é outra: são os oligopólios internacionais que concentram o poder da mediação, num sistema de comunicação de “todos para todos” ou, pelo menos, de todos que têm acesso à internet e capacidade de gerar conteúdos. Assim, em que pese existirem ainda diferenças regionais ou de acesso às novas tecnologias, o fato é que, virtualmente, qualquer pessoa com um smartphone e acesso à internet se torna uma voz em potencial. A lógica da viralização, dos conteúdos desenhados para causar fortes emoções (medo, ternura, ódio, indignação) colocou no centro do debate tudo aquilo considerado “extremo” para a mídia tradicional. As pautas “morais” ou “identitárias” moveram e movem as redes sociais e, por consequência, o debate público neste novo ecossistema midiático.

Erroneamente, marxistas ortodoxos atribuem aos “movimentos identitários” a ruína da “verdadeira pauta da luta de classes”, construída historicamente por aqueles que tiveram acesso ao trabalho assalariado primeiro (homens). Outros ainda atribuem a ascensão do neofascismo a

uma suposta resposta às pautas identitárias. Não conseguem perceber que é a mudança profunda e estrutural nos sistemas midiáticos que tornaram os discursos periféricos, centrais. Ao mesmo tempo que as novas mídias deram voz e permitiram o encontro, a comunicação, a formação e a troca entre movimentos feministas, antirracistas, indígenas, LGBTIA+, ambientalistas etc., elas também permitem o encontro entre neonazistas, monarquistas, supremacistas brancos, negacionistas, terraplanistas e toda a sorte de movimentos antidemocráticos de caráter neofacista.

Paralelamente, as mudanças profundas nas formas de comunicação foram acompanhadas no Brasil pelo aprofundamento do projeto neoliberal de destruição das formas tradicionais de trabalho e do modelo fordista como principal meio de organização produtiva. O movimento sindical, que sacudiu o Brasil nos anos 1980 e gerou Lula como a maior liderança política da América Latina, foi a resposta da classe trabalhadora ao conflito capital x trabalho em um país de produção majoritariamente fordista. Com a total desestruturação do mundo do trabalho, as terceirizações, pejetizações e outras formas de precarização introduzidas nos últimos 20 anos, o mundo sindical – principal força motriz das esquerdas – se encontra hoje em ruínas, com pouquíssima capacidade de pautar o debate público e mobilizar as massas.

É nesse contexto que a noção de “esfera pública” deve ocupar papel central no debate estratégico das esquerdas. Para o PSOL, essa caracterização ganha outros contornos quando reconstruímos um quadro em que narrativas políticas e mecanismos de disputa por maioria na sociedade estão simbioticamente conectados, seja em estrutura de funcionamento, seja em fluxos de (re)construção de vocabulários de luta para as novas gerações de ativismos – e que, não por acaso, constituem grande centro de base eleitoral e social das posições historicamente veiculadas por nosso partido.

Ampliar nosso interesse pela dimensão comunicativa dos novos ambientes de articulação política das demandas sociais mais atuais fará com que o PSOL desponte no debate e formulação sobre o perfil e tendências gerais que indicam novas formas de organizar as lutas sociais no século XXI, e com mais substância crítica e propositiva; orientando a atuação partidária no sentido de separar pautas de dispositivos de luta, e situando-os de modo mais consistente no recorte histórico atual.

Esmiuçando possíveis separações metodológicas, abrimos oxigênio para caracterizar um fenômeno geral do debate público, que vem sendo progressivamente turvado por uma dinâmica de arenização que contrasta com a expectativa de uma esfera democrática de debate público. Interligando o fenômeno político das

ampliações das narrativas tanto na chave da radicalidade democrática quanto da exacerbação conservadora, se torna evidente o caráter “final” de construção de maiorias sociais ideológico-discursivas em plataformas e redes sociais, que implementam uma “arena pública” que dissimula as regras do jogo: embora a mediação seja alargada e plástica à experiência de novas formas de politização, é controlada pela lógica algorítmica, sendo esta completamente contingenciada pela dinâmica capitalista do financiamento e da própria matriz ideológica dos desenvolvedores das plataformas – os novos bilionários emergentes do mercado da tecnologia nas últimas décadas e, simultaneamente, expoentes da extrema direita.

Em outras palavras, as novas mídias permitiram que outros interesses, narrativas e leituras da realidade – antes marginalizados – ocupassem o espaço público. Ao mesmo tempo, o movimento sindical seguia (e segue) perdendo espaço, seja pela sua baixa renovação, seja pela desestruturação do trabalho formal, ou ainda pelo fim de sua principal fonte de financiamento (o chamado “imposto sindical”).

Esta é uma caracterização inicial do “nosso tempo”, onde setores historicamente marginalizados, excluídos, humilhados e assassinados encontraram formas de pautar seus interesses na sociedade. Setores estes que também passaram a compor a classe trabalhadora ao longo do século XX,

com a incorporação das mulheres, dos descendentes de escravizados e da comunidade LGBTIA+ ao mercado de trabalho.

Em síntese, quatro ideias são centrais para elaborarmos um programa capaz de dar conta das tarefas do nosso tempo.

**1.** O ideal clássico de “operário” e “classe trabalhadora” é uma fantasia do passado, representativa de uma identidade masculina e da ideia de Estado de bem-estar social que, por sua vez, foi aniquilado nas últimas duas décadas pela hegemonia do neoliberalismo e suas consequências mórbidas sobre as dimensões econômica, política e cultural. A classe real é diversa, multifacetada em gênero, orientação sexual, raça e condições de trabalho, abarcando distintas realidades (serviço público, CLT, pejotização, uberização, pequeno empreendedor).

**2.** A disputa política hoje tem como principal território as redes sociais. É por meio das redes, com todos os seus problemas e contradições, que temos a melhor oportunidade de dar vazão às nossas posições, valores, discursos e projetos de sociedade. Estes ideais precisam ser disruptivos com a ordem, ao mesmo tempo em que são concretos e resolvem problemas reais da classe (por exemplo, fim da escala 6x1, isenção do IR etc.). Enfrentar uma nova caracterização da gramática do debate público é, também, se

debruçar sobre uma profunda atualização de vocabulário e métodos de enfrentamento do discurso no ambiente político.

**3.** Nosso campo está muito atrasado nessa intervenção político-midiática. Em que pese algumas figuras do PSOL serem exemplares nessa disputa, o fato é que as esquerdas enquanto campo se comunicam muito mal. Precisamos nos “alfabetizar” nas linguagens e formatos de comunicação política deste século, do contrário, seremos superados.

**4.** No campo da disputa de ideias, a extrema direita tem direcionado parte significativa de seu antagonismo contra políticas de inclusão, atualizando um viés discriminatório constitutivo do conservadorismo contra a dimensão de gênero, orientação sexual, além da renovação de práticas simbólicas e materiais de racismo contra pessoas racializadas, com peso determinante sobre a questão da negritude. Importante destacar que essa disputa se estabelece de modo igualmente brutal nas políticas de Estado contra mulheres, LGBTIA+ e negritude, o que finca mais um elo central entre as lutas sociais contemporâneas e o enfrentamento à extrema direita.

Em síntese, encontrar novas linhas de conexão entre os instrumentos históricos e institucionais da disputa política e a nova condição da comunicação no atual quadro histórico exige,

de modo incontornável, um profundo exercício de tradução e criatividade militante – há de se moldar um tipo novo em regras e palavras, de modo que essa inauguração da linguagem política nos possibilite alcançar neologismos que produzam novos sonhos e novas ferramentas para vitórias sociais amplas.

Atualizando nossa concepção sobre os sentidos de um projeto de emancipação coletiva plena e total da classe trabalhadora, procuramos elencar tarefas e tratá-las como prioritárias, tanto para não ceder à pasteurização de um universalismo da categoria de classe (que pouco explica o tecido social de nosso país) quanto para disputar, como quem entende a missão de nossa época, a perspectiva de centralidade no posicionamento da condição estrutural e revolucionária dos enfrentamentos que os movimentos sociais contemporâneos têm apresentado ao conjunto da esquerda – ainda que, reiteradamente, tenhamos que retomar sua análise diagnóstica para permanentemente localizar limites e contradições. O que priorizamos aqui é, antes disso, dar centro ao potencial de emancipação que todas essas atualizações de tendências têm nos apresentado.

Por isso, enfatizamos que um projeto socialista possível para este século nos parece residir na sintonia entre passos de ontem e os caminhos que se abriram diante de nós; na preservação irreduzível de um projeto internacional socialista, conectado de modo



orgânico e interessado com a construção de plataformas de esperança, recolocando na ordem do dia a disputada por uma nova hegemonia. ■

• **Ana Paula Rocha** é mulher negra, vereadora de Vitória, vice-presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, e professora há mais de 20 anos. Historiadora formada pela UFES e especialista em Promoção da Igualdade Racial.

• **Leonel Camasão** é mestre em Jornalismo (UFSC), comunicador e ativista de direitos humanos. Atualmente, exerce o primeiro mandato como vereador em Florianópolis.

• **Niege Pavani** é militante e pesquisadora feminista. É membra da Executiva Nacional da Setorial de Mulheres do PSOL, atua na Frente Estadual pela Legalização do Aborto de São Paulo e na Rede Própolis de Pesquisadoras das Mulheres em Lutas (MEL). Também desenvolve pesquisa de doutorado na área de teoria crítica e teoria feminista na Unicamp.

# O PSOL deve aprofundar seu programa de Reforma Agrária Popular

Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL



**A**proveitando o processo de atualização do programa do PSOL, um momento importante que marca os 21 anos da fundação e 20 anos da legalização, o partido deve aprofundar suas propostas para a reforma agrária.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 186, estabelece que é de responsabilidade da União desapropriar por interesse social as propriedades rurais que não cumprem sua função social. A luta pelo cumprimento da função social é fundamental.

Cada vez mais, a luta pela reforma agrária se manifesta como um enfrentamento direto ao capital, materializado nas grandes empresas transnacionais do agronegócio. Essas companhias são responsáveis pela produção de agrotóxicos e se-

mentes transgênicas. A expansão da fronteira agrícola também contribui para o desmatamento e com as queimadas, contribuindo para a degradação do meio ambiente e com a crise climática. Além disso, o agronegócio vem se constituindo como base de apoio e financiador da extrema direita brasileira.

O PSOL sempre esteve ao lado dos movimentos do campo em luta pela reforma agrária e contra a criminalização dos movimentos sociais. Plínio de Arruda Sampaio, candidato do partido à Presidência da República em 2010, tinha relação orgânica com essa pauta, e se dedicou a ela até o final de sua vida. Ele foi o relator do projeto de reforma agrária que integrava as reformas de base do governo João Goulart, e também foi responsável por formular o 2º

Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o primeiro governo Lula, que infelizmente pouco saiu do papel.

A seguir, seguem pontos desse programa, conforme o “Programa de Reforma Agrária Popular” do MST.

## Uma Reforma Agrária Popular

A Reforma Agrária Popular busca ser portadora de uma revolução cultural no campo e de um outro projeto de desenvolvimento para o país. Compreende que a construção desse projeto é fruto das lutas históricas e da diversidade dos povos do campo, florestas e águas, das populações urbanas e do potencial de luta e resistência que está contido na vida desses sujeitos.

Nosso programa busca mudanças estruturais na forma de se relacionar com os bens da natureza, na organização da produção, nas relações sociais no campo, além de acumular para a construção da luta pelo Socialismo. Nesse sentido, propõe:

- O enfrentamento e superação das mazelas estruturais criadas pelo capitalismo e aprofundadas pelo racismo e pelo patriarcado, que penalizam o povo brasileiro;
- O enfrentamento à propriedade privada, à concentração da terra e à desigualdade social;
- A defesa da agroecologia como matriz tecnológica e modo de vida para produção de alimentos saudáveis, e atividade central dos po-

- vos do campo, águas e florestas;
- A construção de um plano de reindustrialização do país articulado a partir da agricultura camponesa e familiar e das necessidades do povo brasileiro;
- O acesso à ciência e às tecnologias, que assegurem o desenvolvimento com justiça social e ambiental;
- O enfrentamento às diferentes formas de violência na construção de relações humanas emancipadas, ampliando a participação das mulheres, dos sujeitos LGBTI+ e da juventude;
- A defesa e o cuidado da natureza e seus povos;
- O desenvolvimento econômico e cultural para as populações, transformando as comunidades camponesas em um lugar bom de se viver;
- O aperfeiçoamento e o fortalecimento dos mecanismos de democracia e participação popular no destino do país;
- A construção de um projeto de desenvolvimento a partir da diversidade e potencialidades da nossa formação territorial, econômica, social e cultural, centrado na Justiça Social e Soberania Nacional e Popular.

A Reforma Agrária é uma condição para a ampliação e consolidação da democracia no país. É um processo de acúmulo de forças e, ao mesmo tempo, contribui na construção de um Brasil socialmente justo, democrático, soberano e popular.

## **Pilares de uma Reforma Agrária Popular**

Nosso projeto de mudanças na agricultura brasileira, chamado de Reforma Agrária Popular, que atende às necessidades de todo o povo, é como a construção de uma casa. Ela precisa estar baseada em pilares, que sustentam as propostas gerais de mudanças.

Essa construção carece de luta de massas, envolvendo toda a classe trabalhadora. Para tanto, precisamos fortalecer a unidade nas bandeiras de luta, desde os nossos territórios e em aliança com os povos em todo o mundo.

Assim, é tarefa fundamental contribuir e ampliar os processos organizativos, de formação e recolocar a projeção do horizonte revolucionário.

Ao mesmo tempo, devemos fortalecer os nossos territórios, através de nossa práxis, de forma que sejamos portadoras e portadores de um outro projeto de agricultura e sociabilidade, com justiça ambiental e social.

Reunimos aqui os principais pilares que sustentam esse projeto:

### **1. Luta pela terra e território**

Precisa atender a todos os povos que quiserem trabalhar na terra e viver no campo. Os acampamentos e assentamentos precisam ser territórios livres de exploração, violência, dominação e injustiças, controlados pelo povo, onde todas e todos tenham uma vida boa e saudável.

### **2. Defesa da natureza**

Todas as formas de vida estão em risco no nosso planeta, tamanhas as agressões, crimes e destruições cometidos pelo capital contra a natureza. Somos parte da natureza e, por essa razão, cuidar da biodiversidade e das águas torna-se um compromisso cada vez mais urgente e necessário.

### **3. Produção de alimentos saudáveis**

Produzir alimentos para nosso povo, comunidade, região e para toda população brasileira, inclusive para quem mora na cidade. Para produzir alimentos saudáveis precisamos praticar uma agricultura diversa, combater os agrotóxicos e massificar a agroecologia.

A massificação da produção agroecológica depende de conquistarmos terra, produzirmos sementes diversas, fertilizantes orgânicos, defensivos biológicos, tecnologias agrícolas adaptadas para a agroecologia, tendo em vista os diferentes biomas, e usarmos uma matriz energética diversa, ambientalmente adequada e socialmente justa.

### **4. Plantio permanente de árvores**

Na construção de uma cultura política ambiental e agroecológica para as áreas de reforma agrária, o plantio de árvores é um pilar fundamental na prática da Reforma Agrária Popular em todos os biomas. Ele está vinculado à diversidade da produção de alimentos saudáveis, ao planejamento estratégico a longo prazo, à recuperação,

conservação e cuidado com os bens comuns da natureza – água, solos, minérios, sementes e biodiversidade.

## **5. Mecanização da agricultura camponesa e familiar**

A mecanização da agricultura camponesa e familiar é central para conseguirmos reduzir a penosidade do trabalho agrícola; elevar a produtividade geral na produção de alimentos; ampliar a renda e as formas de trabalho no campo; bem como contribuir para o controle da inflação e dos preços dos alimentos.

É fundamental para a qualidade de vida no campo, mantendo o interesse dos jovens no trabalho agrícola e diminuindo a carga de trabalho das mulheres que, além do trabalho nas lavouras, são quase que inteiramente responsáveis pelas tarefas dos cuidados e da reprodução da vida.

Além disso, é uma necessidade para massificar a agroecologia, que precisa enfrentar os desafios de ter suas próprias fábricas de fertilizantes orgânicos e defensivos biológicos; produzir sementes; dominar tecnologias de energias ambientalmente e socialmente justas; além de ampliar a agroindustrialização para beneficiar os alimentos de forma saudável e conservá-los para as populações que vivem nas cidades.

## **6. Cooperação**

A cooperação é um instrumento revolucionário de luta e resistência, que visa contribuir no enfrentamento ao avan-

ço do capital, combatendo a ideologia do individualismo e da meritocracia, à luz dos princípios, valores e do processo histórico desenvolvidos pelo MST.

Na Reforma Agrária Popular o processo de cooperação deve ser construído em nossos territórios desde a ocupação, sendo a principal forma de organização do trabalho, da produção e da nossa relação com a natureza. É preciso desenvolver, junto às estratégias de cooperação, estruturas que garantam condições de participação igualitária das mulheres e da juventude, especialmente no que se refere ao trabalho reprodutivo, como o cuidado com as crianças, idosos e o trabalho doméstico.

O acesso às diversas políticas públicas deve construir estratégias de autonomia e emancipação de nosso povo, ampliando as agroindústrias e outras formas de cooperação, inclusive, para viabilizar mais tempo de lazer, cultura e desenvolvimento das potencialidades dos povos do campo, águas e florestas. Além disso, é uma forma de fortalecermos nossas relações e unidade entre os povos, com ações de solidariedade também no trabalho urbano e internacionalista.

## **7. Energia e mineração**

Disputar outra forma de relação entre ser humano e natureza passa pelo debate estratégico do modelo energético e de mineração do país, que incide diretamente na construção da soberania nacional popular, bem como na utilização do desenvolvimento

tecnológico articulado a um plano de reindustrialização para o atendimento das necessidades humanas.

Nossa proposta de Reforma Agrária Popular defende o acesso e desenvolvimento de tecnologias que permitam a produção de energia, em escala descentralizada, a serviço das comunidades, optando por formas ambiental e socialmente justas, que não destruam a natureza e os seus povos. Defendemos ainda um outro modelo de mineração, que tenha como base a conservação e reprodução da vida das populações e da natureza. O subsolo e os bens minerais não devem ser cedidos a empresas estrangeiras, a mineração deve ser exercida preferencialmente por empresa estatal e para suprir as necessidades básicas da população brasileira em primeiro lugar.

### **8. Educação e escola**

O acesso à educação, direito universal do ser humano, é uma das condições basilares para a construção da Reforma Agrária Popular. Por esse motivo, lutamos pela garantia da educação pública ofertada onde vivemos, livre da tutela política e pedagógica do Estado. Defendemos uma educação emancipadora, vinculada à vida social, fundada na Pedagogia do Movimento, no trabalho socialmente útil, na agroecologia, na luta, na organização coletiva, na cultura, na história, articulada ao acesso à ciência e tecnologia, às artes e aos bens culturais.

O desenvolvimento de crianças, jovens, adultos e idosos, em todas as dimensões humanas e da vida, é parte fundamental da continuidade da luta coletiva por uma nova sociedade alicerçada nos valores humanistas e socialistas que defendemos.

### **9. Saúde**

Saúde é a capacidade de lutar contra tudo aquilo que nos oprime. A Reforma Agrária Popular compreende que a nossa saúde deve ser integral e conquistada como um direito, que está diretamente relacionado às nossas condições de dignidade humana. Enquanto prática transversal à nossa cultura política, a saúde e o cuidado estão relacionados à luta por territórios e povos livres das violências e das dependências, seja dos medicamentos, seja dos agrotóxicos e das formas sociais capitalistas que adoecem a humanidade.

Defendemos, também, que a saúde e o bem-estar abrangem a produção de cuidados, a partir do trabalho coletivo, organização das práticas e saberes ancestrais integrados aos sujeitos e territórios, combinados à apropriação das ferramentas científicas. Saúde não pode ser entendida apenas como cura de enfermidades, mas sim como promoção, prevenção, atenção e vigilância popular. Assim, os cuidados coletivos e individuais integram as diversas dimensões da vida nos territórios (esporte, lazer, arte, infraestrutura, equipamentos



públicos), que se constituem numa cultura saudável, viva e libertadora.

## 10. Cultura e arte

A luta pela terra é matriz formadora da cultura política do MST e semeia um projeto emancipatório capaz de experimentar no presente as nossas diretrizes de um modo de vida onde o ser humano, a natureza e o trabalho se cultivam numa perspectiva coletiva e revolucionária. A cultura é a forma como organizamos a nossa vida e a nossa sociabilidade, e é na luta pela existência e resistência que fincamos raízes na construção e disputa da nova sociedade.

Uma importante dimensão da cultura, como âmbito formativo dos sentidos e da consciência, é a arte. A arte tem potencial de redimensionar, criativa e sensivelmente, a forma pela qual fazemos a luta. Cultiva nossa humanidade e, por isso, é um direito inalienável de todas e todos nós.

A Reforma Agrária Popular deve projetar, permanentemente, a massificação da fruição e da formação artística. É também através dessa dimensão sensível, que podemos realizar em nossos territórios, e no conjunto da sociedade, a disputa pelas ideias, visão de mundo, afetos e valores, confrontando o imaginário violento do agronegócio.

## 11. Solidariedade

A solidariedade é uma das marcas mais importantes de toda a caminhada histórica da classe trabalhadora e de suas organizações. O momento

histórico que vivemos exige que sejamos cada vez mais solidários, como parte de nossa práxis, e não abramos mão da capacidade de nos indignar, como valor. Nunca podemos ser indiferentes em relação ao sofrimento humano imposto pela crise civilizatória que atravessamos. A solidariedade é a forma de vivenciar a nova sociedade que estamos construindo.

Todas as medidas do programa, distribuídas em 11 eixos, podem ser conferidas no “Programa de Reforma Agrária Popular”:

1. Democratizar a terra a todos e todas que querem trabalhar e viver no campo;
2. As sementes e mudas são a base de toda agricultura;
3. Água: um alimento da natureza em benefício de todas as pessoas;
4. A organização da produção de alimentos;
5. Energia e Mineração: desenvolver matriz energética diversificada e uso dos minérios a serviço do povo;
6. Agroecologia e Mecanização: massificar enquanto estratégia para a produção agrícola brasileira;
7. A política agrícola: o Estado a serviço das necessidades do povo;
8. Educação do Campo;
9. Cultura e Arte do Campo;
10. Saúde, bem-estar e qualidade de vida;
11. Assentamentos e comunidades camponesas como um dos espaços da Reforma Agrária Popular. ■

# O PSOL e a nossa conexão com as lutas deste tempo histórico

Resistência,  
Insurgência e Subverta



## A importância estratégica da luta antifascista

**E**m um contexto de crise multifacetada do capitalismo, as disputas por alternativa se acirraram, especialmente no andar de cima, em termos do político, econômico, social, ambiental e geopolítico. Imediatamente após o estouro da crise de 2008, um ciclo mais favorável às esquerdas foi aberto com as revoltas no mundo árabe de 2011. Protestos em diferentes países – inclusive em junho de 2013 no Brasil – reforçaram uma agenda de luta contra o neoliberalismo, especialmente contra as políticas de austeridade, por democracia real e com a entrada em cena de uma juventude com trabalhos precários. Mas, desde 2015, a situação política a nível global e no Brasil começa a mudar em sentido oposto.

A última década foi marcada pela ascensão meteórica da extrema direita em diferentes países. Os primeiros sinais surgiram com os retrocessos no mundo árabe, os golpes parlamentares na América Latina, o Brexit e a primeira eleição de Trump. Hoje a esquerda socialista não está mais autorizada a falar que tais lideranças são meros outsiders, ou que se trata de um fenômeno circunstancial. No caso brasileiro, a reorganização no campo das direitas foi “de massas” e o centro liberal foi questionado pelo dinamismo da ala bolsonarista.

Por isso, as principais lutas sociais e políticas atuais são atravessadas por esse novo fato político e social. Desde as manifestações verde-amarelas a favor do golpe contra Dilma Rousseff, passando por dezenas de protestos convocados pelo bolsonarismo, ficou evidente que as ruas não



são mais um patrimônio exclusivo das esquerdas.

Tendo isso em vista, as resistências à nova ofensiva precisam ser valorizadas. Foi assim em 2017, nos Estados Unidos, com a luta das mulheres contra Trump, e em 2018, no Brasil, com o #EleNão. Em 2019, uma “onda verde” tomou conta da Argentina e do Chile. Durante a pandemia, a resistência foi inaugurada pelo movimento Black Lives Matter. Marchas, ocupações e greves – até greves gerais, como a que fizemos em 2017 no Brasil – continuaram a acontecer. Tem sido fundamental, nesse sentido, o papel da Frente Povo Sem Medo e sua articulação com a Frente Brasil Popular. Mas ainda não tivemos força suficiente para produzir a necessária derrota histórica da extrema direita e colocar seu projeto em xeque.

Por isso, a luta antifascista segue como uma necessidade nas ruas, nas eleições e na batalha ideológica. O principal inimigo da classe trabalhadora hoje apresenta um projeto de poder e faz a disputa por dentro e por fora do regime liberal. Não é só a “velha política conservadora” que sempre existiu, nem uma reação meramente “natural” a um capitalismo em crise. Tampouco é só um instrumento para a guerra cultural do século XXI. É uma combinação de muitos fatores, com semelhanças e diferenças em relação ao fascismo histórico.

Dizer que os governos de centro e de esquerda que aplicaram políticas

neoliberais têm responsabilidade em construir um ambiente de frustração onde o inimigo neofascista cresceu é verdade, mas o debate precisa alcançar também as profundas transformações em curso no terreno objetivo e subjetivo. Socialmente, a classe trabalhadora é um gigante, mas do ponto de vista da sua constituição como sujeito político capaz de agir coletivamente conforme seus interesses, há uma crise da identidade, das organizações, do imaginário e da consciência.

Dizer que nem todos os que votam em figuras como Bolsonaro são fascistas é óbvio, mas insuficiente. No confronto político, minorias leais, mobilizadas e coesas ideologicamente possuem força de arrasto para deslocar o debate e impor uma ofensiva. Essa é a razão de fundo para a guinada do centrão no Brasil ainda mais à direita, incorporando, em muitos momentos, a agenda diretamente bolsonarista.

Ser socialista no século XXI é ser profundamente antifascista. A existência de uma situação defensiva não é uma questão de escolha, mas podemos decidir como enfrentá-la. Para isso, evitar os erros já testados perante o fascismo histórico é chave. O primeiro erro é o da subestimação, seja pela indiferença sectária, pela fé cega nas instituições liberais ou por apostar que estamos diante de fenômenos meramente eleitorais (a depender da situação, surge a aposta

de que a crise poderia até favorecer a eleição da esquerda...). Mas, como no século passado, a extrema direita não surge sem um processo de desgaste da democracia. Sem subestimá-la, na política concreta é importante construir matizes. Lutar pelo “sem anistia” é fundamental. Achar que a luta contra a extrema direita se encerra caso o STF coloque Bolsonaro na prisão é tolice. Tanto quanto é tolo achar que, diante dos ataques às instituições da democracia liberal, temos que nos silenciar, por sermos antissistema de esquerda...

O segundo erro é a repetição da famosa política do “terceiro período” da Internacional Comunista, quando se optou, já com Adolf Hitler nomeado chanceler do Reich, por convocar o combate aos “social-fascistas”, e os sociais-democratas foram confundidos pelos comunistas alemães como o principal inimigo. Com a classe trabalhadora dividida, o fascismo tomou o poder. Há muitas variações perigosas da aplicação desse erro na atualidade, mas a resultante política costuma ser a indiferença com as táticas de unidade.

E não estamos num período qualquer, pois, no nosso tempo, a ascensão de Trump para um novo mandato com uma agressiva política neofascista no principal imperialismo do planeta agrava sobremaneira a situação, colocando a necessidade da política da frente única ao lado de amplas unidades de ação anti-impe-

rialistas e internacionalistas como principal caminho para resistir e acumular forças para derrotar um neofascismo conduzindo a principal potência do planeta.

Esse deve ser o caminho do PSOL. Conscientes do perigo que representa a ofensiva neofascista e imperialista, a combinação das táticas de unidade de ação para impor um cordão sanitário que barre esse avanço e a defesa da Frente Única da classe trabalhadora são muito importantes. Evidentemente, a unidade caminha junto com a nossa disputa de projeto e não pode significar uma diluição no centro liberal. No embate com a extrema direita, as ideias importam muito. Afinal, uma das suas características é seu posicionamento firme na luta ideológica, a busca por oferecer respostas aos grandes temas da humanidade e por inovar na comunicação de massa. Deixar de se colocar com firmeza na luta ideológica pode ser tão danoso quanto ignorar a necessidade da unidade nesse enfrentamento.

### **A luta contra a fragmentação e a reconstrução dos laços de solidariedade**

A luta pelo poder no século XXI é também a luta para que a classe trabalhadora, diversa e plural, volte a encontrar sentido de unidade, a acreditar que seu destino depende da sua ação coletiva como classe – e não da infundável competição de todos contra

todos na busca por saídas individuais. Se é verdade que a classe trabalhadora nunca foi totalmente homogênea, frente ao grau de fragmentação do século XXI, nossa tarefa subjetiva é enorme. Portanto, é preciso reconhecer que mais do que somente coordenar as lutas que efetivamente existem, nossa tarefa é anterior: atuar pela reconstrução da classe trabalhadora como sujeito consciente.

Mas o nosso pressuposto metodológico de totalidade não pode ignorar que, na articulação de uma visão unitária da realidade, há sempre uma rica, complexa e contraditória rede de relações. Justamente para buscar unidade na diversidade, o PSOL não deve prescindir de uma visão que articula produção e reprodução social, que vincula a exploração do trabalho e as opressões em uma totalidade articulada e contraditória que estrutura o capitalismo contemporâneo. Não se combate o erro do “particularismo” das identidades – o círculo infinito e narcisista das explicações e soluções individuais para as opressões – com outro erro, que é o da separação artificial entre classe e identidade, como se existisse um suposto proletariado universal, sem cor, gênero, sexualidade e CEP. O PSOL tem um papel na construção das lutas feministas, antirracistas e LGBTI+ como movimentos legítimos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, devemos refutar o caminho de uma suposta universalidade que segmenta o “mundo do tra-

balho” das dimensões mais amplas da reprodução geral do capital que se expressam nas condições de vida da classe trabalhadora – todos esses terrenos onde há confronto com os interesses do capital e onde se pode produzir, portanto, lutas de classes a partir de conflitos diversos, distributivos, urbanos, rurais, de gênero, raça e sexualidade etc.

Além disso, pistas importantes surgiram nos últimos anos. Durante a pandemia e os eventos climáticos extremos (mas não só), uma das nossas maiores defesas tem sido a solidariedade ativa, com campanhas diversas: da entrega de absorventes às mulheres mais pobres, passando pelos cursinhos populares e a criação das cozinhas solidárias e centros de cultura nas periferias. O fato de que a extrema direita no século XXI abdica do discurso dos pobres contra ricos (como foi feito de forma oportunista pelo fascismo histórico) também é uma pista no sentido de que podemos ocupar esse espaço político e simbólico. A construção do plebiscito popular nesse momento é uma importante ferramenta para visibilizar as principais bandeiras da classe trabalhadora que estão em debate na sociedade: contra a escala 6x1 e por justiça tributária.

Ainda, a crise da globalização e o acirramento da disputa geopolítica não são elementos secundários. As lutas anti-imperialistas são cada vez mais necessárias nesse contexto. Em muitos países, as principais mobili-

zações recentes foram pela solidariedade ao povo palestino, e a luta por soberania nacional foi reacendida no Brasil, sendo um elemento importante da manifestação no último dia 10 de julho de 2025. Fortalecer nossa intervenção anti-imperialista por essas duas chaves principais segue sendo importante.

Seguindo essa trilha, é também decisivo desmistificar o antagonismo entre partido, sindicatos e os “novos movimentos sociais”. Seja no estudo das lutas sociais na América Latina ou pela ampliação da vaga de protestos nos anos 1960 nos Estados Unidos e Europa, em muitos momentos, foi acionada teoricamente a ideia de que “novos movimentos sociais” surgem e passam a questionar a validade da luta entre classes. Vêm desse meio de cultura as ideias do “fim” da sociedade do trabalho, das classes e da história que, evidentemente, precisamos combater.

Para “voltar a falar com a classe trabalhadora”, expressão muito utilizada nos debates entre as esquerdas, nossa geração precisará de muita criatividade e experimentação para encontrar as nossas formas de diálogo e organização quando centenas de milhões de pessoas que sobrevivem do trabalho ocupam postos informais, precários e “flexíveis”; há menos direitos, mais solidão e adoecimento mental e físico, jornadas longas, frustração, ressentimentos e insegurança.

## **A importância de construir alianças do partido com os movimentos sociais**

O debate sobre o papel e a relação do partido com os movimentos sociais acompanha a história do movimento proletário desde os primeiros choques com a nascente ordem capitalista industrial. Mas enquanto na segunda metade do século XIX o movimento operário foi o motor principal para o surgimento dos partidos socialistas, comunistas e social-democratas na Europa, fora dos centros imperialistas, onde a industrialização foi tardia, a base social das lutas das classes populares foi costumeiramente mais heterogênea. Essa é uma das razões que explicam uma maior diversidade nas experiências latino-americanas do século XX, muitas vezes com um esfumaçamento das fronteiras entre partidos e movimentos.

Coube a Lênin, de forma original para seu tempo, defender a ideia de que a política possui uma gramática própria, sendo esse um dos fundamentos da necessidade do partido como ferramenta de luta pelo poder, como o instrumento capaz de oferecer uma síntese para as lutas sociais, no sentido da sua articulação em nível estratégico. Com isso, não se quer dizer que a luta política se resume ao âmbito dos partidos. Pelo contrário, não devemos desconsiderar que as lutas econômicas podem ser um meio de formação de

sujeitos políticos. Aprender que é possível obter conquistas materiais por meio das suas próprias forças e na ação concreta é muito importante. Mas as lições de Lênin nos ajudam a elucidar que há uma linha que diferencia a ação meramente reivindicativa da luta política pelo poder. Isso é importante para evitar tanto a redução do nosso horizonte estratégico quanto as pressões objetivistas – como se todas as mobilizações que envolvem a classe trabalhadora fossem “naturalmente” revolucionárias. As lutas sociais carregam contradições, há avanços e recuos na consciência, vitórias e derrotas ideológicas, nem de longe nosso percurso é uma linha reta.

Além disso, um partido da classe trabalhadora não alcança força suficiente para disputar o poder se não tiver laços profundos com as lutas sociais de seu tempo histórico. O próprio surgimento do PT não se explica fora do ascenso de greves iniciado em 1978 no ABC Paulista, e o PSOL alcançou outro patamar depois de estabelecer um laço com o MTST.

O desafio nesse caminho é enorme, mas não começamos do zero. O PSOL carrega em seu DNA os aprendizados acumulados pela esquerda brasileira de forma mais ampla. Nosso partido é plural e reúne diferentes gerações e tradições políticas, o que facilita o encontro entre aqueles que enfrentaram a ditadura militar, que participaram da re-

construção da UNE e que viveram o poderoso ciclo de greves nos anos 1980 até os mais jovens.

Deve ser motivo de orgulho que o coletivo VAT tenha elegido uma liderança pelo PSOL no Rio de Janeiro e encontrado no PSOL um ponto de apoio fundamental no Congresso Nacional, destacando o papel da deputada federal Érika Hilton. E que a primeira mulher indígena a ser candidata à presidência do Brasil, Sônia Guajajara, líder da APIB, tenha concorrido pelo PSOL.

Nosso objetivo, então, é que o ativismo amplo que se identifica conosco queira também levantar a bandeira do PSOL lado a lado em cada processo concreto da luta social. No sentido de construir o PSOL como um partido de massa e ampliar seu enraizamento social, alianças orgânicas do partido com movimentos sociais são necessárias. Não podemos trabalhar apenas com a ideia de um crescimento molecular, filiando uma pessoa após a outra. Pelo contrário, o desafio é reconstruir laços com o movimento de massas tal como ele efetivamente é, com suas contradições e dificuldades, perigos e oportunidades. Por isso, nossa tarefa é fortalecer as alianças com movimentos sociais que já existem e construir novas. Para que cada vez mais no interior do partido se fale sobre o movimento social na primeira pessoa do plural. ■

# As lutas sociais e a formação de um novo bloco histórico

## Revolução Solidária



*“(...) o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (...)”*

*Lélia Gonzalez*

**O** mundo do trabalho vive profundas transformações que exigem novas formas de organização coletiva. As ferramentas tradicionais de representação já não respondem adequadamente aos desafios, criando a necessidade urgente de desenvolver novos instrumentos de luta e articulação política. Se nos anos 1980 e 1990 os movimentos sindicais e as lutas urbanas e rurais eram os principais vetores da mobilização popular, o avanço do neoliberalismo – enquanto projeto econômico e horizonte cultural – redefiniu radicalmente as formas de organização política e a própria dinâmica da luta de classes.

Entre 1980 e 2025, o mercado de trabalho brasileiro passou por profundas transformações: na indústria, a participação no PIB caiu de 34% para cerca de 20% e o emprego formal no setor foi de 23% para 12% da força de trabalho, refletindo a desindustrialização e a automação (IBGE/IPEA). O comércio e serviços, que respondiam por 45% do PIB e 40% dos empregos, saltaram para 60% do PIB e 70% da ocupação, porém com crescimento da “informalidade”: 40% em 2024 (IBGE), nas várias formas de trabalho por conta própria, desde os tradicionais “bicos” até o “moderno” empreendedorismo. Já a agricultura reduziu sua participação de 37% para 18% do mercado

de trabalho, marcada pela expansão do agronegócio mecanizado e o declínio relativo da agricultura familiar. O movimento sindical, que organizava mais de 32% dos trabalhadores, viu sua taxa de sindicalização cair para menos de 12% (DIEESE), enquanto novas formas trabalho (plataformas digitais e terceirização) se tornaram dominantes, redefinindo os desafios para a organização da classe trabalhadora no século XXI.

A profissionalização dos movimentos sociais dedicados a causas como direitos das mulheres, igualdade racial, justiça ambiental e direitos dos povos originários, embora tenha trazido avanços significativos, gerou uma contradição organizativa: a crescente institucionalização dessas lutas - conduzidas por ONGs e assessorias do chamado “advocay” – gerou tensões e enfraqueceu seus vínculos orgânicos com os partidos.

O IPEA (2021) revela que apenas 12% das organizações da sociedade civil atuantes nessas frentes mantêm relações formais com partidos. A PNAD Contínua (IBGE, 2022), aponta queda na participação política orgânica: 28% dos ativistas sociais estavam filiados em 2010 e apenas 9% em 2022. O IPEA (2023) demonstra ainda que 67% das ONGs dedicadas às causas progressistas dependem de financiamento internacional ou de editais governamentais, o que pode limitar sua capacidade de ação política autônoma.

Esse cenário cria uma dupla fragilização: os partidos progressistas perderam capacidade de incorporar efetivamente essas demandas sociais, enquanto os movimentos, apesar de seus importantes avanços (como o aumento da representação de mulheres e negros no Congresso de 8% para 24% entre 2010 e 2022), veem suas pautas estruturais frequentemente reduzidas a conquistas fragmentadas, sem transformação em um projeto societário mais amplo. A profissionalização das causas sociais, portanto, trouxe ganhos inegáveis em visibilidade e conquistas pontuais, mas também desafios significativos para a construção de uma unidade política e uma estratégia socialista.

Há uma certa subestimação a necessidade de organização de base e construção política permanente por parte desses setores que, por fim, contribuíram para a difusão de uma corrente de opinião de esquerda difusa, mas sem abrir mão de temas indispensáveis como a luta antirracista, por igualdade de gênero, contra a homofobia e pelos direitos dos povos indígenas e em defesa do meio ambiente que, com o declínio relativo das lutas sindicais e do movimento camponês (como o MST e a CONTAG nos anos 2000), logrou ter uma maior centralidade no campo das esquerdas.

Este processo se intensificou com a erosão das formas tradicionais de organização laboral, impulsionada pelo



desmonte da legislação e das políticas de proteção social, pela hegemonia do capital financeiro e pelo advento de novas formas de trabalho. Essas mudanças criam condições objetivas para o surgimento de novas formas de organização classista, como podemos ver nas recentes articulações coletivas tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, o movimento Vida Além do Trabalho e o Comando de Greve dos Entregadores que vem organizando o breque dos apps.

Não obstante, diante deste cenário, o que vemos é que a maior parte do campo progressista foi aos poucos restringindo sua ação à esfera eleitoral - reflexo da dificuldade em responder às novas configurações da luta de classes na contemporaneidade.

A centralidade da luta de classes no território urbano, simbolizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no final dos anos 1990, deve ser compreendido como uma resposta orgânica às profundas transformações estruturais que reconfiguraram o mundo do trabalho e as condições de vida nas cidades brasileiras, em um contexto marcado pela combinação perversa entre precarização laboral, crise habitacional crônica e erosão das formas tradicionais de organização sindical.

Os números oficiais revelam a dimensão desta crise: a taxa de desemprego saltou de 4,8% em 1990 para 13,7% em 2017 (IBGE). A informalidade laboral alcançou 41,1% dos tra-

balhadores urbanos em 2022 (IBGE), demonstrando a intensificação da precariedade nas relações de trabalho. Esta situação foi agravada por uma crise habitacional estrutural, com déficit de 5,876 milhões de moradias em 2021. (Fundação João Pinheiro) enquanto os preços reais de imóveis residenciais experimentaram uma elevação acumulada de 209% entre 2008 e 2021, conforme dados da FGV/Ibre.

Neste cenário, o MTST emergiu como importante ator político, demonstrando capacidade de mobilização massiva - como no ato de 2016 em São Paulo que reuniu aproximadamente 100 mil pessoas. Sua atuação combinou ocupações urbanas - atendendo cerca de 15 mil famílias entre 2017 e 2022 com a defesa de políticas públicas como o programa Minha Casa Minha Vida. As iniciativas do movimento, como as Cozinhas Solidárias, que distribuíram 6,2 milhões de refeições durante o período mais crítico da pandemia (Fiocruz), exemplificam esta nova forma de organização que articula ação concreta e cotidiana no território e formação política. Esta trajetória encontrou expressão eleitoral na performance de Guilherme Boulos, que disputou por duas eleições (2020 e 2024) o 2º turno das eleições em São Paulo, a maior capital do país.

Este fenômeno ocorre em paralelo ao declínio acentuado das formas tradicionais de organização sindical, refletindo tanto as transformações no



mundo do trabalho quanto às limitações do sindicalismo em responder aos novos desafios. Assim, as novas formas de organização popular, no campo e na cidade, emergiram como resposta concreta às transformações estruturais do capitalismo brasileiro, preenchendo parcialmente o vazio deixado pelo declínio das organizações tradicionais do mundo do trabalho.

**O golpe parlamentar-midiático contra a presidenta Dilma em 2016 teve como um dos seus objetivos atingir a estrutura sindical e os direitos trabalhistas.** Temer e aprovou a Contrarreforma Trabalhista de 2017. O DIEESE mostra que, entre 2017 e 2022, ocorreu uma redução de 34,7% no número de convenções coletivas e de 27,9% nos acordos coletivos, indicando o enfraquecimento da capacidade de negociação dos trabalhadores. Já Bolsonaro, com o Decreto nº 9.759 de 2019, determinou a extinção de 1.246 conselhos e colegiados da administração pública federal, incluindo diversos órgãos relacionados a direitos trabalhistas. O Ministério Público do Trabalho (2021) registrou uma queda de 96,3% nas autuações por irregularidades trabalhistas em comparação com anos anteriores, reflexo da mudança na política de fiscalização.

A resistência a essas medidas se manifestou através de ações como a greve geral de abril de 2017, que mobilizou cerca de 35 milhões de trabalhadores em todo o país. Apesar desses desafios, o MTE registra 11.235

organizações sindicais ativas em 2023, indicando a persistência da estrutura sindical mesmo em contexto adverso. Não ignoramos, portanto, a importância e as energias de luta sindical, mas enfatizamos seus limites, sem abrir mão de suas possibilidades de luta e organizativa da classe.

Por outro lado, são limitados e escassos os instrumentos que temos na relação com os trabalhadores rurais, povos das matas e das florestas, quilombolas, pescadores e marisqueiros. O PSOL, apesar de nossos mandatos e de ocuparmos o Ministério do Povos Indígenas, ainda carece de laços mais orgânicos com este setor tão estratégico à luta de classe no Brasil. Os dados revelam tanto a vitalidade quanto os limites das lutas camponesas e dos povos das florestas e das matas no Brasil contemporâneo. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar – que inclui assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas – responde por 77% dos estabelecimentos rurais e ocupa 23% da área agrícola, produzindo 70% dos alimentos consumidos no país. No entanto, como demonstra o relatório “Conflitos no Campo” (CPT, 2022), esses trabalhadores enfrentam crescente violência: em 2021, foram registrados 1.768 conflitos por terra e 35 assassinatos em áreas rurais, com as comunidades quilombolas e indígenas sendo particularmente atingidas.

Apesar dessa resistência histórica, os instrumentos organizativos disponíveis mostram-se insuficientes. O número de sindicatos rurais caiu 18% entre 2010 e 2020 (MTE/RAIS), enquanto a taxa de sindicalização no campo não ultrapassa 15% (DIEESE, 2021). A PNAD (IBGE, 2022) mostra que 52% dos trabalhadores rurais estão na informalidade, situação que atinge 78% dos pescadores artesanais e 65% dos extrativistas – dados que evidenciam a precariedade estrutural que dificulta a organização coletiva. Essa realidade exige a criação de novas formas de articulação política que reconheçam a diversidade dos sujeitos do campo (sem-terra, pequenos agricultores, povos tradicionais), desenvolvam estratégias comuns contra o avanço do agronegócio (responsável por 73% do desmatamento ilegal, segundo Map-Biomas 2022) e, por fim, estabeleçam pontes orgânicas com as lutas urbanas, superando o isolamento histórico das demandas rurais.

A construção de **um novo bloco histórico** - a união entre base material e ideologia para sustentar um novo sistema de poder que unifique diferentes grupos sociais sob uma mesma visão de mundo – depende, portanto, da capacidade de transformar a força social desses movimentos – como as 350 mil famílias acampadas esperando reforma agrária (INCRA, 2021) ou os 1,3 milhão de indígenas em terras ameaçadas (FUNAI, 2022) – em poder político efetivo, articulado a um pro-

jeto nacional de transformação social.

A convergência das lutas sociais rumo à construção de um novo bloco histórico capaz de unificar a pequena burguesia radicalizada, os setores médios progressistas e a classe trabalhadora em suas múltiplas expressões – assalariados celetistas e por conta própria, trabalhadores urbanos e rurais – representa um desafio estratégico fundamental. Esse processo exige superar a fragmentação e a individualização atual.

**Mas, antes, no entanto, é preciso superar dois equívocos:** tanto a visão que menospreza as lutas sociais como “identitárias”, quanto a ilusão de que demandas isoladas - sejam sindicais, por moradia ou contra as opressões - possam, por si só, construir uma alternativa transformadora. O desafio estratégico está em articular essas diversas frentes em um projeto político que, respeitando suas particularidades, as integre em uma perspectiva socialista - único horizonte capaz de converter a pluralidade das lutas em força histórica emancipatória. A construção de um novo bloco histórico surge como tarefa fundamental neste contexto. Embora as lutas fragmentadas do presente não constituam por si só esse bloco, elas apontam caminhos e possibilidades para sua formação.

É essencial incorporar ao programa político as experiências concretas dos movimentos sociais, sem perder de vista as particularidades e buscando

pontos de convergência. As práticas desenvolvidas pelos povos indígenas, quilombolas, movimento de mulheres, Ação Negra, MTST, ocupações urbanas, Cozinhas Solidárias e das articulações pelos direitos dos entregadores e pelo fim da jornada 6 x oferecem aprendizados valiosos que devem ser sistematizados e ampliados.

O momento atual caracteriza-se por uma crise profunda do mundo do trabalho e de suas instituições tradicionais, e não do capitalismo em si. Enquanto o capital soube se reorganizar após a crise de 2008, os trabalhadores viram seus instrumentos de luta se enfraqueceram. Esta assimetria exige a criação de novas formas de organização e resistência que respondam aos desafios do século XXI. É preciso avançar na construção de mecanismos concretos de articulações das ferramentas tradicionais com as novas formas organizativas; nas metodologias de sistematização das experiências dos movimentos sociais; na definição de estratégias de construção de unidade política a partir da diversidade de lutas; e, por fim, na análise das novas configurações do capitalismo e suas implicações para a organização dos trabalhadores.

A construção de um novo bloco histórico capaz de unificar as diversas lutas sociais – urbanas e rurais, sindicais e dos movimentos por direitos específicos – exige superar tanto a fragmentação quanto a subordinação mecânica das pautas a projetos

pré-definidos. O desafio estratégico está em articular, a partir das experiências concretas dos movimentos, um projeto socialista de uma democracia popular que converta a pluralidade das resistências em força política transformadora, combinando novas formas de organização com as estruturas tradicionais da classe trabalhadora, sem ilusões institucionais nem voluntarismos, com planejamento, disciplina e leitura crítica da correlação de forças social e política e por ampliar nossa capacidade de disputa de valores e ideias, combinando radicalidade programática e enraizamento popular.

Por fim, vivemos um tempo de profundas transformações no mundo do trabalho, que deslocou o epicentro das lutas do chão de fábrica para os territórios periféricos e o ambiente digital. As identidades de classe, outrora forjadas na relação formal com a fábrica e no sindicato, hoje se constroem a partir de visões de mundo, da revolta contra as insalubridades do trabalho e da conexão em comunidades virtuais. Isso exige da esquerda a renovação urgente de sua linguagem, estética e ferramentas de organização.

A ascensão da extrema-direita como ator de massas evidenciou a eficácia de uma disputa ideológica que soube nomear inimigos, canalizar ressentimentos e oferecer uma identidade clara em oposição a um “eles” demonizado. Enquanto isso, as redes sociais consolidaram-se como arena central dessa

batalha, onde algoritmos fortalecem bolhas e narrativas são construídas e destruídas em minutos. As novas lutas, portanto, são travadas tanto nas ruas quanto nas redes, com formas, símbolos e estratégias que refletem esse novo espírito de época, exigindo uma presença ágil e conectada.

A crise dos partidos e sindicatos é palpável. As novas demandas civilizatórias e a organização popular frequentemente fluem à margem dessas estruturas, valorizando a autonomia. No entanto, o sucesso de qualquer luta social ainda depende da transformação de suas demandas em um projeto político global, o que abre uma janela de oportunidade para um partido que se faça ferramenta útil de acolhimento, solidariedade e tradução institucional dessas pautas, sem pretender comandá-las.

Em meio ao sentimento de crise generalizada da política, o que temos é uma crise do mundo do trabalho tradicional; e de suas instituições, agudizada pela reestruturação bem-sucedida do capital após 2008. Esta ofensiva capitalista, no entanto, gerou como contrapartida uma crise de hegemonia mais ampla, na qual a extrema-direita soube se inserir. Assim, a crise é ao mesmo tempo setorial (dos instrumentos da classe) e societal (de projeto político), e superá-la exigirá reconstruir o poder popular a partir das novas trincheiras, conver-

tendo a resistência dispersa em um novo bloco histórico socialista.

Diante desse contexto, a crise dos instrumentos tradicionais – partidos e sindicatos – é palpável. As novas demandas civilizatórias e a organização popular frequentemente fluem à margem dessas estruturas, valorizando a autonomia. No entanto, o sucesso de qualquer luta social ainda depende da transformação de suas demandas em política pública, o que abre uma janela de oportunidade para um partido que se faça ferramenta útil de acolhimento, solidariedade e tradução institucional dessas pautas, sem pretender comandá-las.

Embora a percepção imediata aponte para uma crise generalizada da política, é preciso reconhecer que se trata, fundamentalmente, de uma crise específica do mundo do trabalho e de suas instituições, agudizada pela reestruturação bem-sucedida do capital após 2008. Esta ofensiva capitalista, no entanto, gerou como contrapartida uma crise de hegemonia mais ampla, na qual a extrema direita soube se inserir. Assim, a crise é ao mesmo tempo setorial (dos instrumentos da classe) e societal (de projeto político), e superá-la exigirá reconstruir o poder popular a partir das novas trincheiras, convertendo a resistência dispersa em um novo bloco histórico capaz de desafiar o capital reorganizado. ■



# Lutas sociais do nosso tempo: uma estratégia popular, democrática e rumo ao ecossocialismo

Alicerce, APS, Centelhas, LSR, Insurgência Reconstrução Democrática e Rebelião Ecosocialista



**V**ivemos uma crise de civilização em escala global, resultado de um modelo de reprodução capitalista que está exaurindo de forma acelerada as condições para a vida humana no planeta terra e lançando bilhões de trabalhadores e trabalhadoras em piores condições de vida e trabalho.

Essa crise é atravessada por um processo acelerado de inovação tecnológica, que tem sido capturado pelo Capital como instrumento de dominação, exploração e vigilância. É urgente que toda a capacidade de criação seja orientada para reorganizar a produção de forma que respeite os ciclos da natureza e amplie a participação das maiorias sociais nas de-

cisões econômicas que impactarão o conjunto da humanidade.

Uma reorientação dos objetivos e controle das novas fronteiras tecnológicas é estratégia central para a sobrevivência da humanidade na terra e para propiciar condições dignas a todos e todas. Para que uma transformação tão profunda seja possível, é necessária uma ação consciente e articulada de todos os setores sociais hoje atingidos pela lógica do lucro e com potencial de transformar a sociedade em direção a uma forma social totalmente distinta.

O horizonte das nossas lutas deve ser a construção de uma sociedade que seja organizada a partir de um planejamento social, ecológico e ra-

dicalmente democrático. Afinal, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.”.

A compreensão de que nossa disputa é em torno de todo um conjunto do modo de vida nos leva também a atualizar a compreensão das contradições que o capital desenvolve e dos sujeitos que as enfrentam, que são, nos dois casos, múltiplos.

O movimento socialista, na sua origem, identificou o proletário - em especial o operário fabril - como sujeito universal, ou seja, aquele que potencialmente pode desencadear uma perspectiva revolucionária, já que o proletariado não pode emancipar-se a si mesmo e coletivamente sem revolucionar as condições que organizam o regime capitalista e que o exploram e oprimem.

Uma série de características torna seu potencial revolucionário, especialmente explosivo: deles a sociedade depende para a produção de riquezas. Além disso, os trabalhadores concentrados no território e em número crescente eram capazes de travar o sistema econômico, sem ter nada a perder a não ser os grilhões. Esse setor tem, por seu lugar e pelas contradições que vive, o potencial da crítica e da ação prática desmanteladora do sistema.

No entanto, essa compreensão foi objeto de uma análise redutora sobre os sujeitos capazes de mudar os rumos da história e do próprio processo de avanço do capital. Para certo marxis-

mo, eram somente os operários industriais. Uma leitura que não considerava todo o trabalho no cuidado e da reprodução social da própria classe e mesmo as hierarquias construídas com base no racismo, bem como a diversidade no seio desta, o que implica uma série de experiências particulares.

É correta a centralidade do trabalho para entender e atuar na nossa sociedade, organizada, ainda hoje, a partir da divisão entre quem controla e quem é aliado dos meios de produção. Não podemos esquecer que cada forma de trabalho implica também transformações na cultura, nas cidades, na relação com os bens naturais etc. E é central considerar a diversidade que compõe nossa classe e as questões que isso envolve, seja de gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outras. Não há, para nós, oposição entre opressão e exploração. Especialmente no Brasil, em que a classe trabalhadora é, em sua maioria, feminina e negra. Nossa estratégia popular, democrática e rumo ao ecossocialismo parte, assim, da compreensão da diversidade de problemáticas dos sujeitos e das lutas sociais.

Ainda que, na origem do movimento socialista, as questões étnicas e nacionais já estivessem colocadas, nos países periféricos se fez ainda mais necessário que se tornassem estruturais. Vale lembrar, sobre isso, a proposição de Mariátegui em torno de um socialismo andino, bem como a importância das lutas camponesas.



Na verdade, toda nossa história de lutas e revoluções expressa exatamente essa diversidade, real e potente.

O contrário disso favorece o capital. Por exemplo, atribuir exclusivamente às mulheres o dever de cuidar dos outros permite que o capital se beneficie da reprodução social barata e se isente do financiamento de serviços públicos. A desigualdade salarial afeta em especial às mulheres, com uma participação de apenas 35% da renda do trabalho. Os idosos e as crianças deixam de ter direito a políticas públicas. O racismo e a histórica exclusão da população negra da educação e dos melhores empregos potencializa a superexploração do trabalho no Brasil.

Como modo de vida, o capitalismo engendra também relações sociais que, de tão profundas, também precisam ser superadas para a auto-emanipação. O capitalismo refuncionalizou o patriarcado e fez das mulheres alvos de ataque da violência sexista – feminicídios, estupros, assédio sexual, tráfico sexual e de mão de obra – até as restrições aos direitos à alimentação, à educação, ao respeito e ao controle do próprio corpo.

As pessoas LGBTQI+, especialmente as transgêneros, são alvo de uma ofensiva reacionária global que exacerba sua precariedade e discriminação, compromete seu acesso à saúde e, conseqüentemente, à sobrevivência. As pessoas com deficiência são descartadas pelo capital porque são

vistas como não produtivas no processo de obter lucro.

Os povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, pescadores, marisqueiras e tantos grupos mais, têm seus modos de vida atacados pelo avanço do capital, seja desde o processo de colonização no Brasil, quando sua exploração viabilizou as bases do sistema, e ainda hoje. São esses setores que enfrentam o agro-negócio, as mineradoras e outros setores destruidores.

A própria classe trabalhadora passa, hoje, por transformações que, se a distanciam da imagem do operário fabril, na verdade atualiza as condições de opressão e exploração identificadas por Marx e pelo movimento socialista ao longo do tempo. Se a classe sempre foi diversa, com a globalização neoliberal a ela se complexificou ainda mais, sobretudo com a entrada das plataformas digitais nas relações entre capital/trabalho. São novas agentes e relações que fragilizam conquistas históricas da classe trabalhadora, como o reconhecimento do vínculo trabalhista e os direitos arrancados pelas lutas. São novas formas de precarização que avançam inclusive em relação aos setores da chamada classe média, resultado de uma complexificação do sistema e de sua expansão, que ampliou acesso de setores da classe ao mercado de bens de consumo.

Com a financeirização das relações para setores da classe, parte de sua



renda e do direito à aposentadoria passa a ser atrelada a ganhos financeiros. Com a pejetização, o trabalhador, além de precarizado, em muitas situações também está na posição de “patrão” de outro/a trabalhador/a. Isso posto, ocorre forte pressão social para a acomodação e a naturalização da mais selvagem competição, o que resultou em uma derrota ideológica que afetou bastante o “fator subjetivo” de organização da classe. Tudo isso é aprofundado nas condições da plataforma do trabalho.

Por outro lado, a dinâmica atual de precarização gerou novos setores da classe que podem ter muito mais disposição para mudar a ordem das coisas, pois passam a ser aqueles/as que “não têm nada a perder”.

No entanto, tem sido enorme o desafio da esquerda socialista no diálogo com esses setores, em especial na enorme tensão entre disputas eleitorais vitaminadas por fundos milionários e uma população fragilizada, em que esses recursos acabam pautando até mesmo as disputas partidárias.

## **Lutas sociais no Brasil: atravessar o fio da navalha**

Há projetos populares importantes na educação, cultura, esporte ou até mesmo iniciativas de solidariedade comunitária que devem ser apoiadas, das mais diversas formas, pelo PSOL, mas resguardando a autonomia dessas iniciativas, impedindo que se vincule

o acesso à direitos com a participação em espaços de decisão partidários.

Há ainda lutas importantes, contra o genocídio da juventude negra, como a organização das mães vítimas da violência do estado, o movimento antiproibicionista e diversas articulações de Direitos Humanos, com que o PSOL construiu nas últimas décadas relações cotidianas de construção.

Desde maio de 1968, a juventude se colocou em diversos momentos do planeta como protagonistas da história. Em momento de crise climática, não é diferente. As novas gerações têm a expectativa de uma vida pior do que a geração anterior e mesmo a ideia de futuro se mostra ameaçada pela catástrofe ambiental das condições de trabalho e consequente deterioração da saúde mental.

Parte desse protagonismo juvenil se dá na luta pela educação, onde a história recente tem mostrado o melhor espaço para começar a reconstrução de um movimento sindical não burocratizado, democrático e combativo. Que precisa chegar ainda ao proletariado industrial, que segue com importância, como sujeitos(as) em núcleos centrais da economia como as fábricas.

As Cidades se tornaram também esse espaço de encontro e terreno de disputa pelo uso do espaço para a cultura, o esporte e o meio ambiente contra a especulação imobiliária. Nesse espaço a maioria da classe trabalhadora vive em habitações precárias, o que coloca

para o PSOL a necessidade de organizar um novo movimento popular por reforma urbana de caráter popular. .

As relações neoliberais chegaram também ao campo incorporando agricultores familiares e comunidades tradicionais em contratos com grandes conglomerados. E gerando uma nova fronteira de disputa pela posse dos territórios e suas riquezas.

Os movimentos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais passam por embates com o Estado e o Capital para garantir a soberania popular sobre seus territórios. Nos territórios tradicionais se vive uma outra forma de vida não submissa à lógica da mercantilização, que quer se impor no acesso à água, minérios e solo.

Uma ruptura radical com a ideologia de dominação humana dos seres humanos e a natureza é essencial para o desenvolvimento de uma cultura ecológica de “cuidado” com as pessoas e com o meio ambiente. A defesa da biodiversidade, em particular, não pode se basear apenas na razão (o interesse humano devidamente entendido): ela requer igualmente empatia, respeito, prudência e o tipo de concepção global que os povos andinos resumem na expressão “amor à Pacha Mama” (à mãe-terra).

O ecossocialismo se tornou eixo estratégico para a articulação das lutas do nosso tempo, incorporando lutas em torno dos modos de vida, lutas econômicas, lutas culturais, lutas democráticas e lutas políticas.

Na prática, a convergência ecossocial das lutas implica, acima de tudo, que os setores mais conscientes das ameaças ecológicas se dirijam aos setores mais conscientes das ameaças sociais, e vice-versa, a fim de superar juntos a falsa oposição capitalista entre o social e o ecológico. Nessa abordagem, a defesa de um ecossindicalismo que seja ao mesmo tempo luta de classes e antiprodutivista desempenha um papel essencial, com base nas preocupações concretas dos trabalhadores com a preservação de sua saúde e segurança no trabalho e no papel deles como denunciadores dos danos aos ecossistemas e dos perigos de sua produção, que eles estão em melhor posição para desempenhar.

Em síntese, uma formulação que reconhece que a classe não é homogênea e que as muitas contradições que o capital gera em diversas instâncias da vida social amplia o potencial transformador de diversos setores.

O liberalismo tenta desarmar esses movimentos, apostando na fragmentação dessas lutas, no individualismo performático, na cooptação pela visibilidade maior que a elite econômica pode prover ou no sectarismo auto-proclamatório, como se uma luta se sobrepusesse à outra.

A esquerda socialista apresenta essa luta de forma interseccional, sem hierarquia, em que as lutas se complementam e ganham vulto, também a partir de contextos locais

ou temporais. Que está casada com a ideia de torna-se classe em si.

A classe se define por sua agência histórica. Essas pessoas tornam-se conscientes dos seus interesses comuns e desenvolvem formas apropriadas de organização e ação comuns. Por isso, só é possível os fundamentos econômicos numa luta político-social e não apenas econômica.

## **Um partido para fortalecer as lutas**

A centralidade do PSOL na construção de pontes e alianças entre essa miríade de movimentos, em se tornar espaço de reflexão das lutas para que as lutas se transformem em aprendizados e contribuir na formação política de uma coluna de lideranças sociais.

Ao mobilizar agendas de solidariedade internacional -como a solidariedade ao povo palestino - e lutas democráticas contra a extrema direita - como a responsabilização dos envolvidos no golpe fracassado de 2022, o partido se apresenta ele mesmo como partido movimento.

Nossos mandatos cumprem o papel de dar voz à essas lutas, ao mesmo tempo que agrega reflexões políticas junto aos movimentos, como parte do fortalecimento da luta social.

Mas precisamos atuar de forma vigilante contra as pressões para a burocratização que acomodam esses instrumentos em torno de objetivos eleitorais.

O PSOL se desafiou a uma atitude responsável nessa conjuntura, dar apoio ao Governo Lula frente aos ataques da extrema direita e do trumpismo, ao mesmo tempo que precisa manter sua independência, para fazer os contrapontos necessários, em especial na política econômica - que segue priorizando os setores primários exportadores e rentistas - e nos limites da política ambiental (em especial o risco de exploração da Foz do Rio Amazonas). Somente um partido fora da “disciplina de governo” pode liderar lutas combativas e consequentes.

Da mesma forma, precisamos entender essa autonomia ao conjunto de movimentos sociais e precisa ser esse o perfil de uma frente única de lutas.

Hoje nenhuma das frentes existentes, se coloca a altura de recompor um novo bloco histórico. Já que nenhuma delas tem vida orgânica e instâncias de decisão coletiva.

Em tempos em que os sindicatos reduziram sua relevância política e a esquerda está fragmentada, é importante a cooperação prática não sectária, especialmente entre a esquerda anticapitalista, e ao mesmo tempo apoiar os trabalhadores em sua auto-organização.

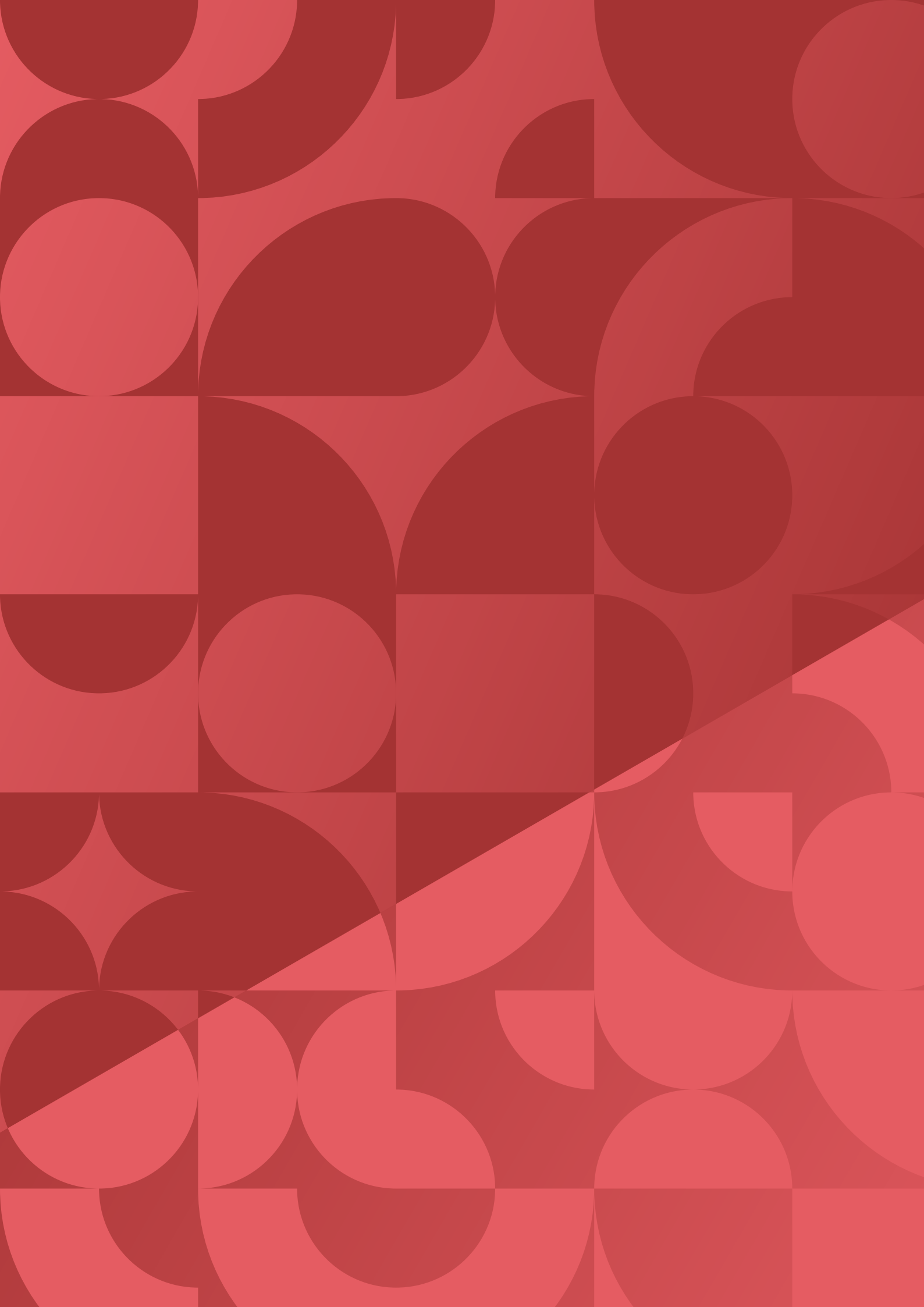
Reconstruir os instrumentos de organização da classe, formar uma nova geração de lideranças é tarefa histórica do PSOL!

Nosso objetivo, então, é que o ativismo amplo que se identifica conosco queira também levantar

a bandeira do PSOL lado a lado em cada processo concreto da luta social. No sentido de construir o PSOL como um partido de massa e ampliar seu enraizamento social, alianças orgânicas do partido com movimentos sociais são necessárias. Não podemos trabalhar apenas com a ideia de um crescimento molecular, filiando uma pessoa após a outra. Pelo contrário, o

desafio é reconstruir laços com o movimento de massas tal como ele efetivamente é, com suas contradições e dificuldades, perigos e oportunidades. Por isso, nossa tarefa é fortalecer as alianças com movimentos sociais que já existem e construir novas. Para que cada vez mais no interior do partido se fale sobre o movimento social na primeira pessoa do plural. ■







# Democracia, Direitos Humanos e Sociais

---

 FUNDAÇÃO  
LAURO CAMPOS e  
MARIELLE FRANCO  
PSOL



# 5

## Caderno de debates

# A questão democrática e a luta socialista: por uma democracia popular e socialista

Revolução Solidária



*“A civilização dita ‘europeia’, a civilização ‘ocidental’, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores a que sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial.”*  
(Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo*)

**A** estratégia do socialismo do século XXI combina lutas “por dentro” da ordem e “contra” ela, ou seja, compreende que é possível ter uma ação institucional combativa – para além de uma mera demarcação – nos espaços da institucionalidade burguesa e também a partir das lutas dos movimentos sociais, da cidade e do campo. Não são, portanto, estratégias excludentes, mas complementares, dada a natureza incerta e instável da democracia burguesa entre nós.

A questão democrática assume centralidade ainda maior nos países periféricos do capitalismo, onde as condições estruturais impediram

a consolidação de uma democracia plena – mesmo nos moldes liberais burgueses, como nos países centrais do bloco imperialista (Europa e Estados Unidos). Na América Latina e no Caribe, o autoritarismo, o extremismo de direita e o terrorismo de Estado – historicamente apoiados e financiados pelo imperialismo – deixaram marcas profundas na luta por soberania e autodeterminação dos povos. A dominação política da burguesia, nessas regiões, se sustenta na violência e no autoritarismo como pilares essenciais para manter a “coesão social” em sociedades marcadas por abissais desigualdades e concentração de renda.



Essa violência estrutural se expressa de forma brutal nas estatísticas: em 2024, mais de 46 mil jovens foram assassinados no Brasil, sendo 70% negros (pretos e pardos). Mas o genocídio da população negra não é a única face dessa barbárie. O feminicídio persiste como uma chaga social, com uma mulher assassinada a cada seis horas no país, a maioria negra e pobre. A população trans segue sendo alvo de um verdadeiro extermínio, com o Brasil liderando há anos o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans e travestis. Comunidades quilombolas e indígenas sofrem ataques constantes, com invasões de terras, assassinatos de lideranças e a criminalização de suas lutas. Só em 2023, mais de 200 defensores de direitos humanos e ativistas ambientais foram mortos na América Latina, muitos deles por defenderem a floresta e os territórios tradicionais contra o avanço do agronegócio e da mineração predatória. Esses dados não são meros números, mas a expressão concreta de um projeto de dominação que combina racismo, patriarcado, LGBTfobia e a mercantilização da natureza. A democracia, nestas condições, não pode ser reduzida a uma formalidade eleitoral: ela só existirá de fato quando confrontar as estruturas que perpetuam o extermínio das maiorias oprimidas pela dominação e violência da classe burguesa.

Portanto, não se trata de confundir democracia com sua versão burgue-

sa, mas de afirmar um projeto democrático radical – uma democracia popular construída “desde baixo” como base fundamental para uma sociedade socialista e verdadeiramente emancipada. Logo, é necessário superar as heranças coloniais e autoritárias e construir uma democracia popular, que afirme a soberania do Brasil e reforce o lugar do Estado e da sociedade civil para desenvolver tecnologias a serviço da participação popular e garantir acesso a direitos, a partir do controle social dos instrumentos para a distribuição de renda e progresso econômico. A experiência democrática não pode ser compreendida como um valor abstrato ou universal, desvinculado das lutas concretas de classes e da realidade periférica do capitalismo global. A democracia liberal, hegemônica pelos interesses do capital e instrumentalizada pelo imperialismo, mostrou-se não apenas insuficiente à emancipação plena dos povos, como coloca a necessidade de construir um projeto contra-hegemônico de **democracia popular**.

A burguesia brasileira, historicamente falando, se associou a projetos golpistas e violentos para fazer prevalecer seus interesses sempre que estes eram ameaçados pelas lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida. É por isso que esse setor apoiou abertamente, como fez em 1964, o golpe empresarial-midiático contra a ex-presiden-

ta Dilma Rousseff em 2016, e levou ao poder Jair Bolsonaro em 2022. Temos aqui uma linha de continuidade com a violência praticada contra as comunidades negras e racializadas, funcionais à superexploração da força de trabalho capitalista, por parte do aparato de repressão – herança da ditadura, a Política Militar –, e que vem recrudescendo com a política de desinvestimento público, de caráter neoliberal, e o fortalecimento da Bancada da Bala no Congresso Nacional e da extrema direita.

Este é um dos nós górdios da luta por direitos humanos em nosso país, estendido aos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e povos das águas, das matas e das florestas. O ecocídio – que nada mais é que a liquidação da natureza e a sua redução a mercadoria – realizado para fins de reprodução do capital não está dissociado da violência e do genocídio afro-indígena que sustenta, desde a invasão portuguesa de nosso território até hoje, o modo de produção capitalista. Os direitos humanos – na integralidade do que isso representa para nós, socialistas – como respeito da liberdade individual e a vida – que passa pela satisfação das necessidades materiais básicas como educação, saúde, moradia e segurança alimentar – só serão possíveis em uma sociedade de pessoas emancipadas e a partir do controle social dos meios de produção e do planejamento democrático da economia. Nesse sentido,

é necessário aprofundar, dentro do contexto concreto da luta de classes hoje no Brasil, o que entendemos por “democracia” e “Estado” em termos programáticos, indo além das visões liberais hoje vigentes. A democracia deve ser entendida em sua relação concreta com as lutas sociais e econômicas, garantindo voz aos setores excluídos. O desafio é, portanto, superar o Estado em sua atual forma burguesa e construir uma perspectiva que tenha como princípio a plena emancipação humana. Esse projeto deve superar definitivamente as tutelas históricas do legado colonial e da herança autoritária do militarismo, que seguem moldando o Estado e a sociedade. Impõe-se rejeitar uma concepção minimalista de democracia, restrita ao processo eleitoral, e decantar um conceito robusto de **democracia popular** como um processo contínuo de radicalização da participação direta, de socialização do poder político e de constante confronto com as estruturas oligárquicas, garantindo voz e poder efetivo às classes exploradas e excluídas, que são a base social dessa transformação.

Por outro lado, a democracia que queremos construir deve levar em consideração sua dimensão global e ter por base as contradições do capital. A nossa estratégia deve combinar pressão institucional (“por dentro”) e mobilização popular (“por fora”), experimentando os limites do sistema enquanto se constrói força para trans-

formá-lo. A democracia só será efetiva se contemplar os interesses da classe trabalhadora e das maiorias sociais que formam o país – expropriadas e privadas de poder econômico. Trata-se, portanto, de ocupar os espaços de poder de maneira a tensioná-los – e não para serem meras tribunas de propaganda e denúncia —, em uma pedagogia do poder popular, que junto com o povo, os movimentos sociais e a classe trabalhadora organizada iremos construir e avançar em novos marcos de democracia e participação política, superando barreiras à plena emancipação humana e constituindo as bases de uma nova sociedade.

Do mesmo modo, em um contexto de “guerra híbrida” do imperialismo estadunidense, não podemos falar de defesa dos direitos humanos sem considerar a intensa disputa em torno do tema, inclusive para fins geopolíticos. Não há por que estabelecer seletividade quanto ao tema, em uma versão desgastada da fantasia hollywoodiana em que os mocinhos estadunidenses e europeus levam a democracia ao mundo ao defender os interesses dos “países atrasados”, que por si só não podem fazê-lo. Essa perspectiva neocolonial dos direitos humanos, seletiva, cínica e burguesa está atrelada ao projeto de mundo unipolar dos Estados Unidos e da Europa, que até hoje, por exemplo, não pagaram pelos crimes que cometeram no Congo e em Hiroshima e Nagasaki. Portanto, a defesa dos direitos humanos

não pode servir de justificativa para agressões de caráter imperialista e para atentar contra o direito à autodeterminação dos povos.

A construção de uma **democracia popular** e socialista no Brasil exige superar as heranças coloniais, autoritárias e neoliberais, combinando lutas institucionais e mobilizações de base para ampliar os limites da ordem burguesa. É preciso um projeto que una soberania nacional, justiça social e controle popular sobre a economia, enfrentando a violência estrutural do capital e a guerra híbrida imperialista. Só assim se garantirá uma democracia radical, em que direitos humanos e emancipação não sejam abstrações, mas fruto da luta organizada dos trabalhadores, dos povos originários e das maiorias oprimidas, por um Estado verdadeiramente popular. Um projeto democrático e popular é, por definição, anti-imperialista, determinado pela posição subalterna do país na divisão internacional do trabalho e do poder, e voltado para a integração soberana dos povos do Sul global.

A estratégia de um governo democrático e popular deve transcender a mera administração eficiente do Estado burguês para se tornar um instrumento dialético de transformação. Isso significa atuar “por dentro” das instituições, não como fim em si mesmo, mas como meio para alargar os espaços de poder, ampliar investimentos públicos às classes despossuídas e, crucialmen-

te, ocupá-las estrategicamente como uma trincheira de luta política e pedagógica. Através de mecanismos diretos de participação popular, a exemplo do que foram as experiências iniciais do Orçamento Participativo deliberativo sobre toda a verba pública, evidenciam-se para as classes oprimidas os limites estruturais impostos pelo capitalismo, elevando sua consciência política sobre a necessidade de mudanças profundas. Neste ponto, é preciso pensar a articulação permanente entre ação institucional e sociedade civil, para além de algo instrumental, ligado às dinâmicas dos interesses contraditórios no aparato de poder, mas como um núcleo de poder capaz de sustentar um projeto popular mais duradouro. Por isso, é fundamental a construção de força organizada “por fora”, autônoma em relação ao Estado e aos partidos, um contrapoder popular capaz de pressionar por transformações e ser o embrião de uma nova sociedade. Esta estratégia dupla – disputar o Estado para desnudá-lo e fortalecer a auto-organização popular – visa demonstrar na prática que para avançar por reformas de base será necessário romper com a lógica excludente do Estado bur-

guês, vinculando a plena realização da democracia à transformação radical das relações econômicas e sociais.

A realização plena da **democracia popular** está intrinsecamente vinculada à transformação das relações econômicas e sociais, exigindo uma estratégia dupla de atuação. Compreende-se o Estado não como uma entidade neutra, mas como um campo de batalha em permanente disputa, combinando a atuação “por dentro” de suas instituições, para alargar os espaços de poder e conquistar instrumentos a serviço do povo, com a construção de força organizada “por fora”, nas lutas sociais, com autonomia de classe, para pressionar e impor transformações profundas. Esse esforço deve potencializar os avanços tecnológicos, notadamente na esfera dos serviços públicos, como ferramentas de participação política massiva, rejeitando visões tecnossolucionistas, e resgatar uma concepção de direitos humanos fundada na luta pela emancipação e contra a violência do Estado e do capital, libertando-a do discurso imperialista que a instrumentaliza. ■



# Em defesa da democracia real, dos direitos humanos e sociais

## Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL



**O** Partido Socialismo e Liberdade completa 21 anos de fundação e 20 de legalização em um momento histórico de profundas contradições. Por um lado, vivemos em uma sociedade em que as tecnologias, a ciência e a capacidade produtiva da humanidade atingiram patamares inimagináveis. Por outro, seguimos aprisionados pelas amarras de um sistema econômico excludente, que concentra riqueza em poucas mãos e condena bilhões de pessoas à precariedade, à violência e à negação de direitos básicos. Foi contra essa ordem injusta que nasceu o PSOL, como ruptura necessária com a conciliação de classes do petismo e como afirmação de que a esquerda no Brasil precisava manter sua coerência socialista, democrática e radicalmen-

te comprometida com a defesa dos direitos da classe trabalhadora em suas mais diversas formas: juventude, mulheres, negritude, comunidade LGBTQIAPN+, entre outras. Hoje, não celebramos apenas a existência do partido, mas precisamos reafirmar um projeto de transformação profunda da sociedade brasileira, capaz de enfrentar os velhos privilégios e abrir espaço para uma democracia real, efetiva e inclusiva.

### **Democracia: muito além do voto**

A democracia formal, conquistada após anos de ditadura militar, é um avanço que precisamos preservar. Mas não podemos nos enganar: a democracia não pode se reduzir ao rito das elei-

ções a cada quatro anos, ainda mais quando as instituições são capturadas por interesses do capital financeiro, dos grandes grupos empresariais e das oligarquias políticas tradicionais. A democracia verdadeira é participação popular efetiva. É a juventude negra e periférica poder decidir sobre segurança pública, em vez de ser tratada como alvo da política genocida de um Estado militarizado. É o povo trabalhador ter voz nas definições sobre política econômica, em vez de ver sua vida ser determinada por bancos e agências de risco. É garantir soberania alimentar, energética e ambiental, com a sociedade participando das escolhas sobre o destino de nossas riquezas. Não podemos aceitar que a democracia se limite ao direito de votar enquanto crescem a desigualdade, a violência policial e a falta de perspectivas para milhões de brasileiros. A radicalização democrática significa trazer o povo para dentro das decisões, instituir mecanismos de controle popular sobre o Estado e colocar os interesses coletivos acima dos privilégios das elites.

Por isso, ao mesmo tempo que valorizamos as conquistas da democracia burguesa e nos colocamos em sua defesa contra os retrocessos defendidos pela extrema direita, o PSOL precisa defender uma democracia real, radicalizada, que não se contente com a fachada institucional. Queremos conselhos populares deliberativos, orçamento participativo real, poder de decisão descentralizado e a democra-

tização profunda dos meios de comunicação. Sem enfrentar o monopólio da mídia e dos conglomerados digitais que manipulam informações em favor das elites, não haverá democracia efetiva. A luta por uma reforma política, que ataque a influência do poder econômico e fortaleça instrumentos de democracia direta, é parte inseparável do nosso programa.

### **Direitos humanos: a luta contra o genocídio e as opressões**

No Brasil, falar em direitos humanos significa, antes de tudo, denunciar o racismo estrutural que sustenta nossa sociedade desde a escravidão. As estatísticas mostram que a juventude negra é exterminada cotidianamente nas periferias, vítima de uma política de segurança que trata corpos negros como descartáveis. O encarceramento em massa, a violência policial e a impunidade dos agentes do Estado compõem um quadro de barbárie. Defender direitos humanos é, portanto, enfrentar de forma corajosa essa realidade. Não se trata de um discurso abstrato, mas de afirmar: vidas negras importam. É exigir a desmilitarização da polícia, o controle social das forças de segurança e a responsabilização de quem viola direitos. É lutar pelo fim da guerra às drogas, que serve como pretexto para o massacre da população pobre e periférica, e substituí-la por polí-

ticas de saúde pública, educação e oportunidades. É também defender uma mudança estrutural no modelo de polícia, com unificação, democratização e respeito aos direitos humanos dentro das corporações. Direitos humanos são também os direitos dos povos indígenas contra o avanço do agronegócio predatório e contra a destruição da Amazônia. São os direitos das mulheres à igualdade real, à autonomia sobre seus corpos e ao combate à violência de gênero que mata uma mulher a cada sete horas no Brasil. São os direitos da população LGBTQIA+ de viver plenamente sem medo, sem discriminação e com acesso a políticas públicas específicas. O PSOL, nestas últimas décadas, foi a voz que nunca se calou diante dessas lutas. Fomos o partido que luta pela descriminalização do aborto, que ergue a bandeira do casamento igualitário e dos direitos das pessoas trans, que denuncia o genocídio indígena, que defende as vítimas da violência estatal. Não há socialismo sem liberdade, e não há liberdade sem direitos humanos. Nossa tarefa histórica é seguir dando voz às majorias oprimidas, para que a bandeira dos direitos humanos seja um projeto concreto de emancipação.

### **Direitos sociais: o desafio da desigualdade**

O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta. A Constitui-

ção de 1988 inscreveu em seu texto uma série de direitos sociais – saúde, educação, previdência, moradia, trabalho digno etc. Mas a realidade é que, passadas mais de três décadas, esses direitos seguem negados à maioria da população. O SUS, patrimônio do povo brasileiro, é sabotado pela lógica privatista e pela falta de financiamento adequado. A educação pública sofre com cortes e precarização, enquanto se estimula o avanço do setor privado e da mercantilização do conhecimento. O direito à moradia é negado a milhões de famílias que vivem em favelas e ocupações, enquanto imóveis ficam vazios servindo à especulação imobiliária. Essa desigualdade não é fruto do acaso: ela é produzida e reproduzida por um sistema que concentra a riqueza. O PSOL afirma, sem meias-palavras: é preciso enfrentar os ricos e poderosos. Não haverá justiça social enquanto o sistema tributário for regressivo, penalizando os pobres e blindando grandes fortunas, lucros e dividendos. É necessário taxar os super-ricos, controlar os preços dos aluguéis, investir em políticas públicas universais e fortalecer o Estado como garantidor de direitos. Defender direitos sociais é também lutar contra a precarização do trabalho, fruto da reforma trabalhista e da lógica uberizada da economia digital. A juventude que entrega comida de bicicleta ou dirige aplicativos precisa de proteção



social, direitos trabalhistas e aposentadoria. O trabalho não pode ser reduzido a mercadoria descartável. A luta sindical deve ser resgatada como instrumento legítimo de organização da classe trabalhadora.

## **A democracia econômica: condição para a liberdade real**

Quando falamos em democracia e direitos, não podemos ignorar a questão central: a economia. Enquanto poucos controlarem os meios de produção, a riqueza, o crédito e a terra, a democracia será sempre limitada. Por isso, o PSOL defende que a economia seja organizada para satisfazer as necessidades humanas e não para garantir lucros bilionários a acionistas e fundos de investimento. Isso significa lutar pela reforma agrária popular, pela transição energética justa e pelo controle público de setores estratégicos como bancos, mineração e petróleo. A liberdade real só existe quando ninguém precisa se submeter à exploração para sobreviver; quando cada pessoa tem assegurado o direito de viver com dignidade. Isso não é utopia distante: é uma necessidade urgente diante da crise climática, da concentração obscena de riqueza e da devastação social provocada pelo neoliberalismo. A alternativa ecossocialista é mais do que um sonho; é uma necessidade para garantir a sobrevivência da humanidade e do planeta.

## **20 anos de legalização do PSOL: coerência e esperança**

Ao longo dessas duas décadas, o PSOL mostrou que é possível fazer política sem se vender às velhas práticas. Manter a independência em relação a governos de conciliação, ser oposição ao bolsonarismo e à extrema direita sem vacilações e seguir como referência de ética na política para milhares de lutadores e lutadoras sociais são os desafios dos próximos anos. Hoje, diante dos desafios do presente, reafirmamos que nossa luta é pela radicalização da democracia, pela defesa intransigente dos direitos humanos e pela efetivação dos direitos sociais. Não aceitamos que a esquerda se resigna à administração da miséria. Queremos transformar a sociedade de forma estrutural. O PSOL nasceu para dizer que outro Brasil é possível. Vinte anos depois, seguimos dizendo: um Brasil ecossocialista, democrático, justo e livre é necessário.

## **Socialismo e liberdade como horizonte**

A democracia não pode ser apenas formal, os direitos humanos não podem ser apenas retórica e os direitos sociais não podem ser letra morta. O PSOL afirma que a única forma de unir essas bandeiras é pelo socialismo com liberdade – um ecossocialismo que enfrente a exploração econômica, as opressões sociais e a

destruição ambiental, e que coloque a vida acima do lucro. Queremos um partido que não se curve, que apresente saídas radicais e que mantenha viva a chama da esperança, porque a democracia só será plena quando os direitos humanos e sociais forem

realidade para todas e todos. E isso exige coragem para enfrentar o sistema, esperança para sonhar com um mundo verdadeiramente novo e organização para ajudar a construir a luta e a mobilização que podem conquistá-lo. ■



# Urgência democrática por direitos humanos

SEMENTE  
Gil Puri e Ivan Moraes



**D**esde a ascensão a nível global de uma política conservadora e intimamente ligada ao neofascismo, o debate sobre a urgência de reafirmar os valores democráticos e de assegurar a plena vigência dos direitos humanos voltou com força redobrada. A eleição de lideranças autoritárias, com discursos misóginos e antidemocráticos, escancara um fenômeno estrutural: a fragilidade das instituições representativas diante de segmentos que privilegiam a imposição, a desinformação e a intolerância. Em âmbito internacional, essa conjuntura traduz-se em retrocessos concretos – no enfraquecimento de organismos multilaterais, no aumento da perseguição a minorias e no recrudescimento de políticas de violação de liberdades civis. No Brasil, esse panorama encontra ecos em um congresso fisiologista e em administrações municipais que, apesar de abrigarem lideranças pro-

gressistas, veem-se reféns de práticas conservadoras que minam a justiça social e colocam em xeque as garantias constitucionais de igual proteção a todas as pessoas.

Para compreender a profundidade desse desafio, é imprescindível recordar que a democracia não se restringe ao ato de votar. Ela se sustenta sobre um conjunto de direitos políticos, civis, econômicos e sociais que se reforçam mutuamente. Enquanto os direitos políticos asseguram a participação eleitoral e o livre exercício de candidaturas diversas, os direitos civis protegem a liberdade de expressão, a segurança pessoal e o devido processo legal. Já os direitos econômicos e sociais, como acesso à moradia, à saúde, à educação e ao trabalho com dignidade, garantem condições materiais para que a cidadania seja efetiva. A deterioração de qualquer uma dessas dimensões reflete-se no enfraquecimento de todo o edifício democrático.

No contexto brasileiro, a força das redes de solidariedade comunitária, assim como os movimentos sociais, revela-se como um dos principais instrumentos de resistência e de expansão do protagonismo popular. Grupos de base, associações de moradores, coletivos de juventude, organizações de mulheres nas periferias e zonas rurais e os movimentos sociais exercem há décadas uma educação política que resgata a experiência da democracia participativa. Esses atores conhecem de perto as necessidades locais e, ao mesmo tempo, formam lideranças capazes de articular demandas e influenciar políticas públicas. Contudo, carecem de recursos financeiros e de infraestrutura institucional para ampliar seu alcance. A atualização programática do PSOL, portanto, deve contemplar mecanismos de apoio direto a essas iniciativas por meio de parcerias que reforcem a autonomia dessas organizações, garantindo sua independência do Estado, para que continuem exercendo a atuação necessária na promoção e garantia de direitos às populações mais vulnerabilizadas, independentemente de governantes em exercício.

Outro aspecto central para a consolidação de uma democracia robusta diz respeito à comunicação democrática. As plataformas digitais, embora tenham potencializado a circulação de informações, tornaram-se terreno fértil para a propagação de ódio, de notícias falsas e de algoritmos

que seduzem o usuário por meio da polarização. Regular essas empresas de tecnologia, instituir mecanismos de transparência em relação aos critérios de amplificação de conteúdo e assegurar a defesa dos direitos dos usuários são medidas urgentes. Além disso, é fundamental reencontrar o diálogo presencial: audiências públicas, rádios e TVs comunitárias, jornais de bairro e espaços culturais de vizinhança exercem papel insubstituível na construção de narrativas coletivas que resistem aos discursos hegemônicos. A combinação de comunicação digital responsável com estratégias presenciais fortalece o tecido social e amplia a capacidade de mobilização em defesa de causas sociais.

A formação de alianças estratégicas, sem abrir mão de princípios transformadores, é outro pilar de qualquer projeto que pretenda reverter os retrocessos democráticos. Em vez de abdicar de propostas estruturais – como a reforma agrária, que garante soberania alimentar e combate desigualdades territoriais; o estabelecimento de uma renda básica universal, que assegure dignidade no trabalho; ou uma política de redistribuição de renda que obrigue grandes fortunas a efetivamente cumprirem seu papel social – é possível articular frentes amplas que congreguem organizações de trabalhadores, movimentos feministas, coletivos antirracistas, entidades ambientais e setores progressistas do campo religioso.

Essas alianças ampliam o espectro de apoio político e social e inviabilizam narrativas que reduzem a política à lógica do embate maniqueísta.

Diante do difícil contexto de polarização política estimulado pela extrema direita, o discurso aparentemente mediado de uma suposta disputa pelo centro, frequentemente defendido como meio de conquistar maior representatividade, reverbera no debate político nacional e merece reflexões sobre suas limitações. Isso porque o verdadeiro centro democrático é aquele que equilibra a liberdade coletiva com a justiça social, que submete a iniciativa privada à função social da propriedade, e a segurança pública ao respeito aos direitos humanos. Não se trata de diluir propostas, ou mesmo esconder pautas importantes para uma transformação profunda da sociedade – como as lutas feministas e de gênero, que estão hoje no centro do ataque aos direitos humanos e sociais feito pela extrema direita –, mas de promover a convergência em torno de objetivos mínimos que assegurem o bem-viver da classe trabalhadora, das comunidades tradicionais e dos povos originários. Diante da nossa jovem democracia, que ainda precisa avançar muito para sua efetividade, é necessária uma maior fiscalização que interrompa a cooptação e compra de votos por esquemas fisiológicos e o fortalecimento de instituições essenciais para a fiscalização e

responsabilização de agentes públicos, como os tribunais de contas e as corregedorias.

A renovação da democracia envolve, ainda, o resgate da mobilização de rua como espaço legítimo de expressão política. Os movimentos de massa, ao convergirem em protestos, assembleias e festas políticas, criam visibilidade para as pautas sociais e pressionam o legislativo e o executivo a incorporá-las na agenda pública. A experiência histórica demonstra que, sem a presença orgânica da população nas ruas, as conquistas ficam restritas aos limites da institucionalidade formal, sua polarização ideológica e seus interesses de classes. Por isso, o programa partidário deve considerar a construção de um partido voltado para a formação de militantes para as ações de mobilização em territórios diversos, respeitando as singularidades locais e garantindo segurança jurídica e logística para seus participantes.

No plano institucional, urge refletir sobre o sistema eleitoral e partidário que possuímos hoje. A adoção de mecanismos de democracia semi-direta, como referendos e plebiscitos vinculantes, fortalece o controle social sobre decisões estratégicas. Os plebiscitos populares, como o que estamos vivenciando em 2025, debatendo o fim da escala 6x1 e a taxaço das grandes fortunas, demonstram como é possível construir um amplo debate social sobre temas importan-

tes para a sociedade e pressionar os parlamentares brasileiros quanto a decisões que atingem toda a população e precisam ser tomadas não devido à posição ideológica do parlamentar, mas enquanto interesse coletivo. As pesquisas de opinião sobre o fim da escala 6x1 demonstram o distanciamento entre o interesse popular e as defesas legislativas feitas no parlamento por grande parte dos deputados e senadores; na Câmara de Deputados federal, 70% são contra o fim da escala 6x1, segundo pesquisa feita pela Quaest. Por isso, a necessidade de considerar que apesar das regulamentações que proíbem doações de empresas nas campanhas eleitorais, é inegável que as grandes doações privadas permitidas pelo nosso sistema eleitoral corroem a representatividade e orientam as políticas em favor de interesses concentrados de grandes empresários, interessados em melhores condições para a exploração da força de trabalho e da natureza segundo seus objetivos individuais de enriquecimento. Além do enfrentamento a essa lógica de financiamento, precisamos de mecanismos efetivos de controle da atuação parlamentar, e a representatividade do interesse coletivo.

A defesa intransigente dos direitos humanos exige a incorporação de pautas transversais ao programa partidário: a defesa das pautas feministas em sua totalidade, a legalização das drogas para fins de saúde pública,

a proteção de pessoas LGBTIA+ contra qualquer forma de discriminação, além da promoção efetiva da igualdade racial. O combate ao genocídio da população negra, o enfrentamento da violência policial e a revitalização de políticas de reparação histórica são imperativos para uma democracia plural e inclusiva. Ademais, o fortalecimento de políticas ambientais demonstra como a questão ecológica se converte em direito humano, garantindo a gerações presentes e futuras condições de sobrevivência plena. O racismo ambiental, que coloca principalmente pessoas negras em situação de risco relacionada às necessidades essenciais de sobrevivência em nossa sociedade, como moradia, saneamento básico, alimentação, dentre outros, somente será combatido com políticas públicas efetivas que enfrentem a emergência climática que vivemos.

Por fim, consolidar a democracia e proteger os direitos humanos requer coragem política e disposição para o confronto de ideias. A atualização programática do PSOL deve refletir uma visão de Estado que combine garantias constitucionais, participação social e políticas públicas capazes de erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e assegurar a dignidade de todas as pessoas. É preciso reconhecer a urgência de um projeto que transcenda ciclos eleitorais, estruturado em sólidas bases comunitárias; capaz de mobilizar a juventude, de dialogar com setores organizados da

sociedade civil e de enfrentar os oligopólios que monopolizam o poder econômico e midiático, além de ter o meio ambiente e sua defesa como central no debate político. Somente assim será possível reverter trajetó-

rias autoritárias vivenciadas em nosso país e construir um futuro em que a democracia seja sinônimo de justiça social, liberdade efetiva, respeito aos direitos humanos universais e à natureza. ■





# Defender a democracia disputando seu sentido com um projeto alternativo

**PRIMAVERA SOCIALISTA**  
Ivan Valente e Denise Simeão



O sentido comum da democracia é produto das tensões, da correlação de forças e das agendas sociais, políticas e econômicas em disputa na sociedade. Embora sob o paradigma hegemônico a democracia seja comumente associada às liberdades, à representação e à participação, em oposição a regimes autoritários, para nós, socialistas, isso nunca esteve dissociado de um projeto verdadeiramente fomentador de direitos humanos e sociais para as classes que vivem do trabalho.

A experiência democrática no Brasil, de caráter liberal, foi marcada pelo alijamento de amplas parcelas da população do acesso a direitos básicos e por interrupções com golpes e governos autoritários, aos quais a elite brasileira sempre recorreu para buscar frear processos de luta e avanço popular. Uma democracia de tipo elitista que opôs historicamente a parti-

cipação à representação política. Seu episódio mais emblemático foi a ditadura civil-militar imposta a partir de 1964, e o mais recente foi o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff num cenário econômico desfavorável e ante uma campanha de pânico moral orquestrada pela extrema direita em ascensão, que resultou na eleição de Bolsonaro, responsável por 700 mil mortes no período da pandemia. A derrota eleitoral desse governo foi um round vencido, mas a luta segue aberta frente a um movimento de extrema direita que continua ativo e organizado.

Na atual etapa do capitalismo, no entanto, não estamos presenciando apenas uma instabilidade nas democracias tradicionalmente consideradas frágeis. O enfraquecimento dos regimes democráticos e o fortalecimento da extrema direita configura-se como uma tendência global. Um imperativo decorrente da atual crise do neolibe-

ralismo, especialmente em sua ofensiva sobre o trabalho e os territórios.

Como expressões dessa tendência temos Donald Trump (EUA), Netanyahu (Israel), Marine Le Pen (França), Giorgia Meloni (Itália), Javier Milei (Argentina), Viktor Orbán (Hungria), Bukele (El Salvador). Cada um com suas particularidades, mas todos articulados por um dispositivo discursivo populista, anti-imigração, nacionalista, apoiado no fundamentalismo religioso, no conservadorismo racista, misógino e LGBTfóbico. Com um verniz antissistêmico, ao passo que defendem as políticas neoliberais que sustentam o sistema.

O neoliberalismo articulado a partir dos anos 1970 e 1980 foi vendido como uma grande promessa e comprado por amplas parcelas da população como saída para o ciclo de crise anterior do welfare state. Após anos de minimização do Estado, de privatização em detrimento dos serviços universais e gratuitos, do tratamento dos gastos públicos como problema fiscal e da flexibilização e redução de direitos trabalhistas, o resultado foi que, obviamente, a promessa não se cumpriu. Não se trata de uma crise qualquer. A “crise de crises” se expressa nas esferas econômica, social, ambiental, política, humanitária. E mesmo experiências com governos de cunho mais social apresentaram limites para subverter essa ordem.

Nesse contexto, o descontentamento popular estendeu-se também para

as instituições da democracia liberal, que teve sua legitimidade comprometida, uma vez que há um progressivo esvaziamento da confiança social nas instituições democráticas como garantidoras dos direitos fundamentais, favorecendo a emergência de alternativas de caráter autoritário.

Confluindo com esse processo, um novo ator começou a ascender na primeira década deste século: as Big Techs. A partir de 2004, o Google passou a dominar as buscas na Internet e a publicidade digital. O Facebook surgiu como uma plataforma que passou a influenciar o comportamento e as formas de comunicação em nível mundial. Foi o início de uma poderosa gestão de informações que fomenta uma economia de dados e afeta o padrão de acumulação capitalista, interfere no modo de vida e organização social e em regimes políticos, concentrada sobretudo nas “Big Five” (Apple, Amazon, Google, Meta, Microsoft).

A microsegmentação na construção dos perfis e fluxo de informações e a criação e favorecimento de bolhas não apenas reforçam a fragmentação do tecido social produzida pelo neoliberalismo como também moldam a nossa forma de sociabilidade. A ausência de regulação e a prática sistemática da desinformação formam o combo que submete os países ao poder das Big Techs em pautar o debate público e colocar em risco a democracia.

O ambiente de crise do neoliberalismo e tudo que decorre dele, aliado à ascensão das Big Techs, encontrou no Brasil um solo fértil adubado por muitos ingredientes, alguns dos quais destacamos a seguir.

Primeiramente, a redemocratização aberta na década de 1980 foi fruto de um grande ascenso da classe trabalhadora que resultou em importantes conquistas e produziu um partido de massas dos trabalhadores. No entanto, os 20 anos de ditadura e seus crimes, com centenas de mortos e desaparecidos, foram brindados com a impunidade por meio de uma anistia ampla, geral e irrestrita, que colocou um sinal de igual entre ditadores criminosos e lutadores que dedicaram suas vidas a defender a democracia.

Não houve mudanças expressivas em algumas das estruturas autoritárias do regime, permanecendo uma lógica repressiva e violenta, sobretudo nas polícias, e mantendo intactos segmentos com vocação golpista no interior das Forças Armadas.

A direita tradicional, que aderiu incondicionalmente às políticas neoliberais na década de 1990, foi afetada pela crise e o descontentamento com esse projeto, o que resultou em quatro derrotas eleitorais presidenciais consecutivas, com as vitórias de Lula e Dilma. Na incapacidade de apresentar uma alternativa e produzir lideranças de peso, embarcou na aventura bolsonarista.

Por outro lado, os governos Lula e Dilma, que indiscutivelmente avançaram em políticas sociais, apostaram que as conquistas materiais para o povo seriam o suficiente para a manutenção de um projeto alternativo. Não se apoiaram na organização e mobilização de setores sociais, não politizaram o debate em torno das conquistas, não bancaram reformas estruturais, não enfrentaram privilégios no Judiciário ou nas Forças Armadas, e não se prepararam para a guerra cultural que se colocava em curso.

Quando os efeitos da crise econômica mundial desencadeada em 2008 chegaram ao Brasil, abriu-se um conflito em torno do fundo público, tornando impossível a manutenção da política conciliatória que durante algum tempo permitiu que todos ganhassem de alguma forma.

Portanto, a ascensão da extrema direita no Brasil, embora no impacto e aparência possa parecer abrupta e tenha sido recebida com incredulidade, foi um processo que percorreu e alargou brechas para ir conquistando e solidificando terreno. Assim, sua derrota é uma luta que certamente não será de curto prazo.

Algumas características desse acontecimento sinalizam para isso. A extrema direita brasileira se alinha com a base de todo o aparato discursivo de outras experiências mundiais análogas, mas também tem alguns elementos próprios. Jair Bolsonaro é

a principal expressão pública de um movimento que hoje não depende exclusivamente dele para se manter. O movimento bolsonarista de caráter autoritário atua por dentro e por fora do regime democrático, disputando por dentro das instituições, apoiando-se nas mobilizações de massas. Ademais, não temos no país um partido que seja o representante da extrema direita. Atualmente, estima-se que tenham mais de uma centena de deputados no Congresso Nacional, articulados em pelo menos oito partidos.

Derrotar esse projeto é a tarefa primordial da esquerda e dos setores democráticos e progressistas. Isso nos colocou num lugar de resistência e de construção de um cordão de contenção contra esse movimento extremista. A defesa do funcionamento das instituições da democracia liberal cumpre o papel de barrar retrocessos e buscar brechas nas disputas entre as frações do capital. Mas precisamos ir além, pois sabemos de seus limites. É preciso disputar o sentido da democracia, articulando as tarefas mais imediatas com um projeto estratégico alternativo.

### **Apresentamos alguns pontos para essa disputa:**

- **Unidade entre os setores democráticos e progressistas.** A derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022 só foi possível com a construção de uma Frente Democrática. O PSOL corretamente foi parte dessa frente, sem

apresentar candidatura própria, mas sem que isso significasse deixar de afirmar um perfil e um conjunto de medidas que foram disputadas em seu interior. Essa política seguirá sendo necessária se quisermos impedir qualquer possibilidade de êxito da extrema direita nas eleições presidenciais de 2026.

- **Sem anistia para golpistas.** A tentativa inaceitável de golpe em 8 de janeiro de 2023 mostrou a existência de uma grande rede de articulação disposta a ir até as últimas consequências para impor um projeto autoritário no país. A responsabilização e punição dos articuladores desse processo, a começar por Jair Bolsonaro, é imperativa. A história já mostrou que a impunidade fortalece novas ameaças autoritárias. O resultado da disputa em torno da anistia terá grande influência sobre o próximo período da política brasileira.

- **Soberania digital.** Instituir um processo regulatório que atribua regras com transparência na moderação, nos algoritmos e na publicidade digital. Algoritmos precisam ser transparentes para evitar manipulação de debates públicos. Também é necessária a responsabilização civil das Big Techs pelos conteúdos disseminados nas plataformas.

- **Justiça distributiva.** Um passo fundamental para enfrentar as de-

sigualdades históricas que marcam o Brasil. Em um país com alta concentração de renda, a taxação das grandes fortunas não é apenas uma medida econômica, mas representa uma possibilidade de redistribuir recursos e garantir o amplo acesso a bens e direitos.

- **Disputa de agenda.** Há um desafio posto que é o de encontrar as brechas que nos coloquem numa condição ofensiva de pautar o debate público. Para isso é preciso que estejamos conectados com as formas de expressão e organização de movimentos e segmentos sociais, dialogando com suas pautas concretas e valorizando os seus pontos de contato com o projeto de sociedade que estamos disputando.

- **Representatividade.** Não haverá democracia plena se ela não expressar a cara do nosso povo. A opressão e exploração das mulheres, de negros e negras, população LGBTQIA+, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência produziu uma sociedade profundamente desigual. Portanto, produzir políticas para a equidade, de reparação histórica e de enfrentamento às violências é fundamental. Assim como avançar para mudar a cara dos espaços de poder, com uma reforma política que mude estruturalmente o sistema eleitoral, introduzindo o voto em lista com paridade de gênero.

- **Democracia real com participação popular.** Estimular a participação cidadã, em que o princípio não seja apenas governar “para”, mas “com” as organizações, movimentos e manifestações sociais, estimulando o diálogo nos territórios, referendos, plebiscitos e ousando em novas formas de articulação, sem perder de vista também a arena do debate público digital. Em outras palavras, ao contrário do que afirmam os cânones da democracia liberal, a representação política não deve estar em oposição à participação. Quanto mais plural e acessível, mais perto de uma democracia estaremos.

O PSOL pode e deve cumprir, como já vem cumprindo, um importante papel na luta democrática, enfrentando as manifestações extremistas de direita, mas fundamentalmente agregando elementos que fortaleçam o valor da democracia na vida do povo trabalhador.

Vivemos tempos difíceis, mas é preciso confiar no acúmulo das lutas que produzimos historicamente e na potência das lutas em curso, com ousadia e abertura para debater os processos do nosso tempo. ■

**Ivan Valente**

é deputado federal pelo PSOL/SP.

**Denise Simeão**

é jornalista e membro da Executiva Nacional do PSOL – Secretaria de Formação Política.



# Radicalizar a democracia em defesa da vida e da natureza

APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência  
Reconstrução-Democrática, ISR  
e Rebelião Ecosocialista



**E**stamos atravessando um período de ampliação das desigualdades e avanço da extrema direita no mundo, o que traz consequências perversas: ecocídio, genocídio, guerras por toda a parte e ataque a direitos conquistados – inclusive contra a limitada democracia representativa. Tudo isso com um planeta em colapso e cujo mundo do trabalho, em plena reconfiguração, sofre os impactos das novas dinâmicas superexploradoras e que reforçam marcadores de opressão, já que as parcelas da população mais vulnerabilizadas e exploradas são pessoas negras, mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais, periféricas, PCDs.

No âmbito dos direitos humanos – e em todo seu arcabouço legal internacional e nacional – é necessário diferenciar o que são conquistas sociais

e políticas dos setores explorados e oprimidos a partir das suas lutas históricas e o que são mecanismos de perpetuação da hegemonia burguesa. O foco das forças democrático-radicalistas, populares e socialistas deve ser a garantia e extensão dos interesses dos setores populares e a superação da hegemonia burguesa, criando as bases para uma nova dimensão dos direitos humanos que garanta igualdade substancial e não somente formal, como é o direito das sociedades burguesas.

Nesse sentido, é impossível pensar em garantia de direitos humanos tão somente gerenciando o mundo em colapso. Por isso é central a luta anticapitalista, pois é ela que pode afirmar efetivamente os direitos humanos, numa perspectiva dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA).



Ainda que devamos lutar pelo respeito aos aspectos populares dos direitos humanos presentes nos limitados mecanismos multilaterais – instituições hoje esvaziadas e desautorizadas por Trump e a extrema direita – e pelo fortalecimento de políticas públicas nos territórios, são as experiências da sociedade civil de fortalecimento de instâncias e processos mais democráticos que têm se mostrado mais eficazes na busca da garantia de direitos, de justiça socioambiental, de mais democracia, da superação do racismo, do sexismo e de outras discriminações e desigualdades que impactam estruturalmente a realidade brasileira e mundial.

A luta pelos direitos humanos numa perspectiva popular e radicalmente democrática deve ser internacionalista, pois as pressões internacionais sob os Estados nacionais, como o brasileiro, podem fazer com que se cumpram ao menos as normativas de direitos humanos que protegem setores explorados e oprimidos historicamente, atacadas mais fortemente com o avanço da extrema direita.

Vivemos em um período em que uma contradição está posta: a luta em defesa de uma democracia radical, de plenos direitos (com e para trabalhadores/as), precisa estar aliada à luta por aquilo que é conquista popular dentro da democracia liberal/burguesa. O crescimento da extrema direita coloca para a esquerda a necessidade de defender as instituições democráticas, mesmo reconhecendo seus limites por compreendermos que

as lutas sociais têm mais espaço para se desenvolver nos seus marcos do que em regimes abertamente autoritários.

No Brasil, tanto o golpe contra Dilma (2016) quanto a eleição de Bolsonaro (2018) e as recentes tentativas de golpe (2022, o 8 de janeiro de 2023 e agora com Trump, a pauta da anistia etc.) fizeram com que a luta por democracia estivesse no topo da pauta pública da esquerda na última década, o que aponta a condição defensiva da nossa atuação.

É necessário encontrar os caminhos para combater o neofascismo, mas não nutrir ilusões de que seja possível, no sistema capitalista-racista-patriarcal, um mundo pleno de direitos para todas/os/es. Desnudar o rei que já está nu – o capitalismo – e criar ferramentas para a apresentação de uma alternativa estratégica antissistêmica ecossocialista para o Século XXI é parte da nossa tarefa.

Ora, se o que coloca em xeque a democracia é a reiterada produção sistêmica de desigualdades, é preciso, em primeiro lugar, demonstrar que a desigualdade ocupa lugar central no capitalismo e apresentar políticas para superá-la.

Num ambiente de fragmentação e desestruturação do tecido social, para recuperar uma noção de coletividade e representatividade é fundamental apostar nas perspectivas trazidas por novas epistemologias, em especial aquelas que se associam à perspectiva emancipatória e igualitária do socialismo, como as do feminismo negro, do movimento negro brasileiro, dos estudos decoloniais, da luta indígena.

A centralidade da luta pela democracia radical exige que coloquemos também a primeira infância no centro de um projeto emancipatório. É na infância, especialmente nos primeiros anos de vida, que as desigualdades estruturais – raciais, de classe, de gênero e territoriais – se reproduzem com mais força: crianças indígenas, negras, ciganas, com deficiência, LGBTQIAPN+ e periféricas seguem sendo as mais atingidas pela fome, pela violência e pela negação do direito ao brincar, à educação e à saúde. Defender políticas públicas para a primeira infância, a partir de uma perspectiva anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e ecossocialista, é apostar em uma transformação de longo prazo, que rompa com o ciclo de reprodução das violências e projete um futuro em que o cuidado coletivo e a proteção integral sejam pilares de uma nova sociabilidade.

Essa perspectiva emancipatória precisa se estender de forma integral às adolescências e juventudes, sobretudo aquelas marcadas por múltiplas vulnerabilidades e opressões: jovens negros, indígenas, quilombolas, ciganos, com deficiência, LGBTQIAPN+ e periféricos. Para esses grupos, a reprodução das desigualdades sistêmicas se materializa na negação de direitos fundamentais e na restrição de oportunidades.

O PSOL, em sua atuação partidária e parlamentar, enfrenta o populismo penal e o genocídio da população negra. Os acúmulos do PSOL para uma

política de segurança que fortalece os direitos humanos, especialmente a proteção dos setores explorados e oprimidos, é parte central da nossa estratégia de emancipação das periferias, em sua grande maioria compostas de negros e negras historicamente excluídos das garantias mínimas de direitos da sociedade brasileira. Sua emancipação está diretamente associada à superação das desigualdades sociais, do racismo e do machismo que marca nosso país.

Outra trincheira importante em que nosso partido está inserido é a batalha pela soberania digital e a regulação das Big Techs, que se tornaram instrumento de mediação de relações pautadas pelas necessidades de lucro dessas companhias. Embora regulamentar sua atuação no território nacional seja fundamental atualmente, isso não é suficiente para garantir nossa soberania digital. O Brasil precisa investir em novas tecnologias, baseadas nos interesses da maioria da população e não no lucro, que nos tornem independentes nesse campo. Uma reorientação dos objetivos e controle da nova fronteira tecnológica é estratégia central para a sobrevivência da humanidade na Terra. É urgente que toda a capacidade de criação seja orientada para reorganizar a produção de forma que respeite os ciclos da natureza e amplie a participação das maiorias sociais nas decisões econômicas que impactarão o conjunto da humanidade. ■







**6**

**Caderno  
de debates**

# CONTRIBUIÇÕES SETORIAIS



FUNDAÇÃO  
**LAURO CAMPOS e  
MARIELLE FRANCO**  
PSOL



# MULHERES

## Contribuições para a atualização programática do PSOL

Setorial Nacional de Mulheres do PSOL



**S**e hoje nos afirmamos feministas, se deve ao marco da luta internacionalista e socialista das mulheres, um processo de revolução, de transformação social profunda. Não à toa o dia 8 de março, que é o Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, foi proposto em 1910 por Clara Zetkin durante um evento que reunia milhares de mulheres socialistas na Dinamarca, e está conectado com uma série de eventos históricos relacionado à luta das mulheres enquanto classe trabalhadora na Rússia, nos Estados Unidos e em países europeus do século XX. E, estando em um país como o Brasil, onde o sistema escravocrata perdurou por mais

de três séculos, é inegável constatar na nossa origem a luta das mulheres indígenas contra os colonizadores e das negras escravizadas contra o sistema que as explorava enquanto mulheres e enquanto povo.

Com ações anti-imperialistas e antissistêmicas, as feministas colocaram a luta contra a exploração do trabalho, por direitos e pela construção de uma nova sociabilidade no centro da construção de uma sociedade socialista. Usando a greve como ferramenta para exigir o fim da guerra, o fim da desigualdade nas condições de trabalho e a igualdade salarial, para denunciar a escassez de alimento e a falta de acesso à terra, para reivindicar a redução da jornada de trabalho e o fim do tra-

balho infantil, a consigna “Paz, pão e terra” foi a chama necessária para a inauguração da Revolução Russa.

Com mais de 20 anos de existência socialista e feminista, o PSOL teve a sua origem protagonizada pelas mulheres, que em seu programa fundacional inseriram reivindicações concretas, como igualdade salarial, creches públicas, casas-abrigo, manutenção das empresas estatais e a legalização do aborto. A auto-organização das mulheres na Setorial de Mulheres, a compreensão e a necessidade de enfrentar o machismo, a estrutura patriarcal, desde dentro, está ilustrada no marco importante da atuação da Setorial na aprovação da paridade entre os gêneros em todas as instâncias de direção partidárias em 2013, no IV Congresso Nacional do PSOL. Hoje podemos afirmar com toda a certeza que o acúmulo das mulheres em diversos movimentos feministas, sindicais e outras organizações políticas foram e são importantes para a trajetória da luta e conquistas feministas no PSOL.

Quando nos reivindicamos feministas socialistas, anticapitalistas, anti-imperialistas, antirracistas, anti-patriarcais, anticolonialistas, trasinclusivas, anticapacitistas e antiproibicionistas, partimos também de um contexto territorial brasileiro e latino-americano, no qual não podemos negar que o nosso feminismo é existência prática, concreta, palpável a partir do que as mulheres negras, indígenas e periféricas constroem de resistência

territorial desde a invasão dos colonizadores. Se hoje conseguimos carregar conosco os horizontes de uma revolução ecossocialista e feminista, isso se deve com certeza às práticas revolucionárias que já acontecem de forma coletiva e autogestionada pelas mulheres em seus territórios.

Ao plantar mandioca, milho, abóbora juntas, as mulheres provam desde as aldeias e das origens dos quilombos e roçados que a solução é a diversidade, distribuição justa da riqueza, a reforma agrária, e não o trabalho escravo, o latifúndio, a monocultura, nem os transgênicos e agrotóxicos. Defendemos um feminismo que é popular, comunitário e que coloca a vida e o respeito aos saberes ancestrais no centro da economia. Ao expulsar multinacionais, grandes empresas e megaprojetos estatais de seus territórios, as mulheres evidenciam a luta contra o neoliberalismo e suas privatizações em uma prática feminista que entende: defender o território e os bens comuns da natureza é defender o nosso futuro. Por isso, podemos afirmar que nosso futuro é ancestral. Tal ancestralidade ainda é percebida nos grandes conglomerados urbanos, nas favelas e ocupações (erguidas em sua maioria por pessoas negras), principalmente nos espaços coletivos, como as hortas comunitárias, as cozinhas solidárias (que se multiplicaram na época da pandemia e que ainda se mantêm) ou ainda outros espaços eminentemente formados por mulheres e voltados

para toda a comunidade.

Vivemos um momento de intensificação do colapso ambiental, com a destruição acelerada dos ecossistemas, eventos climáticos extremos, escassez de água, insegurança alimentar e degradação da biodiversidade. Essa crise civilizatória não atinge a todas da mesma forma: é atravessada por classe, raça e território. O racismo ambiental se expressa na localização de lixões, indústrias poluentes, barragens e grandes empreendimentos em áreas habitadas por comunidades negras, indígenas e periféricas, expondo essas populações a riscos e doenças. Mulheres desses territórios são as primeiras a sentir os impactos da degradação ambiental e as primeiras a responder com formas de resistência baseadas na coletividade, no cuidado com a terra e na defesa da vida. Denunciar e enfrentar o racismo ambiental e a crise climática é uma tarefa central de um feminismo ecossocialista e popular que compreende que não há justiça social sem justiça ambiental.

As mulheres do Partido Socialismo e Liberdade propõem um feminismo popular, ecossocialista, indígena, negro, interseccional, comunitário e transfeminista, ancorado na compreensão de que não há uma única experiência de ser mulher. As vivências femininas são múltiplas e atravessadas por determinantes como classe, raça, território e identidade de gênero. Tal perspectiva reconhece a necessi-

dade de fortalecer a pluralidade das lutas feministas e de ampliar alianças para o enfrentamento coletivo das estruturas patriarcais, racistas, lesbofóbicas, transfóbicas e capitalistas que perpetuam a opressão das mulheres em suas diversas formas de existência.

A crítica feminista ao capitalismo revela que a manutenção das desigualdades é um elemento estrutural da lógica de acumulação de capital. O sistema econômico capitalista exige a exploração de uma maioria, que é composta por mulheres, negros e negras e trabalhadoras/es precarizadas/os, para sustentar os privilégios de uma minoria. A partir de uma perspectiva interseccional e unitária, diversas pensadoras feministas e movimentos sociais apontam que a invisibilização e a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado constituem formas concretas de violência econômica e política. Esses trabalhos, embora essenciais à reprodução da vida e da força de trabalho, não são reconhecidos nos indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), e tampouco são remunerados de forma justa.

A divisão sexual-racial do trabalho opera como um dos alicerces das desigualdades de gênero, sustentando a exploração das mulheres, especialmente no âmbito doméstico e dos cuidados. A superação dessa lógica exige transformações estruturais nas relações sociais e econômicas, com desta-



que para a coletivização do cuidado, o reconhecimento do trabalho não remunerado e a desconstrução dos papéis de gênero impostos. Entre as pautas prioritárias nessa luta estão a valorização da economia do cuidado, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, a revogação da Lei de Alienação Parental e o enfrentamento à violência política de gênero e raça. Para as mulheres trabalhadoras, derrotar escala 6x1 é uma necessidade básica para poder descansar, estar com os seus e se organizar na luta.

O reconhecimento do cuidado como fundamento da vida e elemento organizador da sociedade capitalista demanda sua afirmação como direito social e dever do Estado. Nessa direção, é fundamental a construção de uma política nacional de cuidado que promova a partilha equitativa de responsabilidades entre Estado, famílias e comunidades. A ampliação de uma rede pública de cuidados, incluindo creches e escolas em tempo integral, centros-dia para idosos, lavanderias, mercados e farmácias populares, hortas e cozinhas comunitárias, é estratégica para romper com a lógica da individualização e do predomínio das mulheres no trabalho do cuidado, ampliando a justiça de gênero. É importante reafirmar a defesa das políticas sociais de conjunto, que em um país com altos índices de desemprego e trabalho informal são determinantes

para a reprodução da vida da classe trabalhadora. Portanto, a defesa dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 – com a reconstrução e ampliação do investimento nos sistemas de Educação e Saúde como políticas universais, em regimes justos de Previdência Social e no fortalecimento das políticas de Assistência Social como um direito fundamental da população mais pobre do nosso país – é pilar fundamental do nosso programa. Além disso, é imprescindível a formulação de incentivos e mecanismos que reconheçam o valor econômico e social do trabalho reprodutivo, seja ele remunerado ou não.

A construção de uma política nacional de cuidados, assim como a ampliação da rede pública de serviços essenciais, exige o enfrentamento direto ao modelo de austeridade fiscal imposto ao país nas últimas décadas. Políticas como o teto de gastos e o novo arcabouço fiscal aprofundam a retirada de recursos das áreas sociais e impedem investimentos públicos estruturantes. É preciso defender a revogação das contrarreformas da Previdência, trabalhista, entre outras, e da abertura para o capital privado no gerenciamento da saúde e educação públicas. A luta feminista, portanto, deve se opor frontalmente à lógica da austeridade e da mercantilização das políticas sociais, que impõe às mulheres, especialmente às negras e periféricas, o peso do ajuste, da precarização e do cuidado sem suporte estatal.

No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o movimento feminista afirma a autonomia dos corpos como condição essencial para a liberdade. O direito de decidir se, quando e com quem ter filhos, bem como o acesso a métodos contraceptivos, educação sexual integral nas escolas e em campanhas públicas de conscientização, a humanização do atendimento pré-natal e do parto para pôr fim à violência obstétrica e à mortalidade materna, além da garantia do aborto legal e seguro garantido pelo SUS, compõem a agenda por justiça reprodutiva. A negação desses direitos atinge de forma mais intensa mulheres negras, indígenas, periféricas e pobres, para as quais as barreiras ao acesso são ainda mais significativas. Portanto, as políticas públicas devem garantir o acesso universal a esses direitos, combater a violência obstétrica e promover uma educação sexual baseada em igualdade de gênero, raça, sexualidade e defesa dos direitos humanos.

Outro ponto de destaque é a luta histórica das mulheres pela redução da jornada de trabalho, que também integra a agenda feminista, uma vez que a sobrecarga da dupla jornada afeta desproporcionalmente as mulheres. Afinal, qual a mulher que consegue bem-viver trabalhando seis dias e folgando apenas um? Em que condições essa mulher chega nessa folga? O que resta para além do trabalho em apenas um dia da semana? A defesa de uma jornada reduzida, sem

redução salarial, visa promover uma redistribuição do tempo e do trabalho que favoreça o cuidado e o lazer, contribuindo para uma vida digna e igualitária.

No campo legislativo, destaca-se a luta pela revogação da Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010), cuja aplicação tem sido amplamente denunciada por movimentos feministas e de defesa dos direitos da infância. A lei tem sido usada como instrumento para deslegitimar denúncias de violência doméstica e abuso sexual, frequentemente criminalizando mães que atuam na proteção de seus filhos. A proposta de sua revogação visa interromper esse ciclo de perseguição judicial e violação de direitos, promovendo políticas públicas que garantam escuta qualificada, proteção integral às crianças e justiça de gênero.

Por fim, a violência política de gênero e raça configura uma das expressões mais graves da tentativa de impedir ou isolar a presença e a atuação de mulheres, especialmente negras, indígenas, trans e periféricas, nos espaços de decisão e poder. Essa violência se expressa por meio de ameaças, assédios, ataques virtuais, deslegitimação e, em casos extremos, feminicídio político, como o de Marielle Franco. Assim, defende-se a criação de protocolos de proteção e acolhimento às vítimas, com foco em mulheres negras, indígenas, LBTs e quilombolas; monitoramento e punição de agressões nas redes sociais e durante

campanhas eleitorais; garantia de recursos e estrutura para candidaturas de mulheres negras e periféricas que historicamente foram negligenciadas pelo sistema; e formação política com perspectiva interseccional e feminista nos partidos, sindicatos e instituições públicas.

Além da violência política, o feminicídio e o transfeminicídio seguem sendo expressões extremas da violência patriarcal e cisnormativa. O assassinato de mulheres cis e trans por razões de gênero revela a brutalidade de um sistema que nega nossa humanidade. Mulheres negras, indígenas, periféricas e pessoas trans são as principais vítimas dessa violência letal, que encontra cumplicidade na omissão do Estado. O descaso com denúncias, a impunidade dos agressores, a falta de políticas públicas e a revitimização institucional perpetuam o ciclo de morte e silenciamento. É urgente enfrentar as causas estruturais do feminicídio e do transfeminicídio com uma rede de acolhimento e proteção, políticas de prevenção e combate à violência de gênero, educação para a igualdade e justiça com perspectiva interseccional.

Quando se trata de violência na vida das mulheres, o grande capital acumula riqueza quando monopoliza de forma privada os territórios e os bens comuns da natureza, impondo controle sobre os corpos através da militarização e da criminalização. Em um programa de transição feminista

e ecossocialista é fundamental que a desmilitarização se efetive juntamente com a construção de uma cultura de paz, na qual a desobediência civil seja uma ferramenta que garanta o protagonismo das mulheres na gestão de conflitos (especialmente as mais velhas, cujos saberes acumulados são um subsídio valioso para as novas práticas). Desmilitarizar de forma efetiva significa retirar unidades militares dos territórios; garantir memória, verdade e justiça aos mortos pelas ocupações militares; diminuir incentivos em fabricação e comércio de armas; reduzir despesas militares; combater as milícias nas periferias urbanas, campos e florestas; salvaguardar a demarcação das terras indígenas e quilombolas; e assegurar que os movimentos sociais não sejam injustamente punidos como terroristas ao defender os direitos sociais e da natureza.

A construção de uma sociedade socialista e justa requer o enfrentamento articulado das múltiplas opressões que incidem sobre as mulheres. A partir de uma perspectiva feminista interseccional, popular e anticapitalista, torna-se possível evidenciar que as desigualdades de gênero, raça, sexualidade e classe estão profundamente imbricadas às estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais vigentes. A centralidade da economia do cuidado, a garantia dos direitos reprodutivos, a valorização do trabalho das mulheres, a proteção contra a violência

política e de todo tipo, e a revogação de dispositivos legais que perpetuam injustiças, como a Lei de Alienação Parental, são pilares fundamentais para a transformação social. Ao colocar a vida, o cuidado e a justiça no centro do

debate político, o feminismo reafirma seu papel estratégico na construção de um novo horizonte civilizatório, onde a dignidade, a igualdade e a liberdade sejam direitos concretos para todas as pessoas. ■



# NEGRAS E NEGROS

## Contribuição ao programa PSOL+20

Setorial de Negritude do PSOL



**U**m programa político do PSOL, socialista, democrático, popular e radical, deve ter como base o fato de que o racismo, o patriarcado e o colonialismo foram os pilares da formação econômico-social do capitalismo brasileiro. Não é possível pensar um programa transformador sem considerar que o capitalismo, desde sua origem, foi viabilizado pela escravidão, expropriação de terras e devastação ambiental, processos que recaíram historicamente sobre corpos e territórios negros, que foram racializados como parte de um sistema de produção social e econômica baseado na exploração do trabalho e no controle privado dos meios de produção.

### **Um Programa Socialista Negro, Popular e Radical**

*“O marxismo é negro porque a realidade é negra”*

O materialismo histórico e dialético é um método legado por Karl Marx, e não um dogma. Ele deve partir da realidade concreta, das formas concretas como, em cada lugar do planeta, ele se viabilizou e foi sustentado a partir de processo de expropriação dos recursos naturais e exploração do trabalho de sociedades e populações inteiras. No caso do Brasil, país que recebeu 40% de toda a Diáspora Africana, ou seja, do total de pessoas africanas escravizadas no mundo ao

longo dos séculos XVI a XIX, o capitalismo brasileiro surgiu a partir da escravidão e da expropriação de povos e territórios. Dessa maneira, como apontou Marx, o colonialismo e o racismo são processos que estão na base de uma acumulação primitiva que garantiu às burguesias europeias, a partir do trabalho escravizado nas colônias, durante séculos, as matérias primas necessárias à revolução de seus processos produtivos. Não é possível, portanto, entre nós, fazer tábula rasa de séculos de acumulação primitiva, que significaram a destruição e drenagem de recursos naturais voltados ao mercado externo e uma das maiores tragédias da humanidade, que foi o tráfico transatlântico de escravizados africanos. Considerar a história do capitalismo apenas a partir do pós-abolição – da consolidação do trabalho livre – ou, o que é pior, da política de Estado de imigração europeia massiva perpetrada no período como forma de branquear a população brasileira, é perpetuar o racismo epistêmico que não apenas nos invisibiliza, mas tem um visão limitada do que foram os processos concretos de luta e resistência de africanos e seus descendentes e indígenas.

As lutas dos quilombos, a participação negra e de não brancos nos movimentos por igualdade como a Revolta de Búzios (1798), a Revolta de Carrancas (1833), a Cabanagem (1835) e a Revolta dos Malês (1835), o movimento abolicionista e nos primeiros

sindicatos e greves sinalizam que há uma história de luta e resistência negra que ainda é, infelizmente, pouco apreciada do ponto de vista de suas estratégias, sentidos e significados. Suas propostas e objetivos ainda se fazem vivos nas lutas do tempo presente: na luta por moradia, nas lutas sindicais e por direitos, nas lutas dos movimentos ambientalistas, das mulheres, povos indígenas, quilombolas e do próprio movimento negro. Esses movimentos se opõem ao racismo, ao patriarcado, à expropriação de seus territórios, ao latifúndio e ao agronegócio, à violência policial; e lutam por direitos que se contraponham aos efeitos da superexploração do trabalho em todos os quadrantes de nosso imenso território.

Logo, a elaboração do programa do PSOL deve se dar a partir do reconhecimento dos sujeitos negros como protagonistas, compreendendo que a consciência de classe é construída de forma racializada, nos espaços de sociabilidade, e não apenas no local de trabalho.

O programa precisa refletir a experiência da população negra e priorizar formas de organização comunitária e territorial, para além dos modelos tradicionais de democracia burguesa. Nosso partido e mandatos devem apostar em formas de democracia direta, de participação popular, que fortaleçam um sentido de protagonismo popular, que faça o contrapeso necessário à usurpação das institui-

ções pela burguesia, o imperialismo e o capital. Dessa forma, é preciso beber na fonte da tradição radical negra brasileira, que não fez oposição entre a questão racial e a questão nacional, mas as entende de forma complementar. É apenas com a formação de um de um novo bloco histórico e uma prática pan-africanista que não se limite ao discurso, mas que apresente alternativas concretas para o conjunto da classe trabalhadores, que iremos efetivamente consolidar uma vanguarda negra socialista, democrática e popular com capacidade de disputar sentidos e práticas disruptivas no seio da classe trabalhadora.

Para isso, no entanto, é necessário que o PSOL se aprofunde no que entende por políticas estruturais e reparatórias, que incluam renda básica, justiça tributária, fundo de reparação, reforma agrária e urbana, justiça climática e sanitária, combate à violência obstétrica, ao genocídio da juventude negra e à violência policial, como vetores articulados de um programa socialista. Além disso, é preciso alargar a imaginação política para além da Europa e dos Estados Unidos, e ver como na América Latina e em África operam formas contra a ordem, de caráter transformador, para que tenhamos de fato uma perspectiva internacionalista com articulação com lutas dos povos africanos no mundo, retomando a tradição socialista e comunista que tem no pan-africanismo uma importante referência.

Como parte dessa práxis negra – que é secular –, nós, negros e negras do PSOL, somos não a parte do partido, mas sua base e sustentação política e ideológica desde a produção de um programa socialista, democrático, popular e radical para o Brasil do século XXI. O PSOL não pode continuar a repetir os erros históricos da esquerda brasileira, que legou à sua militância negra o papel subalterno de “militantes de base” e “apoiadores” – reproduzindo a divisão racial do trabalho –, em que nós somos o polo que trabalha e constrói as ações e os brancos, os que pensam e formulam em nosso nome. Estamos aqui para dizer que somos negros e negras pensando, formulando e construindo desde a nossa práxis um programa político para um partido de esquerda que deve se colocar como herdeiro das mais avançadas lutas de resistência negra no Brasil, na Diáspora e em África. Já ocupamos espaços de direção, somos parlamentares e figuras públicas e, ao mesmo tempo, fazemos trabalho de base, nos movimentos, construindo uma alternativa democrática, popular e socialista do Brasil.

Dito isso, mesmo organizados como um Setorial do PSOL, não pensamos a questão negra como algo setorizado, mas como elemento estruturante de um programa socialista. Há um aumento da consciência negra em nossa sociedade a partir de diversas variáveis, entre elas, as políticas de ação afirmativa, que estão



em disputa com um setor liberal da burguesia brasileira e internacional, mas podem ser a base para o aprofundamento da crise de hegemonia do capital em nosso país. Esse fato tem potencialmente a condição de configurar um cenário propício para que a luta racial se torne eixo de um projeto popular e soberano.

## **Presença nos territórios e construção com o povo**

Pensar o futuro do PSOL exige olhar para além dos centros urbanos hegemônicos, valorizando territórios vulneráveis e as periferias urbanas. A construção partidária precisa ser enraizada nos territórios e voltada às pessoas comuns, em especial mulheres negras e faveladas. É fundamental reconhecer o protagonismo das mulheres negras, quilombolas, trabalhadoras e trans, denunciando que, em muitos espaços, essas vozes ainda são silenciadas. A formulação programática precisa garantir espaço para essas lideranças e fortalecer a construção de elos coletivos de resistência.

O programa do PSOL precisa ser um instrumento de disputa de poder e de orientação para políticas públicas voltadas à população negra, que constitui a maioria nos territórios periféricos urbanos. Sem ignorar a importância da resistência cultural negra, expressa em tradições como o Candomblé, que devem ser valorizadas como elemento de identidade

e coesão política. O futuro do PSOL e seu programa político devem ser construídos a partir da centralidade da população negra e periférica, articulando uma luta que seja ao mesmo tempo antirracista, anticapitalista e antipatriarcal. Logo, devemos:

- 1.** Colocar a questão racial como eixo central do programa partidário, não como um tema setorial;
- 2.** Fortalecer o trabalho de base e a presença nos territórios, em especial, nas periferias, favelas e comunidades tradicionais.

## **Políticas estruturais e reparatórias**

A formulação programática do PSOL deve enfrentar o tripé racismo, patriarcado e capitalismo como elementos estruturantes. A luta antirracista não pode ser restrita a datas simbólicas ou ciclos eleitorais, e o parlamento deve ser visto como uma ferramenta de luta, não como fim em si mesmo.

### **Entre os eixos programáticos centrais, elencamos:**

- Ecosocialismo, como combate ao racismo ambiental, garantia de moradia digna, reforma agrária e titulação de terras quilombolas e indígenas;
- Revogação de medidas neoliberais, como a reforma trabalhista e previdenciária, e a derrubada do arcabouço fiscal, considerado uma política racista;

- Fundo de reparação histórica, financiado por recursos públicos, como forma de enfrentar desigualdades estruturais;
- Garantia de renda básica, justiça tributária e serviços públicos universais, incluindo saúde, educação e saneamento;
- Políticas sanitárias e de saúde pública que garantam a vida das mulheres. Combate à violência obstétrica e legalização do aborto;
- Combate ao genocídio, encarceramento em massa da juventude negra, ao avanço das comunidades terapêuticas e à violência policial e política de gênero e raça;
- Desmilitarização da polícia e legalização das drogas;
- Apoio ao julgamento da ADPF 635 – ADPF das Favelas;
- Fortalecimento do movimento negro em uma perspectiva de ação unitária;
- Construção da Marcha de Mulheres Negras;
- Fortalecimento das candidaturas negras e feministas, com estratégias de proteção para mulheres negras no processo eleitoral.

A questão racial em nosso país é estratégica. Faz parte de todo o contexto da vida social brasileira que possui maioria negra, fruto dos 356 anos de escravidão. A abolição, em 1888, não resolveu os problemas centrais. A questão da terra é um problema a ser resolvido. As comunidades quilombo-

las têm seu enfrentamento ao agronegócio e à mecanização da agricultura, que expulsam negros e negras de suas áreas. A forte produção agrícola e os altos índices de pessoas com subnutrição revelam a contradição capitalista no uso da terra. Na educação, temos um misto de sucateamento da infraestrutura pública periférica com a ausência de políticas antirracistas no currículo. Implementar de fato a Lei nº 10.639 de 2003 é fundamental para o avanço da consciência racial. Para isso, é preciso muito mais do que investimentos pequenos, como temos no Ministério da Igualdade Racial.

A superexploração da força de trabalho é uma realidade. A reforma trabalhista precarizou as relações. O fim da escala 6x1 é uma realidade urgente, por se tratar de um resquício do período escravocrata. Nos locais de moradia da periferia, onde vive a maioria da população negra, faltam condições dignas de habitação, com ausência de água, luz e saneamento. Na segurança pública, a violência policial tem como alvo os corpos negros, em especial, os da juventude. A privatização dos presídios e o avanço das comunidades terapêuticas irão aumentar ainda mais o encarceramento, algo que precisamos combater com todas as nossas forças. A questão do racismo religioso mobiliza os terreiros e membros de religiões de matriz africana. A luta contra o racismo ambiental é um tema não apenas na academia, mas em todos os espaços

da vida social. O PSOL tem que refletir essas lutas. É um partido que tem o desafio de lutar pelas ampliações das cotas no serviço público, mas também nos espaços educacionais e nas

esferas sociais. É preciso que o PSOL tenha altivez e incorpore a questão racial como parte central e estrutural do seu programa, combinando elementos de raça, gênero e classe. ■



## Cadernos de debate

Dando continuidade ao processo de renovação programática que marca os 20 anos da legalização do PSOL, a FLCMF lança os **Cadernos de Debate**, com textos que refletem a diversidade de elaborações e ideias e que são a força do nosso partido.

---

